

APRESENTAÇÃO

O **Manual de Orientação**, que dispõe sobre como responder e evidenciar as respostas do questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM referente ao **Ciclo 2019**, foi desenvolvido pela Equipe de Suporte do IEGM do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Secretaria-Geral de Planejamento, com o objetivo de complementar o **Manual do IEGM 2019** e servir de referencial didático para a implantação das boas práticas avaliadas pelo modelo de maturidade do IEGM. Cumpre, assim, a missão de orientar e facilitar o entendimento dos técnicos do Poder Executivo Municipal que estarão envolvidos no processo de coleta das informações para a apuração do respectivo Índice.

Em abril de 2016, o TCE-RJ assinou o **Acordo de Cooperação nº 001/2016** junto ao Instituto Rui Barbosa – IRB e ao TCE-SP (desenvolvedor original da metodologia), com vistas ao estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON. O IEGM foi definido como o indicador padrão, composto de sete indicadores setoriais, por dimensões, a saber: **Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança da Tecnologia da Informação**.

No que tange à Cláusula Segunda do referido acordo, que trata do compromisso dos partícipes, o TCE-RJ se comprometeu a *“aprimorar os mecanismos e instrumentos capazes de assegurar a satisfatória aplicação dos indicadores”* (item 2.2).

Dessa forma, reforçando seu viés orientativo, e com o objetivo de preencher uma lacuna no processo de validação dos quesitos, foi desenvolvido o presente manual, tomando-se por base a experiência adquirida no Ciclo 2018, bem como o que dispõe a legislação pertinente aos assuntos tratados em cada um dos quesitos dos sete questionários aplicados para compor os indicadores setoriais.

O presente manual, portanto, tem múltiplas finalidades: em primeiro lugar, e de forma mais imediata, a de auxiliar o gestor a coletar as informações necessárias e a responder ao questionário de forma eficaz (cabe ressaltar que muitas das dúvidas dos jurisdicionados nos ciclos passados foram atinentes aos

documentos que poderiam ser utilizados para a validação dos quesitos). Em segundo lugar, tem por finalidade fornecer orientações básicas acerca das boas práticas que lastreiam a construção dos questionários de avaliação relativos a cada uma das sete dimensões de políticas públicas, dessa forma permitindo aos gestores uma orientação segura acerca de como implantá-las na hipótese de não estarem sendo observadas.

É de se ressaltar que, no presente ciclo de autoavaliação (2019), será realizado o diagnóstico da situação das políticas públicas e da gestão tomando-se por base o ano de 2018. Para tanto, a documentação de suporte que caracteriza as evidências deverá permanecer arquivada, à disposição desta Corte de Contas, no Órgão Central de Controle Interno do Município, sob a responsabilidade do Controlador Interno.

A ele caberá avaliar a consistência das respostas e emitir o Certificado de Validação que, nos termos do parágrafo único do Art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 271, de 16 de maio de 2017, deverá integrar as prestações de contas de governo de 2018, a serem entregues em 2019.

Todo modelo de maturidade contém em si mesmo, intrinsecamente, as indicações para o autoaperfeiçoamento, permitindo ao gestor avaliado perceber os pontos fracos que devem ser abordados para que se possa atingir o próximo nível de maturidade. No caso da metodologia do IEGM, que busca medir esforços para alcance da efetividade de políticas públicas e de gestão por meio de níveis de adequação de processos aos resultados pretendidos, existe uma escala de cinco níveis, variando-se do melhor para o pior, ou seja, de “A” (altamente adequada) a “C” (baixo nível de adequação).

Esse viés encontra-se alinhado à missão do TCE-RJ que é a de “fiscalizar e orientar a Administração Pública fluminense, na gestão responsável dos recursos públicos, em benefício da sociedade”. Por meio deste Manual, espera-se contribuir para dirimir as dúvidas com maior agilidade, independentemente do suporte técnico disponibilizado, por e-mail e por telefone, que ficará disponível durante todo o prazo de coleta de informações.

Por fim, há que se destacar que, caso o modelo de maturidade revele um valor do índice que aponte o baixo nível de adequação, o gestor do Município pode se basear nestes resultados para efetuar as adequações necessárias. O presente Manual descreve, em muitos casos, o caminho a ser seguido para que o gestor

possa obter graduais avanços na sua gestão, com a implementação de boas práticas. Extrai-se, portanto, que, no transcorrer de uma série histórica, que os benefícios da aplicação do modelo de maturidade poderão ser avaliados em sua plenitude, embora muito de seus resultados sejam de fácil percepção.

SUMÁRIO

<i>CAPÍTULO 01: DIMENSÃO I-AMB</i>	5
<i>CAPÍTULO 02: DIMENSÃO I-CIDADE</i>	42
<i>CAPÍTULO 03: DIMENSÃO I-EDUC</i>	72
<i>CAPÍTULO 04: DIMENSÃO I-FISCAL.....</i>	132
<i>CAPÍTULO 05: DIMENSÃO I-GOVTI</i>	140
<i>CAPÍTULO 06: DIMENSÃO I-PLANEJAMENTO</i>	183
<i>CAPÍTULO 07: DIMENSÃO I-SAÚDE</i>	242

PERGUNTA 01

1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei Federal nº 12.305/10, informe:

- *Instrumento normativo publicado ou promulgado*
- *Submissão do texto à câmara de vereadores*
- *Está em outras fases de elaboração*
- *Não realizou o plano*

Como responder:

O objetivo da pergunta é verificar se o município dispõe do Plano Municipal de Gestão Integral de Resíduos Sólidos, que é um dos instrumentos citados no Art. 14, V da Lei Federal nº 12.305/2010, legislação esta que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto à primeira opção de resposta (*“Instrumento normativo publicado ou promulgado”*), se o PMGIRS estava em vigor no ano avaliado, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do instrumento normativo, com inteiro teor (incluindo o conteúdo do plano), no Diário Oficial ou em meio de comunicação equivalente. Guarde os documentos na forma digital (em PDF).

Quanto à segunda opção (*“Submissão do texto à câmara de vereadores”*), se o instrumento foi submetido à Câmara de Vereadores, porém, no ano avaliado ainda não estava aprovado, a evidência pode ser constituída mediante a cópia digitalizada do ofício de encaminhamento, bem como o conteúdo do plano (inteiro teor). Opcionalmente, se a Câmara dispuser de sistema eletrônico de acompanhamento da tramitação (via Internet), é possível imprimir a tramitação do normativo, em substituição ao ofício de encaminhamento.

Quanto à terceira opção, se o instrumento, no ano avaliado, estava em outras fases de elaboração, a evidência pode ser constituída a partir da cópia das atas de audiências públicas realizadas (digitalizadas em PDF).

Se a Prefeitura optou pela solução consorciada, a evidência pode ser constituída a partir da cópia digitalizada do Plano Intermunicipal, bem como a respectiva publicação na imprensa oficial. Nesse caso, a resposta ao questionário será uma das três primeiras, conforme o *status* da proposta no ano do ciclo em avaliação. A resposta *“Não realizou o plano”* dispensa a produção de evidências.

Observações:

A Lei Federal nº 12.305/10, de 02.08.10, instituiu a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**, que é o marco regulatório que dispõe sobre o tratamento de resíduos sólidos, recicláveis e não recicláveis.

O manejo dos resíduos sólidos adquire importância fundamental para a

redução dos problemas ambientais derivados da disposição inadequada do lixo. Ao diminuir a quantidade de rejeitos (resíduos que não podem mais ser reciclados), e dispor sobre a destinação adequada deles (compostagem, aterros sanitários, etc.), o objetivo da legislação é prevenir a formação de lixões a céu aberto e, progressivamente, eliminar os que se encontram ativos, preconizando a construção de aterros sanitários; prolongando a vida útil dos aterros que estão operacionais; e eliminando o problema da transferência do lixo de um município para o outro, entre outras práticas não recomendadas.

Dessa forma, o **art. 19 da Lei Federal nº 12.305/10** trata especificamente sobre a elaboração do **Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)**, dispondo sobre o seu conteúdo mínimo.

Nos termos do **art. 51 do Decreto Federal nº 7.404, de 23.12.10**, que regulamenta a Lei Federal nº 12.305/10, o PMGIRS pode ser apresentado na forma simplificada para os municípios com população total inferior a **vinte mil habitantes** (segundo o último censo do IBGE), **desde que estes municípios não estejam inseridos nas hipóteses elencadas no §2º do art. 51**. Para a elaboração do Plano simplificado, ficam dispensados alguns dos critérios listados no art. 19 da Lei Federal nº 12.305/10, especificamente os itens VI, IX, XII, XVI e XVII.

Além disso, o art. 52 do referido Decreto, estabelece a possibilidade da adoção de soluções consorciadas para a elaboração de um plano intermunicipal de gestão integrada dos resíduos. Caso opte por este tipo de solução consorciada, sugere-se consultar o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), quanto à viabilidade da participação deste órgão como interlocutor perante os demais municípios partícipes.

Importante: O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) deverá ser enviado, em formato PDF, para o e-mail iegm_suporte@tce.rj.gov.br.

Fontes:

- **Lei Federal nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
- **Decreto Federal nº 7.404/10 – Regulamenta a Lei 12.305/10**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?

- *Sim, totalmente*
- *Parcialmente*
- *Não*

2.1. Descreva o processo de destinação: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim, totalmente*” ou “*Parcialmente*”, a pergunta condicional 2.1 será habilitada. Descreva então o processo de destinação dos resíduos sólidos no campo texto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto às respostas afirmativas (“*Sim, totalmente*” e “*Parcialmente*”), a evidência pode ser constituída mediante a apresentação:

a) De cópia da documentação enviada para a Secretaria de Estado do Ambiente com vistas à obtenção de créditos relativos ao **ICMS Ecológico** (vide [Lei Estadual nº 5.100/07](#) e [Decreto Estadual nº 41844/09](#)).

b) De **manifestos de resíduos**, em meio digital, emitidos pelo Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos (vide <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbient/Licenciamento-saiba-mais/Residuos/index.htm>).

c) De cópia da publicação de leis municipais ou decretos que estabelecem os processos de coleta seletiva no âmbito municipal, dispondo sobre as responsabilidades das principais partes interessadas. Nesse caso, guarde cópia digitalizada em PDF da publicação do normativo.

d) Apresentação de evidências acerca da existência e operação de uma central de triagem dos recicláveis.

Observações:

A coleta seletiva de resíduos sólidos (prevista na **Lei Federal nº 12.305/10** que institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**) é uma das etapas da reciclagem que tem como objetivo principal a redução do impacto ambiental provocado pela disposição inadequada do lixo nas cidades.

Ao distinguir o resíduo reciclável do rejeito, a proposta é utilizar o primeiro com fins economicamente viáveis, promovendo-se prioritariamente a criação e o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis.

Para que a reciclagem seja economicamente viável, o PMGIRS deve prever mecanismos de aproveitamento dos resíduos recicláveis pelas empresas (*art. 19, inciso XII*). Nesses termos, o art. 44 da Lei Federal nº 12.305/10, **prevê como um dos instrumentos possíveis, a concessão de incentivos fiscais** às empresas que

dispõem de meios para aproveitar os resíduos recicláveis:

"Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;"

Paralelamente, a redução da quantidade de rejeitos tem por objetivo prolongar a vida útil dos aterros sanitários, eliminando-se progressivamente os lixões a céu aberto, entre outros problemas derivados da disposição inadequada do lixo.

Em relação à contratação de empresas de coleta seletiva, é oportuno destacar que as empresas devem estar habilitadas junto ao INEA, sendo necessário estar em pleno acompanhamento das licenças de operação, conforme o [Decreto Estadual nº 44.820/14](#) e demais documentos exigidos pelo órgão competente do município e pelo CREA.

A previsão do quantitativo de material a ser coletado, e consequentemente dimensionamento da destinação, deve ser planejada previamente à contratação, sendo possível utilizar dos instrumentos previstos no Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, consoante art. 19, incisos I e VI da Lei Federal nº 12.305/10, a saber:

"I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

[...]

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;"

No caso do inciso VI, é necessário atentar para o fato de que, para municípios com população total inferior a **20.000 habitantes**, os indicadores de desempenho não são um item obrigatório do PMGIRS.

Quanto à comprovação pelo manifesto de resíduos, é importante destacar ser ele um instrumento de controle que permite ao órgão ambiental competente no Estado conhecer e monitorar a geração, o transporte e a destinação final dos resíduos gerados no Estado do Rio de Janeiro e a ele estarão sujeitas todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, geradoras, transportadoras e receptoras de resíduos, **abrangidos pela norma [NOP-INEA-35](#), aprovada pela [Resolução CONEMA nº 79, de 07.03.2018](#).**

Fontes:

- **Lei Estadual nº 5100, de 04.10.2007**
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/edd5f699377a00078325736b006d4012?OpenDocument>
- **Decreto Estadual nº 41.844, de 04.05.2009**
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325679>
- **Decreto Estadual nº 44.820, de 02.06.2014**
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=270983>
- **NOP-INEA-35**
http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_pres_aspres/documents/document/zwew/mtu0/-edisp/inea0154181.pdf
- **RESOLUÇÃO CONEMA Nº 79, DE 07.03.2018**
<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro1289826/resolucao%20conema%20n%C2%BA%2079.%20de%2007-03-2018.pdf>
- **Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos**
<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbienta/Licenciamento-saiba-mais/Residuos/index.htm>

PERGUNTA 03

3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens como: coleta, transporte e destinação final?

- *Sim*
- *Parcialmente*
- *Não*

3.1. Informar a lei: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 3.1 será habilitada. Informe então, no campo texto, o número da lei municipal utilizando o formato “*Lei municipal nº nnnn/aa*”.

Caso a resposta seja “*Parcialmente*”, a pergunta condicional 20 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Preliminarmente, a resposta negativa dispensa a produção de evidências.

No que diz respeito à resposta afirmativa (“*Sim*”), a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia da publicação da lei municipal que instituiu o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil (com inteiro teor, incluindo o Plano propriamente dito). Ela pode ser complementada pela apresentação da lei municipal que trata do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos – **PMGIRS**, uma vez que a Resolução CONAMA nº 307/02 prevê que os dois normativos devem ser compatíveis entre si (vide Art. 5º, citado a seguir). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observe que no caso da resposta “*Parcialmente*”, a evidência a ser constituída é a mesma a ser utilizada para comprovar a resposta à pergunta 20, que se encontra vinculada condicionalmente a esta opção de resposta.

Observações:

Ao ser promulgada, a Lei Federal nº 10.257/01 (**Estatuto das Cidades**) estabeleceu diretrizes gerais para a política urbana e o equilíbrio ambiental, tendo como uma das principais premissas a garantia do desenvolvimento sustentável das cidades.

Posteriormente, com o advento da Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**, passou a ser exigido dos municípios a adoção de políticas de gestão dos resíduos sólidos gerados, sendo, nesse contexto, obrigatório a apresentação de um Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (**PMGIRS**), seja na forma simplificada, ou na forma completa, atendendo aos dispositivos elencados no art. 19 do referido diploma legal.

A mesma legislação definiu em seu art. 13, I, alínea “h” os resíduos oriundos da construção civil como aqueles “*gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da*

preparação e escavação de terrenos para obras civis”.

Paralelamente, a **Resolução CONAMA nº 307, de 05.07.2002**, que inicialmente estabeleceria diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, foi revisada pelas Resoluções nºs 348/04, 431/11, 448/12 e 469/15, passando a dispor sobre novos requisitos para a implementação do **Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil**, a ser elaborado em consonância com o PMGIRS.

Assim, o art. 5º da Resolução CONAMA nº 307/02, passou a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em consonância com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.”

A referida Resolução também estabeleceu os elementos que devem estar presentes no Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil, e assinalou prazo de doze meses para a sua elaboração pelos municípios (por meio de leis municipais). Além disso, estabeleceu o prazo adicional de mais seis meses para a sua efetiva implementação, a contar a partir da publicação das leis municipais que instituem os referidos planos.

Fontes:

- **Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto das Cidades**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm
- **Lei Federal nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
- **Resolução CONAMA nº 307/02**
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>

PERGUNTA 04

4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?

- Sim
- Não

4.1. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “Sim”, a pergunta condicional 4.1 será habilitada. Descreva, no campo texto, o programa ou ação de educação ambiental desenvolvido.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia digitalizada dos documentos que definem cada programa de educação ambiental nas peças orçamentárias, que estejam em consonância com as Leis Federais nºs 9.795/99 e 12.305/10, e Lei Estadual nº 3.325/99.

As diretrizes de tais programas devem incluir a promoção da não geração, redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos.

Observações:

A adoção na rede escolar de programas de educação ambiental tem amparo na Lei Federal nº 9.795/99 que instituiu a **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**, dispondo sobre os princípios e diretrizes que regem a educação ambiental, entendida como *“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”*.

Esse documento enumera os objetivos que devem ser perseguidos, a partir dos programas de educação ambiental, **incluindo os de responsabilidade dos municípios**, e que congregarão os projetos voltados à implantação desses objetivos. Especificamente, no que compete ao município, este pode contribuir para os seguintes objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA):

- Estimular e apoiar processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.
- Contribuir para a mobilização e a organização de grupos - voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros - que atuem em programas de intervenção em Educação Ambiental, apoiando e valorizando suas ações.
- Promover a Educação Ambiental na formulação e execução de atividades da gestão ambiental pública.

- Incentivar a Educação Ambiental integrada a iniciativas e processos de conservação, recuperação e renaturalização do meio ambiente, bem como àqueles voltados à prevenção de desastres, riscos tecnológicos e danos socioambientais.

- Estimular entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

- Ampliar a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais nos territórios.

- Incentivar iniciativas que valorizem a relação entre cultura, memória e paisagem, assim como a interação entre os saberes de povos e comunidades tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos.

- Dinamizar o acesso a informações sobre a temática socioambiental.

- Estimular a cultura de redes de educação ambiental, valorizando essa forma de organização.

- Incentivar e fomentar a implantação e funcionamento de espaços de articulação da educação ambiental junto às unidades federativas, a exemplo das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental, Centros de Educação Ambiental, Núcleos de Educação Ambiental, entre outros.

- Promover a educação ambiental nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas relativas à conservação da biodiversidade, zoneamento ambiental, licenciamento, fiscalização e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, gerenciamento costeiro, gestão de recursos hídricos, ordenamento de recursos pesqueiros, manejo sustentável de recursos ambientais e melhoria de qualidade ambiental.

- Promover ações permanentes dialógicas e dialéticas, que vinculem os princípios, diretrizes e objetivos instituídos pelas políticas e programas de educação ambiental, nas três esferas de governo, com as demais legislações vigentes, visando promover a internalização desses processos pelos demais setores da sociedade.

- Incentivar, valorizar e qualificar a participação individual e coletiva em conselhos escolares, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, associações de pais e/ou professores, coletivos de jovens, núcleos de educação ambiental, comissões de meio ambiente, colegiados acadêmicos, entre outros, de forma permanente e responsável.

- Aperfeiçoar os mecanismos para a redução e prevenção das vulnerabilidades, riscos e danos, causados por desastres e ações antrópicas de impacto socioambiental nos territórios.

Por sua vez, a **Lei Estadual nº 3.325/99, de 17.12.1999**, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental no Estado do RJ e criou o Programa Estadual de Educação Ambiental, definiu a escola como um ambiente adequado para o desenvolvimento de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da comunidade, organização, mobilização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Já os incisos I a XII do Art. 14 desta lei elencam um conjunto de atividades a serem desenvolvidos com vistas ao estímulo da educação ambiental, a saber:

"Art. 14.

...]

I - A difusão, através dos meios de comunicação de massa de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - A ampla participação da escola e da universidade em programas e atividades vinculados à educação ambiental não-formal, em cooperação, inclusive com organizações não-governamentais;

III - A participação de organizações não-governamentais nos projetos de educação ambiental, em parceria, inclusive, com a rede estadual de ensino, universidades e a iniciativa privada;

IV - A participação de empresas e órgãos públicos estaduais e municipais no desenvolvimento de programas e projetos de educação ambiental em parceria com escolas, universidades e organizações não-governamentais;

V - A sensibilização da sociedade para a importância das Unidades de Conservação através de atividades ecológicas e educativas, estimulando inclusive a visitação pública, quando couber, tendo como base o uso limitado e controlado para evitar danos ambientais;

VI - A sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às Unidades de Conservação;

VII - A sensibilização ambiental dos agricultores e trabalhadores rurais, inclusive nos assentamentos rurais;

VIII - O ecoturismo;

IX - A realização de campanhas educativas com o objetivo de informar e conscientizar as pessoas sobre a necessidade do vestuário e das tendências da moda adequarem-se à demanda por sustentabilidade ambiental, envolvendo menos utilização de matéria-prima, mais utilização de produtos reciclados e maior criatividade na reutilização de peças já existentes, tendo em vista uma produção e um consumo mais conscientes e sustentáveis no setor;

X - A realização de campanhas educativas com o objetivo de informar e conscientizar as pessoas sobre a necessidade das tendências da moda adequarem-se ao viés ético da sustentabilidade ambiental, buscando produtos alternativos para confecção de vestuário e acessórios, visando a não elaboração a partir da extração ou utilização da pele de animais silvestres nativos ou exóticos, domésticos ou domesticados.

XI - a realização de campanhas educativas com o objetivo de informar, conscientizar e promover padrões de comportamento sobre os aspectos de segurança, trânsito, saúde e esportes compatíveis com a redução da poluição ambiental.

XII - a realização de campanhas que versem sobre a conscientização da população deverão ser abordados, enfatizando a guarda responsável, permanente ou provisória; necessidades básicas do animal, como alimentação, hidratação, bem-estar, zoonoses, controle populacional, saúde pública, vacinação, vermifugação, primeiros socorros, etc."

A referida lei estadual estabelece ainda em seu art. 21 que as escolas situadas em áreas rurais devem incorporar temas como: conservação do solo, proteção dos recursos hídricos, combate à desertificação e à erosão, controle do uso de agrotóxicos, combate a queimadas e incêndios florestais e conhecimento sobre o desenvolvimento de programas de microbacias e conservação dos recursos hídricos.

Outro dispositivo legal a ser observado quando da elaboração dos programas de educação ambiental, é a Lei Federal nº 12.305/10 que estabelece, como conteúdo mínimo, a ser previsto nos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, a existência de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos (art. 19, inciso X).

Dessa forma, considera-se que um Programa de Educação Ambiental desenvolvido sob a responsabilidade do município, está bem formulado se atende a alguns critérios de aceite, a saber:

a) **Alinhamento** à legislação pertinente, federal ou estadual, aos princípios e diretrizes da PNEA ou aos objetivos propostos no ProNEA, sem prejuízo de outros objetivos estratégicos de longo prazo, mormente aqueles estabelecidos nos Planos Estratégicos dos municípios;

b) **Definição clara do portfólio de projetos ou ações a serem executados** a fim de promover a educação ambiental no ambiente escolar

(Obs.: consideram-se como “projetos” as iniciativas ou esforços que visam à introdução de boas práticas ou novos produtos, serviços e resultados, tendo início, meio e fim, de acordo com um cronograma e orçamentos definidos; consideram-se como “ações” os processos estabelecidos em caráter permanente para a promoção contínua da qualidade dos serviços prestados). Em uma abordagem *bottom-up*, os orçamentos dos projetos irão definir o orçamento do programa, que deverá estar previsto no Plano Plurianual (PPA) em vigor.

c) Definição dos **indicadores** associados aos objetivos que se pretende promover, com as respectivas **metas** de desempenho.

Fontes:

- **Lei Federal nº 9.795/99**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm
- **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**
<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao/item/8068-tratado-de-educacao-ambiental-para-sociedades-sustentaveis-e-responsabilidade-global.html>
- **Sobre o Programa Nacional de Educação Ambiental**
<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>
- **Lei Estadual nº 3.325/99, com alterações efetuadas pela Lei Estadual nº 7.214/16**
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/cdca1ff2e635ef0903256857004f8540>
- **Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável. ProNEA, Marcos Legais & Normativos**
http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Pronea_final_2.pdf

PERGUNTA 05

5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais?

- *Sim, para todos os órgãos e entidades*
- *Parcialmente*
- *Não*

5.1. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim, para todos os órgãos e entidades*” ou “*Parcialmente*”, a pergunta condicional 5.1 será habilitada. Descreva então os projetos e ações de promoção do uso racional de recursos vinculados ao portfólio (ou carteira de projetos) de cada programa de educação ambiental.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Preliminarmente, a resposta negativa dispensa a produção de evidências.

No que diz respeito às duas primeiras respostas, a evidência pode ser constituída mediante algumas das formas abaixo:

a) O Plano de Ação Socioambiental, parte integrante do Termo de Adesão firmado entre o município e o Governo Federal para implantação do Programa **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**, que estimula o uso racional dos recursos públicos no âmbito da administração pública como um todo.

b) A documentação relativa aos projetos aprovados, em execução, ou finalizados durante o ano do ciclo em avaliação, podendo ser comprovados pela justificativa nas **peças orçamentárias** (LOA ou PPA) ou pelos **termos de abertura de cada projeto**, se houver.

c) A cópia da publicação dos normativos legais que instituírem projetos no âmbito da administração pública, quando o objetivo for o de garantir expressamente o suporte político ao projeto e tornar a sua implementação obrigatória.

A diferenciação entre a primeira opção de resposta (“*Sim, para todos os órgãos e entidades*”) e a segunda (“*Parcialmente*”) pode ser visualizada mediante a análise do conteúdo dos termos de abertura de projeto e pela identificação das partes interessadas (*stakeholders*), pois esses documentos revelam a amplitude do escopo do projeto, seja através da própria descrição, dos objetivos, da justificativa para a sua execução, ou da qualificação das partes interessadas e/ou afetadas pelo projeto.

A resposta “*Parcialmente*” se aplica aos projetos e ações cuja amplitude engloba apenas alguns órgãos da administração pública. Normalmente, isso ocorre quando a Prefeitura inicia a implementação de políticas de uso racional dos recursos naturais em determinados órgãos da administração pública, como primeiro passo

para a implementação em todos os demais órgãos.

Observações:

Recursos naturais incluem o uso da água, da energia elétrica, das matérias primas, entre outros elementos que, se utilizados parcimoniosamente, resultarão na diminuição do impacto ambiental produzido pelas necessidades da população, no que tange à prestação dos serviços públicos.

A **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública** dispõe de metodologia que atua em eixos temáticos, a saber:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação dos servidores;
- Compras públicas sustentáveis;
- Construções sustentáveis.

A metodologia da A3P propõe a realização de um diagnóstico da situação atual com vistas à elaboração de plano de ação, com prazo de 5 anos, e que, passar a constituir anexo ao termo de adesão firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o município ou órgão dele integrante.

Nesse sentido, **caso o município ainda não tenha aderido a esse programa federal, considere os passos necessários à adesão**, pois existem inúmeras vantagens em se participar do referido programa, sendo a maior delas, a garantia de se executar projetos alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o ente federativo terá à sua disposição o **Sistema de Responsabilidade Socioambiental - RESSOA**, disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para os assinantes do Termo de Adesão. Trata-se de um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental. O monitoramento é feito pelo próprio órgão sob a supervisão da A3P. Por ser um instrumento auxiliar na gestão do órgão, o sistema permite acompanhar metas e consolidar informações. Através do **RESSOA** realiza-se a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P, como previsto no Termo de Adesão. Utilizando a plataforma, não há necessidade de relatórios em meios físicos: economia e sustentabilidade em todos os processos da A3P.

Gerenciamento de projetos

Adotamos a seguinte definição de projeto: *“Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”* (Guia PMBoK® 5ª ed.). Ou seja, o projeto tem início, meio e fim (definidos pelo seu cronograma). A elaboração de um projeto tem por objetivo gerar algo novo, na forma de produtos (bens), serviços ou resultados (como, por exemplo, a melhoria de indicadores estratégicos ou de desempenho).

Os projetos que tratam do uso racional dos recursos naturais se enquadram no portfólio dos programas voltados ao objetivo estratégico de **estímulo ao desenvolvimento sustentável**. Sendo um objetivo abstrato, a promoção do desenvolvimento sustentável se expressa através dos indicadores de sustentabilidade, que podem ser mensurados periodicamente, e cuja avaliação permite inferir a efetividade dos projetos executados. Cada programa estratégico deve estar atrelado a um indicador.

No tocante à documentação dos projetos, o **Termo de Abertura do**

Projeto (TAP) é o documento inicial e obrigatório, pois tem o objetivo de fornecer ao gestor/patrocinador uma noção prévia do que se pretende alcançar com o projeto, permitindo a ele decidir sobre a oportunidade e conveniência de sua execução, critérios discricionários que levam em conta o interesse público. Devem conter **a identificação das partes interessadas; a declaração de escopo; o plano de projeto** (que inclui o **cronograma**, o **orçamento** do projeto, o plano de gerenciamento de **riscos**, entre outros elementos); o **plano de aquisições** (incluindo-se os termos de referência para viabilizar as contratações necessárias), relatórios de desempenho, entre outros documentos. **Nos projetos de pequeno porte, poderão existir versões simplificadas desses documentos.** Cabe ressaltar que, por definição, todos esses documentos são assinados pelas partes interessadas no projeto, pelos gestores municipais e pelos responsáveis pelo gerenciamento do projeto.

A autorização para a execução dos projetos, nesse caso deve ser dada por escrito, motivo pelo qual o documento deve estar assinado pela autoridade competente (gestor/patrocinador), seja ela o próprio prefeito, ou um de seus secretários.

Gestão por Processos

A disciplina da gestão por processos (em inglês, *BPM - Business Process Management*) trata da otimização do uso dos recursos empregados, no ciclo de vida dos processos produtivos, possibilitando a economia pela eliminação dos gargalos, do retrabalho e dos pontos que não agregam valor para o cliente (a sociedade), além da racionalização do uso dos insumos.

Cada órgão público da administração direta ou indireta pode ser visualizado como um prestador de serviços públicos, direcionados à sociedade, ou a outros órgãos públicos. Nesse sentido, cada “produto” entregue à sociedade corresponde a um processo finalístico do órgão em análise. Para viabilizar a atividade finalística, existem também os processos de apoio e os de gerenciamento, todos passíveis de melhorias contínuas no que diz respeito à sua qualidade.

A pretensão de utilizar racionalmente os recursos naturais, além dos recursos humanos, financeiros e do tempo, encontra amparo nas metodologias voltadas à gestão por processos, que preconizam que os processos finalísticos sejam mapeados em sua cadeia de valor, a fim de estabelecer os passos necessários à execução de cada serviço prestado ao cliente (a sociedade).

A partir do mapeamento dos processos, é possível estabelecer se existem desperdícios, como gargalos (desperdício de tempo), retrabalho (desperdício de recursos humanos), uso indevido de recursos naturais, pontos que não agregam valor ao serviço (por não serem valorizados pelo cliente ou não atenderem às suas expectativas). Essa é a condição fundamental para o futuro redesenho dos processos, atividade que visa eliminar os desperdícios.

Fontes:

- **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**
<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>
- **Sistema ResSoA**
<http://ressoa.mma.gov.br/ressoa/visao/publico/login.html?0>
- **PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBoK®) – Sexta edição.**
<https://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx>

- **ABPMP. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo Comum de Conhecimento – ABPMP BPM CBoK v3.0.**
http://c.yimcdn.com/sites/www.abpmp.org/resource/resmgr/Docs/ABPMP_CBoK_Guide_Portuguese.pdf

PERGUNTA 06

6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?

- *Sim*
- *Não*

6.1. Qual? _____

6.2. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, as perguntas condicionais 6.1 e 6.2 serão habilitadas. Informe, então, o nome do programa ou ação de melhoria (6.1) e descreva-os no campo texto a seguir (6.2). No caso de participação em algum programa federal ou estadual, descreva sucintamente como ele está sendo implantado no município, bem como a data a partir da qual ocorreu a adesão.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Preliminarmente, recomendamos a leitura do RQMA 2013 (Relatório de Qualidade do Meio Ambiente), elaborado pelo IBAMA, que trata-se de “um documento de publicação periódica, previsto pela Política Nacional do Meio Ambiente, que visa apresentar o panorama do estado da qualidade ambiental no Brasil”. (vide <http://www.ibama.gov.br/residuos/qualidade-ambiental/relatorio-de-qualidade-do-meio-ambiente-rqma>). Neste relatório, as temáticas ambientais se dividem em sete tópicos principais, a saber: atmosfera, água, terra, biodiversidade, florestas, ambiente costeiro e marinho, e ambiente urbano.

Da leitura do documento se depreende que as unidades federativas (incluindo os municípios) podem criar leis para incentivar, por exemplo, a redução de emissões, estimular a proteção das florestas e promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias energeticamente menos intensivas, entre outros objetivos de qualidade ambiental.

Caso a Prefeitura possua um programa próprio de promoção da qualidade ambiental, a evidência também pode ser constituída mediante a apresentação da cópia da publicação dos normativos que instituem o referido programa no âmbito da administração municipal.

No caso de adesão a algum programa de qualidade ambiental de âmbito federal ou estadual, a evidência se constitui mediante a cópia da publicação dos termos de adesão ou de convênio, publicados no Diário Oficial (ou em jornais de grande circulação que cumpram função similar).

Observações:

Qualidade ambiental pode ser definida como “a expressão das condições e dos requisitos básicos que um ecossistema detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, resultantes da dinâmica dos mecanismos de adaptação e dos mecanismos de auto-superação dos

ecossistemas” (Manual do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente)

A **Lei Federal nº 6.938/81**, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), nos incisos I e II do artigo 3º, define expressamente a degradação da qualidade ambiental como toda alteração adversa das características do meio ambiente, considerado como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A PNMA estabelece ainda que os órgãos ou entidades municipais, são os responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades que possam comprometer a qualidade ambiental, nas suas respectivas jurisdições (art. 6º, VI).

Fontes:

- **Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm
- **Decreto Federal nº 99.274/90 – Regulamenta a Lei Federal nº 6.938/81**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm
- **Decreto Federal nº 3.942/01 – Dá nova redação ao Decreto Federal nº 99.274/90**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3942.htm
- **Instituto Estadual do Ambiente. Descentralização do licenciamento ambiental no Estado no Rio de Janeiro/ Instituto Estadual do Ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: INEA, 2013**
<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde1/~edisp/inea0015423.pdf>
- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente – RQMA: Brasil 2013 / Diretoria de Qualidade Ambiental. – Brasília: Ibama, 2013. 268 p.**
http://www.ibama.gov.br/phocadownload/qualidadeambiental/RQMA_2013.pdf

PERGUNTA 07

7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do **organograma** contendo a estrutura dos órgãos municipais, bem como os **normativos** que dispõem sobre a criação e organização dos órgãos da administração direta ou indireta cuja competência finalística se vincula à proteção do meio ambiente, tais como, por exemplo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Nesse caso, guarde a cópia dos documentos ou da publicação das leis municipais que tratam sobre o assunto, digitalizados em PDF.

Observações:

A **Lei Complementar nº 140/11** fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. O inciso VII do artigo 9º deste diploma legal estabelece como ação administrativa do Município a organização e a manutenção do **Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente - SISMUMA**.

O SISMUMA é estrutura integrante do Sistema Nacional e Estadual de Meio Ambiente, SISNAMA e SISEMA, e se constitui no conjunto de órgãos e entidades do Município responsáveis pela preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais no Município. Este sistema tem papel estratégico na governança para a sustentabilidade municipal, entendida como processo de articulação e negociação que potencializa a integração do componente ambiental no processo de tomada de decisão local e, consequentemente, no processo de desenvolvimento local.

A existência de **Conselho Municipal de Meio Ambiente** atende ao enunciado no artigo 225 da CF/88 que estabelece como direito comum a todos o usufruto de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as gerações atuais e futuras. Trata-se de espaço de debates e construção de conhecimento sobre o meio ambiente local, sendo o canal adequado para administrar conflitos, propor acordos e construir uma proposta de gestão que esteja em acordo com os interesses econômicos, sociais e ambientais locais. Tem por função opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões

relativas ao meio ambiente.

Fontes:

- **Lei Complementar nº 140/11**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm

PERGUNTA 08

8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?

- *Sim, integralmente*
- *Sim, na maior parte*
- *Sim, na menor parte*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, integralmente*” caso o percentual de servidores treinados até o ano avaliado tenha sido de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual tiver sido superior a 50%. Considere que a menor parte possui, se o percentual tiver sido igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual foi de 0% dos servidores.

No cômputo do percentual, **leve em conta apenas a participação de servidores responsáveis pelas áreas de contenção e resposta aos desastres naturais, tais como os membros da Guarda Municipal, da Defesa Civil, do Tiro de Guerra, e outros mencionados na pergunta.**

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir dos registros de participação nos cursos oferecidos pela **Escola de Defesa Civil (EsDEC)**, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), tais como: certificados, diplomas, listas de participação ou de presença, entre outros meios de comprovação.

Consulte a página da EsDEC para conhecer a **lista de cursos** disponíveis, bem como as informações necessárias para solicitar a participação nestes cursos.

Fontes:

- **Escola de Defesa Civil (EsDEC) – Conheça os cursos**
<http://defesacivil.rj.gov.br/index.php/cursos>

PERGUNTA 09

9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 10 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Em caso de resposta afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia da publicação da lei municipal e demais normativos que instituem o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com o inteiro teor (ou seja, incluindo o teor do plano propriamente dito). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. Observe que, conforme disposto no art. 61, do Decreto Federal nº 7.217, de 21.06.10, o PMSB deve estar também disponível na Internet para acesso público.

Esta evidência será a mesma a ser utilizada para comprovar a resposta dada na pergunta 10.

Se a Prefeitura optou pela solução consorciada, a evidência poderá ser constituída a partir da cópia digitalizada da publicação do plano de saneamento básico desenvolvido conjuntamente pelos municípios participantes do consórcio.

Observações:

Com o advento da **Lei Federal nº 11.445/07**, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e que foi posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217, de 21.06.10, todos os municípios passaram a ter a obrigação de elaborar o **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**, como condição para a alocação dos recursos públicos federais para projetos de saneamento (art. 9º, inciso I da Lei Federal nº 11.445/07 c/c art. 55 do Decreto nº 7.217/10).

No art. 3º da Lei Federal nº 11.445/07, o saneamento básico foi definido como um conjunto de conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de (grifos nossos):

“Art. 3º

[...]

abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias,

tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas,”

Além disso, o art. 61 e o art. 65, §1º da referida legislação dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação do PMSB na Internet, bem como a sua utilização como instrumento de planejamento e gestão participativa (grifos nossos):

“Art. 61. A proposta de plano ou de sua revisão, bem como os estudos que a fundamentam, deverão ser integralmente publicados na internet, além de divulgados por meio da realização de audiências públicas e de consulta pública.

Parágrafo único. A realização das audiências públicas e da consulta pública será disciplinada por instrução do Ministro de Estado das Cidades.

[...]

Art. 65

[...]

§ 1º Os planos regionais de saneamento básico, no que couber, atenderão ao mesmo procedimento previsto para o PNSB, disciplinado neste Decreto.”

Finalmente, o PMSB deverá ser submetido à apreciação da Câmara Municipal, conforme se depreende do texto do art. 65, §2º do Decreto Federal nº 7.217/10.

Fontes:

- **Lei Federal nº 11.445/07 – Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm
- **Decreto Federal nº 7.217/10 – Regulamenta a Lei 11.445/07**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm

PERGUNTA 10

10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico:

Lei(s) _____

Decreto(s) _____

Outros. Quais? _____

Como responder:

Essa pergunta está condicionada à resposta afirmativa dada na pergunta 9.

Informe quais os normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico. Ao menos uma das respostas deverá ser preenchida.

Para o campo “*Lei(s)*”, utilize preferencialmente o formato “*Lei municipal nº nnnn/aa*”. Para o campo “*Decreto(s)*”, utilize preferencialmente o formato “*Decreto municipal nº nnnn/aa*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência a ser utilizada na pergunta 10 é a mesma que comprova a resposta afirmativa (“*Sim*”) na pergunta 9.

PERGUNTA 11

11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A informação solicitada na pergunta corresponde ao indicador **IN055 - Índice de atendimento total de água** do SNIS (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), que é calculado da seguinte forma:

IN055 = (AG001 / POP_TOT) * 100, onde:

- **AG001** é a população total atendida com abastecimento de água.
- **POP_TOT** é população total do município do ano de referência (Fonte: IBGE).

Observações:

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado ao Ministério das Cidades, reúne informações e indicadores sobre a prestação dos serviços de água, esgotos e manejo de resíduos sólidos provenientes dos prestadores que operam no Brasil. O Sistema organiza-se em três módulos, sendo um sobre os serviços de água e esgotos (AE), outro sobre os serviços de manejo de resíduos sólidos (RS) e o terceiro, sobre águas pluviais (AP). **Para a pergunta em tela, utilizar-se-á as referências e documentações relativas ao módulo AE.**

Para a composição da base de dados do módulo AE, as informações **serão fornecidas pelas instituições responsáveis pela prestação dos serviços de água e esgotos**, tais como companhias estaduais, autarquias ou empresas municipais, departamentos municipais e empresas privadas. A periodicidade para a atualização das informações é **anual**, para todos os componentes.

Observe que para a Coleta de Dados do SNIS – Água e Esgotos, do ano de referência, você deve estar atento ao prazo definido no cronograma estabelecido pelo Ministério das Cidades. Consulte também os Manuais de Preenchimento do Componente de Água e Esgotos 2017, disponíveis no *site* do SNIS.

Fontes:

- **Coleta de Dados SNIS – Água e Esgotos (AE)**
<http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>

PERGUNTA 12

12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A informação solicitada na pergunta corresponde ao indicador **IN056 - Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água** do SNIS (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), que é calculado da seguinte forma:

IN056 = (ES001 / POP_TOT) * 100, onde:

- **ES001** é a população total atendida com esgotamento sanitário
- **POP_TOT** é população total do município do ano de referência (Fonte: IBGE).

Observações:

Vide as observações relativas à pergunta 11.

Fontes:

- **Coleta de Dados SNIS – Água e Esgotos (AE)**
<http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>

PERGUNTA 13

13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?

- Não possui registro
- Percentual % (0-100): _____

Como responder:

Preencha a informação com o percentual na faixa de valores de 0 a 100. Caso não possua registro da informação, deixe o respectivo campo em branco e marque a opção “*Não possui registro*”, que é diferente de atribuir o valor zero à resposta. Se a opção “*Não possui registro*” estiver marcada, para mudar de opção, desmarque-a antes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A informação solicitada na pergunta corresponde ao indicador **IN046 - Índice de esgoto tratado referido à água consumida** do SNIS (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), que é calculado da seguinte forma:

IN046 = ((ES006 + ES015) / (AG010 - AG019)) * 100, onde:

- **AG010**: Volume de água consumido
- **AG019**: Volume de água tratada exportado
- **ES006**: Volume de esgotos tratado
- **ES015**: Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador

Observações:

Vide as observações relativas à pergunta 11.

Fontes:

- **Coleta de Dados SNIS – Água e Esgotos (AE)**
<http://www.snis.gov.br/coleta-de-dados-snis-agua-e-esgotos>

PERGUNTA 14

14. *Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?*

- *Sim*
- *Não*

14.1. *Descreva quais as ações e medidas:* _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 14.1 será habilitada. Descreva então as ações e medidas de contingenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano municipal de contingenciamento ou de segurança hídrica para períodos de estiagem. Guarde cópia do documento em PDF.

Observações:

Em períodos de estiagem, as ações e medidas tomadas para evitar o desabastecimento devem levar em conta que a água é um bem público, escasso e dotado de valor econômico, e que sua utilização deve ser guiada pelos princípios da prioridade ao abastecimento humano, da dessedentação de animais, da gestão democrática, transparente, pública e descentralizada, do desenvolvimento sustentável e do uso racional, entre outros consubstanciados na **Lei Federal nº 9.433/97**, que institui a **Política Nacional de Recursos Hídricos** (também conhecida como “Lei das Águas”).

Os planos de contingenciamento devem estabelecer níveis de alerta hídrico ou de contingência, possibilitando discernir entre os diversos graus de severidade encontrados. Esses níveis de criticidade levam em conta a probabilidade de se atingir uma situação adversa no curto, médio ou longo prazo, bem como a avaliação do impacto sobre o desabastecimento. Para tanto, é fundamental o monitoramento dos mananciais hídricos e o volume dos reservatórios. Cabe ressaltar que grande parte dos municípios do Estado do RJ é abastecida pelo Rio Paraíba do Sul.

Entre as medidas e ações mais comuns para equilibrar a oferta e a demanda, que encontramos em planos de contingenciamento, podemos citar as seguintes:

- a) Abertura e exploração de poços artesianos, para aumento da oferta (requer licenciamento ambiental ou outorga);
- b) Substituição das técnicas tradicionais de irrigação, que desperdiçam aproximadamente de 60% da água utilizada, pela técnica do gotejamento;
- c) Aplicação de multas para evitar o desperdício de água;
- d) Captação da água da chuva para reutilização;
- e) Construção de cisternas e reservatórios;
- f) Sensibilização da população para o consumo consciente visando ao controle da demanda;

- g) Vigilância dos sistemas de abastecimento para identificação de irregularidades (fraudes) ou problemas na distribuição (vazamentos, por exemplo). Vistoria periódica e manutenção na rede de distribuição;
- h) Racionamento, redução dos períodos de abastecimento ou rodízio;
- i) Distribuição de água por unidades móveis (carros-pipa).

Fontes:

- **Lei Federal nº 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm
- **TRIGUEIRO, André. Mundo Sustentável. Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. Editora Globo. 2005**

PERGUNTA 15

15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?

- *Sim*
- *Não*

15.1. Descreva quais as ações e medidas: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 15.1 será habilitada. Descreva então as ações e medidas de contingenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De forma similar à pergunta anterior, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano municipal de contingenciamento no qual estejam previstas as ações destinadas a garantir o abastecimento da Rede Municipal de Ensino com água potável.

Estas medidas encontram-se divididas em dois grupos principais: a do controle da demanda e a do aumento da oferta. O grupo do controle da demanda tem por objetivo reduzir o consumo, de forma consciente, através de instrumentos de educação ambiental, pela utilização de novas tecnologias ou pela otimização e racionalização do uso dos recursos hídricos.

Já o grupo de ações e medidas visando o aumento da oferta, tem por objetivo mitigar os efeitos do desabastecimento através da substituição dos mecanismos de fornecimento de água potável, por alternativas. Guarde cópia dos documentos em PDF.

PERGUNTA 16

16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?

- *Sim*
- *Não*

16.1. Descreva quais as ações e medidas: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 16.1 será habilitada. Descreva então as ações e medidas de contingenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De forma similar à pergunta anterior, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano municipal de contingenciamento no qual estejam previstas as ações destinadas a garantir o abastecimento da Atenção Básica da Saúde com água potável.

PERGUNTA 17

17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?

- *Sim*
- *Não*

17.1. Descreva o plano: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 17.1 será habilitada. Descreva então o plano emergencial com as respectivas ações.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Essa pergunta complementa as anteriores definindo as ações a serem executadas em caso de emergência ou maior nível de criticidade. As evidências utilizadas para comprovar as perguntas anteriores, possivelmente podem ser utilizadas para comprovar a resposta nessa pergunta também.

Observe que todos os planos de contingenciamento podem estar sintetizados em um só documento apenas, que trate todas as situações de contingenciamento ou emergência.

PERGUNTA 18

18. O município participa do INEA - Programa de Sustentabilidade em Instituições e Municípios (SIM)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso a hipótese seja afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do documento formal da Agenda 21 do Município ou do instrumento utilizado para aderir ao Programa A3P (termo de convênio, de adesão ou de cooperação técnica), conforme abordado na pergunta 5.

Observações:

O Programa Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM foi instituído pelo INEA, com o objetivo principal de contribuir para o alcance de resultados efetivos e de cunho progressivo para as políticas ambientais e de sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro ao fortalecer ferramentas de planejamento participativo - como a Agenda 21 Local e a A3P - e ao realizar campanhas de incentivo ao consumo sustentável em instituições e municípios do estado.

A Agenda 21 local é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. É construída em seis etapas: mobilização e sensibilização do governo e sociedade; criação de um Fórum de Agenda 21 Local; elaboração de diagnóstico participativo; e elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de um plano local de desenvolvimento sustentável.

O Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA fornece suporte, tendo criado o Sistema Agenda 21 – um banco de dados de gestão descentralizada que permite o compartilhamento de informações, inclusive sobre experiências de Agenda 21 Local no Brasil. O MMA apoia os processos de Agenda 21 Local e conta com a parceria da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, cujo objetivo geral é fortalecer a implementação das agendas locais mediante o intercâmbio de informações e o estímulo à construção de novos processos, por intermédio do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), o MMA apoia, desde 2001, a execução de 93 projetos de construção de Agenda 21 Local, abrangendo 167 municípios brasileiros.

O órgão ambiental no Estado, INEA, incentiva a criação de novas

agendas locais e promove ações de fortalecimento às Agendas 21 municipais já existentes no Estado do Rio de Janeiro.

Fontes:

- **Portal INEA**
<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/index.htm>
- **Portal MMA**
<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>
- **Passo a passo da Agenda 21**
<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/723>

PERGUNTA 19

19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (CONEMA) para licenciar os empreendimentos de impacto local?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de cópia da publicação do extrato do termo de convênio, complementada pela cópia digitalizada do documento assinado pelas partes (com inteiro teor). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Observações:

O art. 60 da **Lei Federal nº 9.605/98**, que dispõe sobre a aplicação de sanções penais e administrativas lesivas ao meio ambiente, estabelece a obrigatoriedade do licenciamento ambiental das atividades degradadoras da qualidade ambiental, contendo, inclusive, as penalidades a serem aplicadas ao infrator.

Através do licenciamento ambiental são estabelecidos parâmetros e mecanismos de controle ambiental que tem como finalidade promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental e comprometer a qualidade ambiental.

Trata-se de um instrumento importante da **Política Nacional de Meio Ambiente**, como previsto no inciso IV, art. 9º da Lei Federal nº 6.938/81. No Estado do Rio de Janeiro, foram editados o **Decreto-Lei Estadual nº 134/75**, que tornou obrigatória a prévia autorização para operação ou funcionamento de instalação ou atividades real ou potencialmente poluidoras e o **Decreto Estadual nº 1633/77**, que instituiu o **Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras**, prevendo os três tipos de licenças ordinárias da legislação ambiental atual: a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação.

Posteriormente foram editados os **Decretos Estaduais nº 42.050/09**, e nº **42.440/10**, que instituíram o Programa de Descentralização do Licenciamento Ambiental com o objetivo de promover a estruturação e a qualificação dos municípios para realizarem o licenciamento e a fiscalização ambiental de atividades de impacto local e de baixo e médio potencial poluidor.

Esta iniciativa fortalece o **Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA** em nível estadual e garante receita para que os municípios possam aplicá-la na melhoria da gestão ambiental pública.

Para tal, o município precisa ter um **Conselho de Meio Ambiente** constituído, e órgão ambiental capacitado, definido pela **Resolução CONEMA nº**

42/12 do Conselho Estadual de Meio Ambiente, como *“aquele que possui técnicos próprios, à disposição ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas de licenciamento e fiscalização ambiental de competência do ente federativo”*.

Também é fundamental que o município possua Plano Diretor e/ou Lei de Diretrizes Urbanas, uma legislação própria disciplinando os procedimentos de licenciamento ambiental e de fiscalização e um Fundo Municipal de Meio Ambiente.

O Anexo I da Resolução elenca os grupos de empreendimentos e atividades poluidores ou utilizadores de recursos ambientais sujeitos ao licenciamento ambiental.

Grupo	Descrição da Atividade
Agropecuária	Agricultura, aquicultura, criação de animais e extrativismo.
Não industrial	Agrotóxicos, cemitérios, energia e telecomunicações, estruturas de apoio a embarcações, extração mineral artesanal, obras e construções, hospitais, laboratórios e lavanderias.
Industrial	Indústrias de transformação e serviços de natureza industrial, petróleo, gás e álcool carburante, saneamento: processamento e disposição de resíduos sólidos urbanos, sistemas de abastecimento de água, sistema de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, serviços: abastecimento de veículos e máquinas, estocagem, tratamento e disposição de resíduos, transporte: rodoviário, ferroviário e hidroviário

Segundo a **Resolução CONEMA nº 42/12**, o Portal do Licenciamento, disponível na página do INEA, ficou definido como instrumento integrante do Sistema Estadual de Informações sobre Meio Ambiente, com o objetivo de acesso à informação sobre as estruturas municipais de governança ambiental e de direcionamento ao órgão ambiental originariamente competente para as ações administrativas do licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

O Portal de Licenciamento visa a agilizar a relação entre o órgão ambiental licenciador e os empreendedores. Nele, você poderá, entre outros: identificar qual é o instrumento de licenciamento que se aplica ao seu caso; encontrar a documentação necessária para dar entrada no processo de licenciamento, nos casos de licenciamento junto ao INEA, entre outros serviços.

A **Resolução CONEMA nº 42/12** estabelece ainda que caberá aos municípios encaminhar ao INEA e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, dados e informações sobre a composição de sua estrutura de governança ambiental e procedimentos de licenciamento, para fins de operacionalização e atualização do Portal do Licenciamento.

Fontes:

- **Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONEMA**
<http://www.rj.gov.br/web/quest/exibeConteudo?article-id=287660>
<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeConteudo?article-id=163845>
- **Lei Federal nº 9.605/98**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm
- **Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm
- **Portal do Licenciamento Ambiental – INEA**
<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/LicenciamentoAmbiental/index.htm&lang=>
- **Decreto-Lei Estadual nº 134/75**
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/83b1e%2011a446ce7f7032569ba0082511c/20e029cb4455f7dc03256b6d00638572?OpenDocument>

PERGUNTA 20

20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado?

- Plano enviado para aprovação legislativa
- Plano em fase de elaboração

Como responder:

Essa pergunta está condicionada à resposta “*Parcialmente*” dada na pergunta 3 que trata do Plano de Resíduos da Construção Civil. Escolha a opção que melhor se adaptar concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para maiores informações acerca do arcabouço legal que dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, consulte a pergunta 3, e em especial, a Resolução CONAMA nº 307/02, com texto compilado disponível no *site* do Ministério do Meio Ambiente.

No caso da primeira opção de resposta, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia digitalizada (em PDF) do ofício de encaminhamento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, à Câmara Municipal, bem como o próprio Plano (também digitalizado em PDF).

A segunda opção de resposta pode ser evidenciada mediante a apresentação das atas de audiências públicas já realizadas, digitalizadas em PDF.

Caso não haja meios para se constituir as evidências necessárias, é preferível retornar à pergunta 3 e revisar a resposta, de “*Parcialmente*” para “*Não*”. Recomenda-se, neste caso, também consultar a legislação de suporte, quanto aos prazos legais obrigatórios que deveriam ter sido cumpridos.

Fontes:

- Resolução CONAMA nº 307/02
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>

PERGUNTA 21

21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de Proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?

- Sim
- Não

21.1. Descreva quais as ações e medidas: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 21.1 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH):

No tocante aos comitês de bacia hidrográfica (CBHs), acesse o [site http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridRio.aspx](http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridRio.aspx), para a lista dos nove comitês disponíveis para o Estado do RJ, a saber:

- RJ1 - CBH do Rio Guandu,
- RJ2 - CBH Lagos São João
- RJ3 - CBH dos Rios Macaé e das Ostras
- RJ4 - CBH do Rio Piabanha
- RJ5 - CBH da Baía de Guanabara
- RJ6 - CBH Rio Dois Rios
- RJ7 - CBH Médio Paraíba do Sul
- RJ8 - CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- RJ9 - CBH da Baía da Ilha Grande

Quanto a este item da resposta, a evidência pode ser constituída, acessando-se o respectivo portal do CBH ao qual o município esteja vinculado, e procurando-se a página “*Composição*” >> “*Governo Municipal*”, ou similar. Normalmente, essa página demonstra os municípios que fazem parte do comitê.

A segunda forma de se evidenciar (e a mais robusta) é mediante a apresentação da proposta de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos em conformidade com a **Resolução nº 005 CNRH, de 10.04.2000**, e subscrita pelos prefeitos municipais cujos municípios tenham território na bacia hidrográfica no percentual de pelo menos 40% do território (Art. 9º, inciso II).

Conselho Regional ou Metropolitano:

O surgimento das regiões metropolitanas é um fenômeno derivado da unificação da malha urbana entre um ou mais municípios (conurbação). Esse fenômeno traz implicações de ordem política em virtude da necessidade de se desenvolver esforços comuns na solução dos problemas que afetam os municípios, porém ressaltando-se a autonomia de cada ente federativo municipal individual. No sistema federativo brasileiro, esse ente virtual e intermediário, que agrupa diversos municípios, tem sua previsão legal no art. 25 da Constituição Federal, sendo de competência do Estado do RJ, definir, por intermédio de Leis Complementares as suas próprias regiões metropolitanas.

A participação nos Conselhos Deliberativos de cada região metropolitana pode ser comprovada mediante a cópia da publicação da Lei Complementar que a institui, se a participação do município em questão estiver claramente evidenciada no texto legal.

Conselho Gestor de Área de Proteção Ambiental (APA):

No tocante aos Conselhos Gestores de APAs, a **Lei Federal nº 9.985/00**, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. A previsão da existência desses conselhos gestores é uma exigência legal, conforme dispõe o art. 15, §5º:

“§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.”

O regulamento citado no §5º do art. 15 é o Decreto Federal nº 4.340/02. No que diz respeito à formação do Conselho, a representação dos órgãos públicos é regida pelo art. 17, §1º do referido Decreto.

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação dos normativos legais que regulamentam a criação de cada área de proteção ambiental (APA), pois estes normalmente definem a estrutura do seu respectivo conselho gestor.

Fontes:

- **Comitês de Bacias Hidrográficas do RJ**
<http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridRio.aspx>
- **Resolução nº 005 CNRH, de 10.04.00**
http://www.cbh.gov.br/legislacao/20000410_CNRHRes005_DiretrizesCBH.pdf
- **Ministério do Meio Ambiente. Mapas de unidades de conservação**
<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/mapas>
- **Lei Federal nº 9.985/00**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm
- **Decreto Federal nº 4.340/02, de 22.08.02**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm

PERGUNTA 01

1. O município possui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturada (Lei nº 12.608/2012)?

- *Sim*
- *Está em fase de estruturação*
- *Não*

Como responder:

A Lei Federal nº 12.608/12 instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), criou o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC). Ela estabeleceu competências conjuntas dos três entes federativos no tocante à proteção e a defesa civil.

A **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil** deve ser criada e estruturada a partir de um projeto de lei municipal e constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, conforme previsão legal dos artigos 10º e 11, III da Lei Federal nº 12.608/12.

A resposta poderá ser afirmativa (“*Sim*”) se existir tal lei dispondo sobre a criação da Coordenadoria e definindo sua estrutura interna e competências, especialmente no que diz respeito ao disposto no art. 8º da respectiva Lei Federal, a saber:

Art. 8º Compete aos Municípios:

- I - executar a PNPDEC em âmbito local;*
- II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;*
- III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;*
- IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;*
- V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;*
- VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;*
- VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;*
- VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;*
- IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;*
- X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;*
- XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;*
- XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;*
- XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;*
- XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;*
- XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as*

comunidades apoiadas; e

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Sugere-se que a estrutura interna da Coordenadoria preveja minimamente uma Coordenadoria Executiva, o Conselho Municipal, os setores de apoio e os de caráter técnico (finalístico). Consulte a Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC, da Defesa Civil.

Obs.: Caso possua a Coordenadoria estruturada, considere enviar os seus dados para a Secretaria de Defesa Civil do Estado do RJ (SEDEC) a fim de que a página “**Portais das Coordenadorias Municipais**” fique devidamente atualizada.

Fontes:

- **Lei Federal nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- **Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC**
http://defesacivil.rj.gov.br/images/sedec-arquivos/1_apostila_comdec.pdf
- **Portais das Coordenadorias Municipais**
<http://defesacivil.rj.gov.br/index.php/component/sppagebuilder/esdec?view=page&id=3>

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim*
- *Não*

2.1. Qual número de telefone: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. É importante que o espaço físico (sala) seja utilizado exclusivamente para essa finalidade, o que permite um melhor nível de serviço.

Para que a resposta seja “*Sim*”, é preciso que a Prefeitura disponha desta sala para atendimento às ocorrências, com telefone disponibilizado ao público, mas não é necessário que a sala seja em imóvel próprio.

Também deve ser possível atestar que a estrutura comporta bem as equipes e os recursos materiais necessários à prestação do serviço.

Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 2.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com o DDD e o número do telefone, utilizando-se os formatos indicados na observação (deverão ser digitados os parêntesis e o traço).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir de provas de que o serviço é prestado ao público e que o telefone indicado está apto a ser utilizado para que sejam relatadas as ocorrências.

Uma possibilidade é se o município possuir uma Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento típico para a divulgação de serviços prestados pela Administração em geral.

Referências no *site* oficial da Prefeitura sobre o telefone de contato e endereço onde o serviço é disponibilizado também são válidas como forma de comprovação. Neste caso, imprima a tela da página na Internet onde consta a informação. Guarde em PDF.

Quanto à capacidade operacional, sugere-se apresentar fotografias do local, relação de pessoas que atendem, bem como fotos de equipamentos para comprovar que a estrutura e os recursos materiais são adequados à boa prestação do serviço.

PERGUNTA 03

3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim*
- *Não*

3.1. Qual a forma de registro? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura disponha de registro eletrônico para cadastro de ocorrências (resposta “*Sim*”), a pergunta condicional 3.1 será habilitada. Nesse caso, descreva o tipo de registro no campo texto.

A resposta pode ser afirmativa se a Prefeitura utilizar aplicativos ou planilhas eletrônicas que registrem os eventos. A partir de um registro histórico, podem ser feitas análises mais acuradas das principais ameaças, gerando medidas mais eficientes na redução de riscos.

Registros georreferenciados proporcionam informações de maior qualidade, permitindo um melhor planejamento em defesa civil, permitindo inclusive a atualização dos mapas de risco do município.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos relatórios de aplicativos ou planilhas eletrônicas nas quais os eventos estejam registrados. Os registros eletrônicos utilizados devem ter a estruturação conforme o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Também deve ser informado desde quando tais eventos tem sido registrados.

Obs.: Se a Prefeitura não possui nenhum tipo de registro eletrônico, sugere-se que a mesma realize seu credenciamento junto ao **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres** (<https://s2id.mi.gov.br/>), do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Para tanto, é preciso enviar um ofício da Prefeitura Municipal solicitando o acesso. O modelo de ofício encontra-se disponível em: <http://www.mi.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosDOC/MODELO-DE-OFICIO-PARA-O-S2ID.doc>

Fontes:

- **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres**
<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/sistema-integrado-de-informacoes-sobre-desastres-s2id>

PERGUNTA 04

4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. A resposta pode ser afirmativa caso haja o mapeamento e este utilize, no mínimo, alguma tecnologia de georreferenciamento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante mapas ou cartas de riscos, com fotografias e mapeamento esquematizado das regiões, caso não sejam adotados os modelos das Cartas de Risco do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ) ou das Cartas de Suscetibilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Caso não haja nenhum tipo de levantamento, consulte as informações sobre as Cartas de Risco a Escorregamento em Encostas, do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ) ou sobre as Cartas de Suscetibilidade do CPRM (empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia), para maiores informações sobre como proceder.

Fontes:

- **Departamento de Recursos Minerais - RJ**
<http://www.drm.rj.gov.br/>
<http://www.drm.rj.gov.br/index.php/risco-geologico/274-carta-de-risco>
- **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)**
<http://www.cprm.gov.br>
<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres-Naturais/Cartas-de-Suscetibilidade-a-Movimentos-Gravitacionais-de-Massa-e-Inundacoes-5379.html>

PERGUNTA 05

5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim*
- *Está em fase de formalização de seu plano*
- *Não*

Como responder:

Caso a resposta a essa pergunta seja “Sim”, a pergunta RJ3 será habilitada também.

O Plano de Contingência é o documento que registra o planejamento elaborado a partir do estudo de um ou mais cenários de risco de desastre e estabelece os procedimentos para ações de alerta e alarme, resposta ao evento adverso, socorro e auxílio às pessoas, reabilitação dos cenários e redução dos danos e prejuízos, tendo sua obrigatoriedade fundamentada no inciso II, do §2º do Art. 3º-A Lei Federal nº 12.340/2010 (grifos nossos):

Art. 3º-A. O Governo Federal instituirá cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

(...)

§ 2º Os Municípios incluídos no cadastro deverão:

I - elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

II - elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

III - elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

IV - criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

V - elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

A principal justificativa para a elaboração de um Plano de Contingência é a de facilitar as atividades de preparação e otimização das atividades de resposta. Ele é uma ferramenta de grande importância para a ativação do sistema de defesa civil e para a adequada utilização dos recursos em caso de desastres.

Ele deve estar em conformidade mínima com o **Mapa de Ameaças Múltiplas do Estado do Rio de Janeiro** e de acordo com a legislação federal vigente. O Mapa de Ameaças Naturais é um instrumento desenvolvido em parceria com as defesas civis municipais, utilizando os dados fornecidos sobre prevalência de desastres em seus respectivos Municípios.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil propõe um modelo para confecção do plano de contingência e o **§7º do Art. 3º-A da Lei Federal 12.340/10** estabelece alguns elementos a serem considerados neste plano, a saber:

Art. 3º-A. (...)

(...)

§ 7º São elementos a serem considerados no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, a ser elaborado pelo Município: (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

I - indicação das responsabilidades de cada órgão na gestão de desastres, especialmente quanto às ações de preparação, resposta e recuperação; (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

II - definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o sistema de monitoramento, com especial atenção dos radioamadores; (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

III - organização dos exercícios simulados, a serem realizados com a participação da população; (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

IV - organização do sistema de atendimento emergencial à população, incluindo-se a localização das rotas de deslocamento e dos pontos seguros no momento do desastre, bem como dos pontos de abrigo após a ocorrência de desastre; (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

V - definição das ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre; (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

VI - cadastramento das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres; (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

VII - localização dos centros de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos. (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

Os planos são colocados em prática através de simulados periódicos, que representam um mecanismo de suma importância para que tanto o poder público, quanto a população, possam saber como agir durante um desastre real. São ótimas ferramentas para aperfeiçoamento dos processos e aproximam a defesa civil das comunidades.

Idealmente, os simulados devem envolver todos os atores que compõem a matriz de responsabilidades, para criar integração entre os órgãos.

Como os desastres não respeitam limites geográficos é importante que os municípios limítrofes e o Estado estejam afinados entre seus planos de contingência e que possam avaliá-los de forma conjunta. Daí a importância dos simulados.

Fontes:

- **Lei Federal nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- **Lei Federal nº 12.340/2010**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340compilado.htm
- **Lei Federal nº 12.983/2014**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12983.htm
- **Ministério do Desenvolvimento Regional – Proteção e Defesa Civil**
<http://www.mi.gov.br/defesa-civil>
- **Manual de Planos de Contingência Para Desastres de Movimento de Massa – Vol.3**
<http://www.mi.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/2018.11.30---Manual-Plancon-Mov-de-Massa.pdf>
- **Plano de Contingência da Cidade do Rio de Janeiro**
http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7502221/4203026/PLANODECONTINGENCIA_SUBDEC24112017.pdf

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano de Contingência, bem como a cópia da publicação do instrumento normativo que o aprovou. Guarde cópia do documento assinado, digitalizada em PDF.

PERGUNTA 06

6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim, na integralidade de seus agentes*
- *Sim, a maior parte de seus agentes*
- *Sim, a menor parte de seus agentes*
- *Não*

6.1. Descreva a forma sucintamente: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Considere os seguintes percentuais: integralidade (100% dos agentes são regularmente capacitados); maior parte ($\geq 50\%$ dos agentes são regularmente capacitados); menor parte ($< 50\%$ dos agentes são regularmente capacitados); “Não” (não tem plano de capacitação).

Caso a resposta seja diferente de “Não”, a pergunta condicional 6.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com a descrição sucinta do programa de capacitação, incluindo, por exemplo, os tipos de cursos ofertados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Um dos melhores métodos de se garantir que sua força de trabalho se mantenha atualizada é o desenvolvimento de planos que incentivem, garantam e avaliem a capacitação de toda força de trabalho, ao longo do tempo.

O objetivo é alcançar níveis de eficiência e qualidade dos serviços prestados nas atividades de defesa civil, por meio de quadros de funcionários capacitados, especializados, aperfeiçoados e reciclados, conforme previsto no Manual de Planejamento em Defesa Civil, no capítulo que trata sobre estratégias de qualificação.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do plano de capacitação periódica, com a assinatura da(s) autoridade(s) competente(s). Guarde cópia do documento assinado digitalizada em PDF.

Outra forma de se constituir as evidências é mediante os registros de participação nos cursos oferecidos pela **Escola de Defesa Civil (EsDEC)**, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), tais como: certificados, diplomas, listas de participação ou de presença, entre outros meios de comprovação.

Consulte a página da EsDEC para conhecer a lista de cursos disponíveis, bem como o cronograma de atividades (<http://defesacivil.rj.gov.br/index.php/cursos>).

Fontes:

- **Cursos da Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC)**
<http://defesacivil.rj.gov.br/index.php/cursos>

PERGUNTA 07

7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

Como responder:

Caso o município disponha do Plano de Mobilidade Urbana aprovado em normativo legal próprio (lei municipal), a resposta deverá ser “*Sim*”, independentemente da faixa demográfica em que o município se enquadrar.

Caso não disponha do Plano aprovado, verifique se o seu município possui mais de 20.000 habitantes, conforme a base de dados do IBGE relativa ao último censo demográfico, disponível na Internet no endereço: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230> (Sinopse do Censo Demográfico: 2010). Neste caso, utilizar como referência, a contagem total da população residente absoluta total (*link* direto para a Sinopse em PDF: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>).

Ultrapassada essa verificação, observe se o seu município se enquadra em algumas das outras hipóteses do Art. 41 da Lei 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), a saber:

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

Se o município está obrigado a possuir o Plano e não o possui, então a resposta à pergunta deverá ser “*Não*”. Caso esteja desobrigado, a resposta deverá ser “*Não se aplica*”.

Para um melhor entendimento, reproduzimos os trechos das legislações que servem de substrato legal para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, além do Estatuto das Cidades:

Constituição Federal de 1988

Art. 21. Compete à União:

(...)

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte

mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Lei Federal nº12.587/02 – Política Nacional de Mobilidade Urbana

Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios:

I - acessibilidade universal;

II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;

VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;

VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e

IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

Fontes:

- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- **Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades)**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm
- **Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana)**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm
- **IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010**
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>
<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230>

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano de Mobilidade Urbana, assinado por todas as autoridades competentes. Guarde cópia do documento assinado, digitalizada em PDF.

PERGUNTA 08

8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Considera-se o estudo atualizado se ele foi atualizado no ano de referência deste Ciclo do IEGM (2018).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos Planos de Evacuação e das plantas com a alocação dos extintores de incêndio, assinados pelas autoridades competentes. Guarde cópia dos documentos assinados, digitalizada em PDF.

A avaliação da segurança em escola e centros de saúde pode se valer do Dia Estadual de Redução de Desastres (29 de Novembro) para a realização de simulados e fortalecimento junto à comunidade. Essa participação pode se dar por meio de atividades de conscientização da população, por meio de palestras, instruções, treinamentos e simulados, gerando um comportamento proativo e preventivo da sociedade e buscando a redução de desastres e suas consequências (vide Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC, págs. 8 e 10) e o Guia de Orientações para Elaboração de Exercícios Simulados de Preparação do Ministério da Integração Nacional, incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

A defesa civil participa no dia estadual de redução de desastres?

R: O Dia Estadual de Redução de Desastre é uma ferramenta de conscientização da população e de valorização dos órgãos de defesa civil.

São realizados simulados nas escolas e nos centros de saúde das comunidades?

R: As crianças são excelentes multiplicadores de informação e conscientizadoras nas famílias. As comunidades são o ponto mais vulnerável na ocorrência de desastres.

Estas escolas e/ou comunidades se situam em áreas de risco mapeadas?

R: É importante que se aproveite a data para melhorar a preparação das comunidades em área de risco.

Fontes:

- **Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC**
http://defesacivil.rj.gov.br/images/sedec-arquivos/1_apostila_comdec.pdf

- **Guia de Orientações para Elaboração de Exercícios Simulados de Preparação (cópia disponível no site da UFSC)**
<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/04/PR-258-SPD-guia-de-orienta%C3%A7%C3%B5es-ultima-vers%C3%A3o.pdf>

PERGUNTA 09

9. O município está cadastrado no Sistema de Proteção e Defesa Civil Estadual?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil está, neste momento, em fase de reformulação, no sentido de administração das informações dos municípios.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da simples comprovação de que o município já solicitou o credenciamento junto ao referido sistema.

Fontes:

- **Decreto nº 43.599/2012. Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Defesa Civil – ASIEDAC, sem aumento de despesa, e dá outras providências.**
http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_43599-170512-.htm

PERGUNTA 10

10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município tem autonomia para submeter sua inscrição/admissão junto ao Programa.

As esferas federal e estadual (este último, responsável regional) não realizam o total controle dessas informações.

Há municípios que já são participantes do Programa e muitos deles não o sabem (devido à inscrição ter sido realizada em governo anterior, por exemplo).

A evidência pode ser constituída mediante a prova do cadastro ou Carta de Comprometimento do Prefeito assinada. Guarde cópia do documento assinado, digitalizada em PDF.

Maiores informações sobre o Programa podem ser obtidas em <http://www.defesacivil.rj.gov.br/index.php/para-municipios/cidades-resilientes>.

Fontes:

- **Defesa Civil – Campanha Construindo Cidades Resilientes.**
<http://www.defesacivil.rj.gov.br/index.php/para-municipios/cidades-resilientes>

PERGUNTA 11

11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?

- *Sim*
- *Não*

11.1. Qual (is)?

- *Inundações*
- *Secas*
- *Barragens de água*
- *Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.)*
- *Lixões*
- *Loteamentos em situação de risco*
- *Barragens de rejeitos de mineração*

11.2. No caso de haver barragens de rejeitos de mineração, houve regulamentação da atividade?

- *Sim*
- *Não*

11.2.1. Qual o número da Lei? _____

11.3. Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente?

- *Sim*
- *Não*

11.3.1. O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei nº 12608/12?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Inicialmente, responda à pergunta principal (“11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?”) com a opção que melhor representar o caso concreto (“*Sim*” ou “*Não*”). Caso a resposta seja “*Não*”, nenhuma pergunta condicional será aberta. Caso a resposta seja “*Sim*”, a **pergunta condicional 11.1** será habilitada. Nesse caso, marque todas as opções que representam tipos de ameaças que foram mapeadas.

Caso uma dessas opções marcadas tenha sido “*Barragens de rejeitos de Mineração*”, as perguntas condicionais 11.2 e 11.3 serão agora habilitadas.

Quanto à pergunta 11.2 (sobre a regulamentação da atividade), responda “*Sim*” se a regulamentação se deu por meio de uma lei municipal. Caso

contrário, responda “Não”. Se a resposta for “Sim”, abrir-se-á a pergunta condicional 11.2.1. Nesse caso, informe também o número da lei, utilizando o formato “Lei Municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa”.

Quanto à pergunta 11.3 (relativa à exigência do plano de ação), responda “Sim” ou “Não”, conforme o caso. Caso a resposta a essa pergunta tenha sido “Sim”, será preciso responder também à pergunta derivada dela, 11.3.1 (“O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei Federal nº 12608/12?”). Escolha “Sim” ou “Não”, de acordo com as diretrizes observadas na elaboração do Plano de Contingência.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Mapa de Ameaças Naturais ou Múltiplas, em formato de imagem vetorial. De forma complementar, pode ser apresentada a planilha com as ameaças mapeadas, seguindo a codificação padronizada do COBRADE.

Consulte também: **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)** do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Fontes:

- **Lei Federal nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)**
<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/centro-nacional-de-gerenciamento-de-riscos-e-desastres-cenad/entenda-os-desastres>

PERGUNTA 12

12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?

- *Sim*
- *Não*

12.1. Qual a frequência (em dias)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 12.1 será habilitada. Informe a frequência com um número inteiro positivo. Será habilitada, também, a questão 13.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O objetivo desta pergunta é verificar se é o município ou o Estado quem administra os referidos sistemas e se os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade relativamente às ameaças levantadas pelo município.

A implantação e implementação dos sistemas de monitoramento de desastres busca desenvolver procedimentos de alerta e alarme eficientes, informando com antecedência aos moradores de áreas vulneráveis, evitando mortes, salvando vidas e reduzindo as consequências de desastres.

Há diversos tipos de dispositivos e sistemas de monitoramento, como: réguas de nível para rios, pluviômetros, radares meteorológicos, observação de tempestades e outros.

O levantamento das principais ameaças do município é o principal indicador para o planejamento da aquisição e distribuição de mecanismos de monitoramento, permitindo uma aplicação mais eficiente dos recursos.

Um sistema eficaz de monitoramento deve ser capaz de permitir uma intervenção rápida e preventiva das equipes de defesa civil e a mobilização prévia de moradores de áreas de risco. Isso só é possível com a utilização de protocolos capazes de estabelecer ações a serem desenvolvidas a cada nível de alerta e alarme. De forma ideal, os sistemas de monitoramento devem estar integrados a mecanismos de geração de alertas para as comunidades em risco.

As atividades de monitoramento devem ter caráter permanente, de forma a garantir maior eficácia e credibilidade.

Os eventos catastróficos não respeitam limites geográficos, portanto a integração entre mecanismos de monitoramento de municípios vizinhos e com o Estado, potencializa seus efeitos protetores sobre as comunidades. Sistemas de monitoramento podem ser desenvolvidos em parceria com órgãos públicos das três esferas ou mesmo com a iniciativa privada.

O aviso imediato ao Estado é de vital importância para que ações complementares possam ser instauradas de forma mais rápida e eficiente, nos casos em que o município não tenha capacidade de tratar sozinho dos problemas gerados. A notificação ao Estado também é importante para possibilitar a geração de um banco de dados para estudo mais amplo dos eventos, no âmbito estadual.

Dessa forma, a evidência pode ser complementada mediante a apresentação dos ajustes firmados com o Estado ou com eventual empresa que administre sistemas de alerta e alarme. Podem ser anexados relatórios do sistema de monitoramento para comprovar a efetividade dos protocolos de registro e atendimento às ocorrências.

Fontes:

- **Lei Federal nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- **Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC**
http://defesacivil.rj.gov.br/images/sedec-arquivos/1_apostila_comdec.pdf

PERGUNTA RJ1

RJ1. O município realiza simulados periódicos com os sistemas de alerta e alarme para desastres?

- *Sim*
- *Não*

RJ1a. Qual a frequência (em dias)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional RJ1a será habilitada. Informe, então, a frequência com um número inteiro positivo.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O objetivo desta pergunta é verificar se é o município ou o Estado quem administra os referidos sistemas e se os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade relativamente às ameaças levantadas pelo município.

A mesma evidência utilizada na pergunta anterior pode servir para comprovar o atendimento desta questão, desde que fique claro, nos referidos relatórios, quais situações se referem a ocorrências verdadeiras e quais se referem a simulações realizadas para testar a efetividade dos protocolos de registro e atendimento das ocorrências.

PERGUNTA

RJ2

RJ2. O município possui Plano Municipal de Habitação de Interesse Social prevendo participação social?

- *Sim*
- *Não*

RJ2a. Do Plano, consta o mapeamento do déficit habitacional? _____

RJ2b. Há programas de fiscalização para evitar a edificação de moradias em áreas de risco (art. 26, Lei 12.608/2012)? _____

RJ2c. Há programas de remoção de edificações e reassentamento dos ocupantes em local seguro, diante de elevado risco (art. 22, Lei 12608/2012)? _____

RJ2d Os programas habitacionais do município prioriza a relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco (art. 14, Lei 12608/2012)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, as perguntas condicional de **RJ2a** a **RJ2d** serão habilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) é o instrumento básico da Política Habitacional de uma cidade, e vem integrado ao Plano Diretor. Sua fundamentação jurídica é a Lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

O PMHIS é condição básica para que o município receba recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), conforme preconiza o art. 12, III da Lei 11.124/2005 (grifos nossos):

Art. 12. Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão:

I – constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS;

II – constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

III – apresentar Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;

IV – firmar termo de adesão ao SNHIS;

V – elaborar relatórios de gestão; e

VI – observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SNHIS de que trata os arts. 11 e 23 desta Lei.

Tomando-se como exemplo, o município do Rio de Janeiro (capital), o conteúdo mínimo desse plano deve incluir:

I - diagnóstico do déficit habitacional e das habitações inadequadas, bem como de seus componentes, incluindo a distribuição geográfica dentro da cidade;

II - diagnóstico das habitações em área de risco;

III - diagnóstico das habitações sem regulamentação urbanística ou fundiária;

IV - diagnóstico dos imóveis vazios ou subaproveitados;

V - diagnóstico dos imóveis pertencentes ao Poder Público Municipal, incluindo a viabilidade de utilização em programas habitacionais;

VI - diagnóstico das Áreas de Especial Interesse Social;

VII - um ou mais planos de ação para os próximos oito anos;

VIII- os planos de ação devem obrigatoriamente apontar para um horizonte para a universalização do direito à habitação digna, mesmo que tal data ultrapasse os oito anos de vigência do plano;

IX - estimativas financeiras para implementação dos planos de ação;

X - cronograma físico-financeiro para a implementação dos planos de ação.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do normativo de âmbito municipal que dispõe sobre a regulamentação do PMHIS, acompanhado do Plano propriamente dito; ou do normativo que o aprova, tendo o Plano como anexo. Guarde cópia dos documentos digitalizados, em PDF.

Fontes:

- **Lei nº 11.124/2005**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm
- **Lei nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- **Projeto de Lei Complementar nº 10/2017**
<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/550217a3b1938058832580f8006976c2?OpenDocument>
- **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis – PMHIS**
http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf

PERGUNTA RJ3

RJ3. O município elaborou Plano de Redução de Riscos de Desastres ou Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil?

- *Sim*
- *Não*

RJ3a. O município elabora plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastres?

- *Sim*
- *Não*

RJ3b. Há articulação entre atores públicos e privados no sentido de garantir a participação social no processo de elaboração desta política pública?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada se a resposta à pergunta 5 for “Sim”. Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “Sim”, as perguntas condicionais **RJ3a** e **RJ3b** serão habilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) é um instrumento que contém diretrizes técnicas e gerenciais para as intervenções do Poder Público em áreas de risco e assentamentos precários.

O PMRR é composto prioritariamente do mapeamento das áreas de risco (com mapeamento de residências e assentamentos incluídos nas áreas de risco), classificação dos riscos quanto à gravidade, definição das estratégias para tratar os riscos, e orçamento de contingência com estimativa de custos para implantação de obras e serviços que visam a tratar tais riscos.

Dentro da metodologia de construção do Plano, é conveniente que o Poder Público mobilize e sensibilize as comunidades afetadas em assentamentos precários, a fim de garantir a cooperação das partes interessadas (participação social) no processo de elaboração.

A base da gestão de risco de desastres no município é composta pela Carta Geotécnica, pelo PMRR, pelo cadastro dos moradores em área de risco e pelo plano de monitoramento de áreas de risco. Tais documentos, em conjunto, constituem evidência de que o município atende totalmente à legislação pertinente à matéria.

Fontes:

- **Carta Geotécnica é indispensável para enfrentamento de desastres naturais**
<https://www.abms.com.br/carta-geotecnica-e-indispensavel-para-enfrentamento-de-desastres->

[naturais/](#)

- **Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) – Vitória/ES**
<http://hotsites.vitoria.es.gov.br/pmrr/>
- **Ministério do Desenvolvimento Regional – Projeto Mapeamento**
<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/projeto-mapeamento>

PERGUNTA RJ4

RJ4. O município está incluído no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos (art. 26, Lei 12608/2012)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A Lei nº 12.608/2012 alterou a Lei 12.340/2010, para incluir o Art. 3º-A que obriga a União a instituir um cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Dessa forma, cabe ao CENAD “consolidar as informações sobre riscos no País, tais como mapas de áreas de risco de deslizamentos e inundações, além dos dados relativos à ocorrência de desastres naturais e tecnológicos e os danos associados. O gerenciamento destas informações possibilita ao Centro apoiar estados e municípios nas ações preparação para desastres junto às comunidades mais vulneráveis.”

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos comprovantes que indicam que o município remeteu as informações necessárias à consolidação do cadastro nacional.

Fontes:

- **Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD**
<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/centro-nacional-de-gerenciamento-de-riscos-e-desastres-cenad>
- **Ministério do Desenvolvimento Regional - Projeto Mapeamento**
<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/projeto-mapeamento>
- **Lei nº 12.340/2010**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340compilado.htm
- **Lei nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

PERGUNTA RJ5

RJ5. Consta no Plano Diretor Municipal, o mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Art. 26 da Lei nº 12.608/2012 alterou o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) para incorporar o Art. 42-A, que prevê em seu inciso II que o mapeamento de áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto e inundações deve estar incorporado ao Plano Diretor Municipal (grifos nossos):

Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

I - parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

II - mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

III - planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

IV - medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

V - diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observadas a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

VI - identificação e diretrizes para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades. (Incluído pela Lei nº 12.983, de 2014)

§ 1º A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas geotécnicas. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 3º Os Municípios adequarão o plano diretor às disposições deste artigo, por ocasião de sua revisão, observados os prazos legais. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 4º Os Municípios enquadrados no inciso VI do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado terão o prazo de 5 (cinco) anos para o seu encaminhamento para aprovação pela Câmara Municipal. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

Dessa forma, recomenda-se que o município ao elaborar o PMRR, revise também seu Plano Diretor Municipal para incorporar o mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos e inundações, caso ainda não o

possua.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano Diretor Municipal, digitalizado em PDF, caso o mesmo já contenha o referido mapeamento atualizado.

Fontes:

- **Lei nº 10.257/2001**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm
- **Lei nº 12.340/2010**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340compilado.htm
- **Lei nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

PERGUNTA RJ6

RJ6. Constam no Plano Diretor Municipal medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De forma similar à pergunta anterior, o Plano Diretor Municipal deve incluir medidas de drenagem urbana, o que encontra previsão legal no mesmo Art. 42-A do Estatuto das Cidades (grifos nossos):

Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

...

IV - medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano Diretor Municipal, digitalizado em PDF, caso o mesmo preveja as medidas de drenagem urbana referenciadas no Art.42-A da Lei 10.257/2001.

Fontes:

- **Lei nº 10.257/2001**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm
- **Lei nº 12.340/2010**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340compilado.htm
- **Lei nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

PERGUNTA RJ7

RJ7. Dentre os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, está previsto o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Portaria MDS nº 90/2013, que regulamenta a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Em conformidade com a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, o **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências** é um tipo de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Tal serviço “*promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.*”

Trata-se de serviço público que deve ser ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente da estrutura do poder público municipal, com vistas a prover acolhimento e provisões para necessidades básicas da população afetada por situações de emergência no âmbito municipal.

Para maiores informações, vide as páginas 57 e 58 da cartilha **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (*link* abaixo).

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da **Carta de Serviços ao Cidadão**, comprovando-se que o serviço encontra-se implantado no âmbito do município. Nesse caso, guarde cópia do documento digitalizado em PDF. Outros meios documentais de comprovação, como normativos que implementem o serviço também são possíveis.

Fontes:

- **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- **Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Proteção Social Especial de Alta Complexidade**
<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/alta-complexidade>

PERGUNTA RJ8

RJ8. Houve criação de Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil ou para Calamidades Públicas ou similar?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil tem como substrato legal a Lei 12.340/2010 que dispõe sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP) e os outros fundos constituídos por Estados e Municípios.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do normativo que institui o referido fundo municipal, publicado no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação local. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Fontes:

- **Lei nº 12.340/2010**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12340compilado.htm
- **Lei nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

PERGUNTA

RJ9

RJ9. O município aderiu ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), para que se tornem aptos ao recebimento de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil “é o meio exclusivo para a execução dos recursos de resposta. Sem a adesão ao CPDC, mesmo reconhecido, o ente não estará apto para o recebimento de recursos federais para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. Por isso, a adesão ao CPDC deve ser prévia ao desastre, configurando, assim, uma ação preventiva e consciente dos dirigentes estaduais e municipais.”

Para verificar os procedimentos necessários à adesão, consulte o Manual Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação dos comprovantes de abertura da conta específica junto ao Banco do Brasil, passo obrigatório para o credenciamento, bem como o comprovante do envio dos dados bancários (CNPJ vinculado à conta; nome, CPF e data de nascimento do representante legal; número da agência, da conta e do centro de custos) para o Sistema de Cadastramento do CPD, da SEDEC.

Fontes:

- **Cartão de Pagamento de Defesa Civil**
<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/solicitacao-de-recursos/cartao-de-pagamento-de-defesa-civil>
- **Manual Cartão de Pagamento de Defesa Civil**
http://www.mi.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/manual_cartao_defesacivil_24092013.pdf
- **Lei nº 12.340/2010**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340compilado.htm
- **Lei nº 12.608/2012**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

PERGUNTA 01

1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Sim
- Não

1.1. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por necessidade de trabalho? _____

1.2. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por dificuldades de aprendizado? _____

1.3. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por causa de doenças crônicas? _____

1.4. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por falta de incentivo dos pais? _____

1.5. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por mudança de endereço? _____

1.6. Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por outros motivos? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado o monitoramento da evasão escolar (resposta “Sim”), as perguntas condicionais de 1.1 a 1.6 serão habilitadas. Nesse caso, preencha as respostas com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observações presentes no questionário.

Um detalhe é que se na pergunta principal você responder “Sim”, e preencher os valores para as respostas condicionais, mas depois decidir que a resposta deve ser “Não”, lembre-se, antes, de zerar todos os valores das respostas de 1.1 a 1.6 (essa recomendação serve também para as próximas perguntas).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evasão escolar pode ser gerada por vários motivos. Cabe ao município monitorar e acompanhar os seus alunos, a fim de identificar as principais causas e assim promover ações de combate, sanadoras do problema a tempo de que os alunos não percam o ano de estudos.

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha, devidamente atestados pela autoridade competente, que demonstre a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado (controle por Escola e ano escolar), constando o número de alunos que concluíram os seus estudos, ou seja, número de

matriculados no início e ao final do ano.

Desse relatório/planilha deve constar o número de alunos que abandonaram as aulas discriminando-se o total e por categoria, conforme os motivos elencados nas perguntas 1.1 a 1.6: necessidade de trabalho, dificuldade de aprendizagem, doenças crônicas, falta de incentivo dos pais, mudança de endereço e demais motivos.

Importante: Considere apenas as ações e medidas documentadas. Apenas realizar a ligação para o telefone cadastrado do aluno não caracteriza uma medida para reduzir a taxa de abandono.

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2018?

- Sim
- Não

2.1. Qual o número: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado a pesquisa (resposta “Sim”), a pergunta condicional 2.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município reflete por meio das suas ações a importância que atribui às creches, integrantes do processo educativo, devendo esta modalidade de ensino, portanto, articular-se com outros níveis de ensino formal, principalmente no momento do planejamento de toda a rede de ensino, quando da previsão de espaços de exploração, interação infantil e brincadeira.

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente, demonstrando o resultado da pesquisa e a conduta adotada após o levantamento dos dados registrados referentes ao quantitativo de alunos que necessitavam de creches no ano avaliado.

Neste parecer deve constar o relatório/planilha com o quantitativo de crianças aptas a ingressarem na creche no ano seguinte, dentro da faixa etária de 0 a 3 anos, neste caso, em 2018. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Importante: O levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 0 a 3 anos. Para tanto, o município deve implementar a chamada busca ativa, além de simplesmente documentar a demanda não atendida.

Referência ao Plano Nacional de Educação (Meta 1B, grifos nossos):

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Fontes:

- Busca Ativa Escolar - UNICEF
<https://buscaativaescolar.org.br/>
- Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação
http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

PERGUNTA 03

3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2018?

- Sim
- Não

3.1. Qual o número: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado a pesquisa (resposta “Sim”), a pergunta condicional 3.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município reflete por meio das suas ações a importância que atribui à pré-escola, devendo esta modalidade de ensino articular-se com toda a rede, a fim de preparar o aluno para ingresso no Ensino Fundamental.

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente, demonstrando o resultado da pesquisa e a conduta adotada após o levantamento dos dados registrados referentes ao quantitativo de alunos que necessitavam de pré-escola no ano avaliado.

Neste parecer deve constar o relatório/planilha com o quantitativo de crianças aptas a ingressarem na pré-escola no ano seguinte, dentro da faixa etária de 4 a 6 anos, neste caso, em 2018. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Importante: Igualmente, o levantamento deve abranger a quantidade de demanda de todas as crianças do município, na faixa etária de 4 a 6 anos (pré-escola). Para tanto, o município deve implementar a chamada busca ativa, além de simplesmente documentar a demanda não atendida

Referência ao Plano Nacional de Educação (Meta 1A, grifos nossos):

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Fontes:

- Busca Ativa Escolar - UNICEF
<https://buscaativaescolar.org.br/>
- Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação
http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

PERGUNTA 04

4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2018?

- Sim
- Não

4.1. Qual o número: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado a pesquisa (resposta “Sim”), a pergunta condicional 4.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente, demonstrando o resultado da pesquisa e a conduta adotada após o levantamento dos dados registrados referentes ao quantitativo de vagas necessárias para a Rede Municipal de Ensino no ano avaliado.

Neste parecer deve constar o relatório/planilha com o quantitativo de crianças aptas a ingressarem no Ensino Fundamental no ano seguinte, neste caso, em 2018. Sugere-se que o levantamento seja feito por zonas residenciais e mistas dos distritos e/ou bairros.

Referência ao Plano Nacional de Educação (Meta 2):

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Fontes:

- Busca Ativa Escolar - UNICEF
<https://buscaativaescolar.org.br/>
- Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação
http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

PERGUNTA 05

5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?

- *Sim, avaliação própria*
- *Sim, aderiu ao Programa Estadual de avaliação (SAERJ, SAERJINHO, IDERJ)*
- *Sim, aderiu ao Programa Nacional de avaliação (ANEB, Prova Brasil, ANA, ENEM)*
- *Sim, terceirizada*
- *Não aplicou*

5.1. Qual empresa? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “*Sim, terceirizada*”, a pergunta condicional 5.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta informando a razão social da empresa conforme consta do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, da Receita Federal, colocando o CNPJ entre parêntesis.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo de como foi controlado o rendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino, com matrizes de referência aplicadas, interpretação pedagógica dos dados e padrões de desempenho da avaliação. Para fins de evidência serão considerados os resultados provenientes da aplicação do programa de avaliação realizada em 2018 para o rendimento do ensino em 2017. Poderão ser considerados quaisquer programas de avaliação de rendimento escolar, sejam eles nacionais, estaduais, municipais ou contratados junto a empresas terceirizadas.

Se houve contratação de empresa para tal finalidade, a evidência se complementa mediante a cópia do Contrato de Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica com publicação do seu extrato em Diário Oficial (digitalizado em PDF).

O SAEB é composto pelas três avaliações em larga escala: ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), ANRESC / Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) e ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização). Para maiores informações, vide o Portal do INEP.

Fontes:

- **SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica**
<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>

PERGUNTA 06

6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Observe que, caso a opção selecionada tenha sido “*Sim*”, a pergunta 7 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Esta pergunta trata dos aspectos relacionados ao Ambiente Educativo, às Práticas Pedagógicas, à Avaliação, à Gestão Escolar Democrática, à Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, ao Ambiente Físico Escolar e sobre o Acesso, Permanência e Sucesso na Escola; de modo a evitar, detectar e/ou corrigir falhas em toda a Rede Municipal de Ensino.

A evidência pode ser constituída mediante laudos relacionados aos levantamentos adotados na apuração dos Indicadores da Qualidade na Educação (Ambiente Educativo, Prática Pedagógica, Avaliação, Gestão Escolar Democrática, Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, Ambiente Físico Escolar e sobre Acesso, Permanência e Sucesso na Escola) nos anos iniciais do ensino fundamental (Ciclo I), com identificação por Unidade Escolar, quantitativos parciais e totais.

Consulte os **Indicadores da Qualidade na Educação**, publicação conjunta da UNICEF, PNUD e INEP.

Fontes:

- **Indicadores da Qualidade na Educação**
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf

PERGUNTA 07

7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- IDEB
- IDERJ
- Outros: _____

Como responder:

Essa pergunta é condicional e somente irá aparecer se a resposta à pergunta 6 for “Sim”.

Escolha todas as opções aplicáveis (é possível marcar mais de uma). Caso a opção “Outros:” seja selecionada, é preciso preencher a resposta com o nome do indicador no campo ao lado (preenchendo-se um nome, a opção ficará automaticamente marcada; limpando-se o conteúdo do campo, a opção ficará desmarcada; desmarcando-se a opção, o conteúdo do campo é apagado).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo que inclua os indicadores utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a documentação comprobatória (relatório/planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre as ações efetivamente realizadas no decorrer do ano avaliado, com controle por Escola e ano escolar).

Deverão ficar disponíveis os procedimentos utilizados, resultados obtidos e quaisquer relatórios e documentações afins. Se o serviço for contratado junto a terceiros, a evidência se dará através da cópia do Contrato de Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica com publicação do seu extrato em Diário Oficial. Guarde todos os documentos preferencialmente em formato do Excel ou PDF.

PERGUNTA 08

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 09

9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?

- Sim
- Não

9.1. Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “Sim”, a pergunta condicional 9.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro, que no mínimo deve ser zero, conforme observação no questionário.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O município reflete por meio das suas ações a importância que atribui ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas aulas para o Ensino Fundamental.

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado por autoridade competente demonstrando que todas as Unidades Escolares possuíam laboratórios ou sala de informática. **Caso a escola não possua laboratórios de informática, porém disponha de laptops ou computadores que sejam utilizados pelos alunos em salas aula, bibliotecas ou outros ambientes de aprendizado, a opção a ser marcada poderá ser “sim”.**

No parecer acima deverá constar relatório/planilha com o quantitativo de computadores **em funcionamento**, disponibilizados por Unidade Escolar.

A quantidade de computadores em funcionamento é igual ao **total de computadores destinados aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município**. Esse valor é o que deve ser informado no campo da pergunta 9.1.

PERGUNTA 10

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 11

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 12

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 13

13. Qual o piso salarial municipal dos professores?

Creche: _____

Pré-escola: _____

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): _____

Como responder:

Preencha as informações com o valor do piso salarial (numérico, positivo, com duas casas decimais, sem o prefixo de moeda R\$), para cada uma das três categorias, observando a referência à jornada de 40h/semanais. O piso salarial não pode ser inferior ao piso nacional, nas três hipóteses.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a declaração devidamente atestada por autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação, que demonstre o valor do piso salarial municipal dos professores de creches, pré-escola e do Ciclo I (anos iniciais do ensino fundamental), em vigência tendo como referência o ano avaliado. Opcionalmente é possível comprovar o piso mediante cópia da publicação do normativo que fixa a remuneração.

Caso os pisos salariais tenham por base jornadas semanais inferiores a 40h, o município deverá informar o valor correspondente (proporcional) à carga horária do piso salarial mínimo nacional para cada categoria solicitada – 40 horas semanais. Por exemplo, se o município paga R\$2.000,00 para um docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) com carga horária de 22h30min, deverá preencher com o valor de R\$ 3.555,55. O mesmo ocorrerá para cada modalidade de ensino.

Ademais, deverá manter junto à documentação comprobatória de evidência, para fins de fiscalização futura, todo o normativo compatível que define as funções, cargas horárias e remunerações para cada professor da rede municipal.

PERGUNTA 14

14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pelo(a) nutricionista?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A oferta de refeições saudáveis favorece o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

A evidência pode ser constituída mediante folhetos e informativos que demonstrem a divulgação dos cardápios definidos pelas nutricionistas do município, assim como o demonstrativo do cardápio elaborado e validado pela(o) nutricionista responsável.

O cardápio deverá estar carimbado por uma nutricionista e estar afixado em local externo, de fácil acesso para os pais dos alunos. Caso haja apenas uma cópia afixada na cozinha ou no interior da escola, considerar-se-á que o cardápio não estará sendo devidamente divulgado. Se o cardápio for único para todas as escolas, sugere-se também divulgar o cardápio em local apropriado no *site* da Prefeitura.

A profissional que assina o cardápio pode ser servidora pública efetiva dos quadros da prefeitura, ocupante de cargo exclusivamente comissionado, ou contratada externa. Neste caso, deve-se guardar a cópia do documento que comprova o vínculo do profissional com a Prefeitura.

Registros fotográficos de afixação em painéis serão aceitos como evidência de forma complementar, desde que seja possível identificar claramente o cardápio, assim como a Unidade Escolar e registro da data da fotografia.

PERGUNTA 15

15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?

- *Sim*
- *Não*

15.1. Qual a média de tempo (em minutos)? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a Prefeitura tenha realizado o estudo (resposta “*Sim*”), a pergunta condicional 15.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro positivo (maior do que zero).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que registre as rotas utilizadas e o tempo médio de percurso, com registro do devido roteiro e do total de alunos usuários, considerando o ano avaliado.

Observe o elo de ligação entre as deficiências do transporte escolar, que podem estar sendo apontadas no relatório acima referenciado, com as estratégias de busca ativa escolar, estas últimas que visam a identificar as razões para a evasão escolar no seu município.

PERGUNTA 16

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 17

17. Como é feita a preparação da merenda no município?

- *Cozinha piloto própria*
- *Nas escolas (que possuem merendeiras)*
- *Terceirizada*

17.1. Qual o custo unitário médio do almoço? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção selecionada tenha sido “*Terceirizada*”, a pergunta condicional 17.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número decimal positivo com duas casas decimais (sem prefixo de moeda), representativo do custo em reais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório devidamente atestado pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de escolas que disponibilizam merenda para os alunos da Rede Municipal de Ensino, seja através de cozinha piloto própria, terceirizada ou nas escolas, através de merendeiras, no ano avaliado. Para a resposta, considere a opção mais frequente, adotada na maioria das escolas.

Para responder à pergunta 17.1, é necessário possuir um estudo acerca do custo unitário médio de cada refeição, considerando-se que a opção mais frequente no município seja a de terceirizar a elaboração da merenda. Nesse caso, pode-se apresentar como evidência, digitalizado em PDF, a planilha de custos utilizada para embasar os procedimentos licitatórios ou a planilha de custos apresentada na proposta vencedora.

PERGUNTA 18

18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?

- *Sim, semanalmente*
- *Sim, mensalmente*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A oferta de refeições saudáveis favorece o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

A evidência pode ser constituída mediante o demonstrativo de como são controlados os estoques de todos os itens que compõem o cardápio escolar, além do modelo de teste de aceitabilidade e os seus resultados.

O sistema de controle dos insumos (eletrônico ou manual) deve apresentar controle da movimentação de entrada e saída dos materiais, estoque mínimo e variação do estoque, com data de validade de cada produto (sugere-se afixar etiquetas nas prateleiras para auxiliar no controle da utilização por parte das merendeiras).

Para fins de evidência da atestação da infraestrutura, cabe à nutricionista responsável relatar o estado de cada cozinha e despensa, por Unidade Escolar, com posição no mês de dezembro do ano avaliado.

PERGUNTA 19

19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?

- *Sim*
- *Não*

19.1. Qual o percentual de professores que possuem? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Não*” (pois “*Sim*” presume a integralidade ou 100%), a pergunta condicional 19.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número decimal percentual na faixa de 0,00 a 99,99.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro de todos os professores da rede municipal de ensino, classificando-os por matrícula, CPF e nível de escolaridade (se nível médio, graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado).

Podem ser utilizados como evidências também os diplomas de graduação dos professores, devidamente catalogados e digitalizados em PDF.

PERGUNTA 20

20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?

- *Sim*
- *Não*

20.1. Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2018? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 20.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro positivo, lembrando que a resposta zero não é possível em combinação com a resposta “*Sim*”, pois a ausência de visitas às escolas impede a adequada atestação das condições e equivale, na prática, ao “*Não*” na pergunta principal.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A oferta de refeições saudáveis favorece o crescimento, a aprendizagem, o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação das atas das reuniões, visitas, fiscalizações e pareceres do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Para evidenciar a quantidade de visitas, pode-se utilizar o registro em planilha das visitas do CAE, por Unidade Escolar, data e relatório de itens fiscalizados.

PERGUNTA 21

21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

- Sim
- Não

21.1. Qual? _____

21.2. Informe mais detalhes sobre o programa de desenvolvimento de leitura e escrita aplicado:

Percentual de cobertura - 1º ano: _____

Percentual de cobertura - 2º ano: _____

Percentual de cobertura - 3º ano: _____

Percentual de cobertura - 4º ano: _____

Percentual de cobertura - 5º ano: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “Sim”, as perguntas condicionais 21.1 e 21.2 serão habilitadas. Nesse caso, na pergunta 21.1, informe o nome do programa municipal (campo texto); na pergunta 21.2, preencha todos os campos. Cada percentual de cobertura deve estar na faixa entre 0,00 e 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

É de competência dos municípios promover campanhas de incentivo à leitura, tendo em vista, que a mesma melhora o aprendizado dos alunos, estimula a escrita, a aquisição de novos vocabulários, aprimora a capacidade interpretativa, mantém o raciocínio ativo, além de proporcionar ao leitor um conhecimento mais amplo e diversificado sobre temas diversos.

A evidência pode ser constituída mediante a descrição do modelo adotado para o desenvolvimento da leitura e da escrita para os alunos da Rede Municipal de Ensino. Quanto aos percentuais de cobertura, estes podem ser evidenciados a partir dos registros do controle de frequências, por Unidade Escolar e ano do ensino (do 1º ao 5º ano).

PERGUNTA 22

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 23

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 24

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 25

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 26

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 27

27. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

- Sim
- Não

27.1. Informe a quantidade total em dias de ausência dos professores:

Faltas injustificadas: _____

Faltas justificadas: _____

Licença médica: _____

Licença maternidade/paternidade: _____

Abonos: _____

Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei) _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “Sim”, a pergunta condicional 27.1 será habilitada. Nesse caso, preencha todos os campos com valores numéricos, inteiros, maiores ou iguais a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação que demonstre o índice de absenteísmo dos professores do Ciclo I, considerando: quantidade total em dias de ausência dos professores (incluindo afastamentos legais) e a devida classificação (falta justificada, falta injustificada, abonos, licença médica e/ou maternidade/paternidade).

Importa destacar que os demonstrativos devem destacar o quantitativo individualizado por tipo de falta.

Contabilize todos os dias de ausência de professor dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) no ano avaliado, incluindo-se as faltas justificadas e injustificadas.

PERGUNTA 28

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 29

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 30

30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta 43 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Os Conselhos Municipais de Educação devem ter condições de exercer as suas funções de mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores públicos, dentre elas: normatizar (regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário), deliberar (autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino, legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino), assessorar (responder questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade por meio de pareceres) e fiscalizar (acompanhando a execução das políticas públicas e monitorando os resultados educacionais do sistema municipal).

A evidência pode ser constituída mediante a cópia integral da publicação (preferencialmente digitalizada em PDF) da Lei Municipal que institui o Conselho Municipal de Educação em Diário Oficial e/ou de grande circulação, além do fornecimento da relação nominal da composição do Conselho, vigente no período de de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano avaliado.

PERGUNTA 31

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 32

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 33

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 34

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 35

35. Qual a data de início do ano letivo de 2018? _____

Como responder:

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”). Insira uma data no intervalo de 01/01/2018 a 31/12/2018, tendo em vista o escopo do período de autoavaliação.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a declaração devidamente atestada por autoridade competente que demonstre o efetivo início do ano letivo atinente ao ano avaliado.

PERGUNTA 36

36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:

Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? _____

Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura? _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número inteiro, maior ou igual a zero. Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura, esta deve ser contabilizada apenas uma vez, no valor referente a escolas com biblioteca.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto à primeira informação (*“Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas”*), a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o quantitativo de bibliotecas total e por Unidade Escolar, discriminando se em 31 de dezembro do ano avaliado estavam em funcionamento e disponíveis para uso dos alunos.

Quanto à segunda informação (sobre as salas de leitura), a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha similar, devidamente atestada pela autoridade competente, e que demonstre o quantitativo de salas de leitura total e por Unidade Escolar, discriminando se em 31 de dezembro estavam em funcionamento e também disponíveis para uso dos alunos.

Importa destacar que as bibliotecas e salas de leitura requerem, além dos livros, o controle pormenorizado de todo o acervo, a disponibilização de espaço amplo e arejado que estimule a prática da leitura. A diferença entre ambas, portanto, está na programação de atividades de leitura, alocação de profissionais especializados (incluindo um *bibliotecário*, segundo critério do FUNDEB) e acervo organizado de livros e arquivos.

PERGUNTA 37

37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?

- Sim
- Não

37.1. Data da entrega: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “Sim”, a pergunta condicional 37.1 será habilitada.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Todo aluno de escola pública tem direito a receber o material didático que será utilizado em sala de aula ao longo do ano, conforme prevê a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) em seu artigo 4º, item VIII:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da relação de todos os livros adotados pelo município, com registro discriminado por quantidade recebida e remessa de entrega a cada Unidade Escolar. Quanto à data da entrega, pode ser comprovada pelo registro em formato de planilha das entregas do Material Didático por Unidade Escolar, por aluno, data de entrega e série escolar. **Caso a data da entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar.**

Fontes:

- **Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB)**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

PERGUNTA 38

38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?

- *Sim*
- *Não*

38.1. Data da entrega: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 38.1 será habilitada.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A Lei Federal nº 8.907/94 estabelece que o uniforme escolar ou fardamento deve levar em conta o clima da região em que a escola funciona e a condição econômica do estudante. Considerando que escola pública é gratuita por determinação constitucional, extrai-se que o fornecimento do uniforme também deverá ser gratuito.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do modelo do uniforme escolar adotado pelo município, e por documento discriminando sua fonte de custeio, a quantidade adquirida *versus* alunos matriculados, além da quantidade remetida a cada Unidade Escolar. Quanto à data da entrega, a evidência pode ser constituída mediante o registro em formato de planilha das entregas do uniforme escolar por Unidade Escolar, por aluno, data de entrega e série escolar. **Caso a data da entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar.**

Fontes:

- **Lei Federal nº 8.907/94**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

PERGUNTA 39

39. *Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?*

- *Sim, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor.*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

De acordo com especialistas, melhores condições de trabalho na escola, interação com a equipe escolar, um programa de formação continuada que estimule a superação de desafios, além de segurança para o exercício da função são aspectos que favorecem a redução do absenteísmo dos docentes.

A evidência pode ser constituída mediante planilha demonstrando conhecer o quantitativo da frequência e das faltas, por docente e Unidade Escolar, discriminando a modalidade de cada afastamento (Licença médica de curta e de longa duração; assim como as faltas abonadas, justificadas e injustificadas), além de demonstrar que medidas foram tomadas por meio de declaração ratificada ou documentação que comprove a existência de iniciativa.

PERGUNTA 40

40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?

- Sim
- Não

40.1. Qual o número da lei? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “Sim”, a pergunta condicional 40.1 será habilitada. Nesse caso, preencha o nº da Lei Municipal usando o formato “Lei Municipal nº nnnn/aa”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O piso salarial nacional do magistério, instituído pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamentou a disposição já prevista na Constituição Federal (alínea ‘e’ do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Federal nº 9.394/96). Fixa limites para o trabalho de interação com os alunos na composição da jornada docente: professores devem passar no máximo dois terços (2/3) da carga horária em sala de aula, e no mínimo um terço (1/3) da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse. De forma complementar, o município pode adotar um Plano de Cargos e Salários, prevendo-se formas de remuneração por produtividade e desempenho, progressão na carreira, entre outros fatores não tratados nas legislações de âmbito federal.

Nesse caso, a evidência poderá ser constituída mediante a cópia integral da publicação (digitalizada em PDF) da Lei Municipal que estabeleça o Plano de Cargos e Salários (PCCS) em Diário Oficial e/ou de grande circulação, ou da legislação municipal que estabeleça o piso salarial municipal em nível local, se houver.

Fontes:

- **Lei Federal nº 11738/18**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm
- **Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB)**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

PERGUNTA 41

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 42

42. Houve entrega do kit escolar à rede municipal?

- *Sim*
- *Não*

42.1. Data da entrega: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta tenha sido “*Sim*”, a pergunta condicional 42.1 será habilitada.

Ao clicar no espaço reservado para a data, abre-se o componente que permite selecionar a data (formato “dd/mm/aaaa”).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do modelo do kit escolar fornecido pelo município, e por documento discriminando sua fonte de custeio, quantidade adquirida *versus* alunos matriculados e a quantidade remetida à cada Unidade Escolar.

Quanto à data da entrega, a evidência pode ser constituída mediante o registro em formato de planilha da entrega dos kits escolares por Unidade Escolar, aluno, data de entrega e série escolar. **Caso a data da entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informe a data referente à última entrega em unidade escolar**

PERGUNTA 43

43. *Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?*

- *8 ou mais reuniões*
- *6 a 7 reuniões*
- *4 a 5 reuniões*
- *0 a 3 reuniões*

Como responder:

Essa pergunta estará habilitada somente em caso de resposta afirmativa (“Sim”) à pergunta 30. Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Os Conselhos Municipais de Educação devem ter condições de exercer as suas funções de mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores públicos, dentre elas: normatizar (regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário), deliberar (autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino, legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino), assessorar (responder questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade por meio de pareceres) e fiscalizar (acompanhando a execução das políticas públicas e monitorando os resultados educacionais do sistema municipal).

A evidência pode ser constituída mediante declaração atestada por autoridade competente informando o quantitativo de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Educação durante o ano avaliado, anexando cópia das suas respectivas atas (com os documentos preferencialmente digitalizados em PDF).

Importante: Para o cômputo da quantidade de reuniões, não se deve considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza finalística do Conselho.

PERGUNTA 44

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 45

45. Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, informe, com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007:

Percentual TOTAL aplicado em MDE: _____

Percentual aplicado no Magistério: _____

Como responder:

Preencha ambas as informações com um número percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Quanto à primeira informação, a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o **total de despesas** empenhadas, liquidadas e pagas com as fontes de recursos oriundas do FUNDEB (recebidas naquele exercício e o saldo de até 5% referente ao ano anterior).

Quanto à segunda informação, a evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre **as despesas com magistério** empenhadas, liquidadas e pagas com as fontes de recursos oriundas do FUNDEB (recebidas naquele exercício e o saldo de até 5% referente ao ano anterior).

PERGUNTA 46

46. Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe:

Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: _____

Como responder:

Preencha a informação com um número percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestada pela autoridade competente que demonstre o **total de despesas** empenhadas, liquidadas e pagas **na função de governo educação** utilizando **fontes de recursos de impostos**. Observe que esta informação também se encontra presente no RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) e nos demonstrativos de prestações de contas de governo, que podem ter ajustes posteriores determinados pelo TCE-RJ.

PERGUNTA 47

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 48

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 49

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 50

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 51

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 52

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 53

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 54

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 55

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 56

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas..

PERGUNTA 57

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 58

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 59

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 01

1. Com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2018), informe os seguintes valores:

Receita arrecadada: _____

Receita prevista atualizada: _____

Despesa executada: _____

Despesa fixada final: _____

Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para cada informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “100000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a apresentação do quadro principal do **Balanco Orçamentário do exercício referente ao ano avaliado**. No caso da **receita arrecadada**, consulte o total das receitas orçamentárias arrecadadas. Para a **receita prevista atualizada**, verifique o total das receitas orçamentárias previstas atualizadas. Para a **despesa executada**, considere o total das despesas orçamentárias empenhadas. Para a **despesa fixada final**, considere o total das dotações orçamentárias atualizado.

No tocante aos **créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro**, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da lei que autoriza a abertura de créditos (Art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64), e das publicações dos decretos executivos de abertura de crédito adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) nos quais estejam presentes os seguintes elementos: finalidade (autorização de despesa não computada ou reforço de dotação), o programa de trabalho, o elemento de despesa, a fonte, e o valor em reais. O fundamento legal dos decretos deve estar em conformidade com o Art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964. Para a resposta, deve ser considerada a soma de todos os valores de créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição (Válido a partir do exercício de 2019), Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 2. Balanco Orçamentário (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>) preconiza que os **créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro** devem vir discriminados no Balanco

Orçamentário, conforme o modelo utilizado, quando da apresentação das **prestações de contas de governo municipais**.

Fontes:

- **Lei Federal nº 4.320/64**
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L4320.htm
- **STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8º Edição (Válido a partir do exercício de 2019)**
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>

PERGUNTA 02

2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2018, informe os seguintes valores:

Ativo financeiro: _____

Passivo financeiro: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para cada informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “1000000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para ambas as informações, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes que compõe o Balanço Patrimonial.

Fontes:

- **STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição (Válido a partir do exercício de 2019)**
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>

PERGUNTA 03

3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2018, informe os seguintes valores:

Saldo inicial total dos restos a pagar: _____

Total de pagamentos realizados: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para cada informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “1000000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a apresentação do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados que compõem o Balanço Orçamentário. Vide o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição (Válido a partir do exercício de 2019), Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 2. Balanço Orçamentário).

Fontes:

- **STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição (Válido a partir do exercício de 2019)**
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>

PERGUNTA 04

4. Com base nos dados do exercício de 2018, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal - Poder Executivo: _____

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal - Poder Legislativo: _____

Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/16) em relação à RCL: _____

Como responder:

Registre o valor numérico, sem sufixo percentual %, com duas casas decimais. Ex.: digite “100,00” para representar 100%.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No que diz respeito ao **percentual apurado com a despesa total de pessoal - Poder Executivo**, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Anexo 1 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo, referente ao 3º quadrimestre / 2º semestre de 2018. Extraia o percentual do total da despesa líquida com pessoal para fins de apuração do limite (TDP sobre RCL).

No tocante ao **percentual apurado com a despesa total de pessoal - Poder Legislativo** realize procedimento similar ao de cima, sobre o Demonstrativo da Despesa com Pessoal relativa ao Poder Legislativo.

Para apurar o **percentual da dívida fundada em relação à RCL**, utilize o Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo referente ao 3º quadrimestre / 2º semestre de 2018. Extraia o percentual da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL (Receita Corrente Líquida), relativo ao final do exercício.

PERGUNTA 05

5. Sobre pagamento de *Precatórios*, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2018:

Saldo inicial dos precatórios: _____

Saldo final dos precatórios: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para cada informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “1000000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a apresentação dos Anexos 14 (Balanço Patrimonial), 16 (Demonstrativo da Dívida Fundada Interna) ou 17 (Demonstrativo da Dívida Flutuante) da Lei 4.320/64; ou mediante o Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal (Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida), se estiverem contabilizados os precatórios. Para a apuração do saldo inicial, verifique os valores consignados na coluna “exercício anterior” e para a apuração do saldo final, verifique os valores registrados na coluna “exercício atual”.

Para auxiliar na contabilização dos precatórios, a Procuradoria do Município pode solicitar ao TJRJ, por meio da Divisão de Precatórios Judiciais (DIPRE), o Relatório Geral de Precatórios com o saldo devido até o exercício solicitado.

6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso tenha dúvidas no enquadramento dos percentuais do Art. 29-A da Constituição Federal, consulte o **Anexo IX da Decisão Normativa – TCU n.º 171, de 21 de novembro de 2018**, que trata da aprovação para o exercício de 2019, dos coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”, da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981.

Para extrair as informações acerca dos valores das receitas orçamentárias (tributária e transferências constitucionais previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, da CF/88), consulte o Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64.

A evidência pode ser constituída mediante a cópia dos comprovantes de repasses efetuados à Câmara Municipal, mensalmente, com data e valor do repasse efetuado, bem como a alíquota do percentual devido.

Fontes:

- **Lei Federal nº 4.320/64**
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L4320.htm
- **Boletim do TCU – Diário Eletrônico – Decisão Normativa – TCU nº 171, de 21 de novembro de 2018**
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F674259240167513CCC44343E&inline=1>

PERGUNTA 07

7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída, mediante as cópias dos comprovantes de repasses efetuados ou relação de pagamentos contabilizados com data e valor dos repasses efetuados.

Também se deve guardar a cópia do Comprovante do Repasse ao RPPS, emitido em caráter obrigatório em virtude da legislação previdenciária pertinente.

Fontes:

- **Ministério da Economia. Previdência Social. Comprovante de Repasse**
<http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/demonstrativos-rpps/comprovante-de-repasse/>

PERGUNTA 01

1. A prefeitura municipal possui PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?

- *Sim, com metas acima de 02 anos (após 2019)*
- *Não, com metas para até 02 anos (até 2019)*
- *Não possui PDTI*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Inicialmente, o município deve verificar se existe Plano Diretor de Tecnologia da Informação em vigor. O Plano Diretor de TI é um documento derivado do Plano Estratégico da instituição, considerando-se um determinado período de tempo e pressupõe o alinhamento a este.

Normalmente, o PDTI é aprovado através de normativo próprio, que pode ser uma lei municipal ou um ato do Poder Executivo.

Caso o município possua um PDTI em vigor, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do normativo que o aprovou, bem como o inteiro teor do Plano propriamente dito.

Caso o município não possua um PDTI, ou o documento esteja em elaboração, ou ainda esteja fora da vigência ou defasado, deve escolher a opção “Não possui PDTI”. Nesse caso, nenhuma evidência precisará ser coletada.

Caso o gestor tenha interesse em se aprofundar no assunto, recomenda-se a leitura do Guia de Elaboração do PDTI do SISP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Fontes:

- **Guia de elaboração de PDTI do SISP: versão 1.0 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. - Brasília : MP/SLTI, 2012.**
http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/download/file/Guia_de_Elaboracao_de_PDTI_v1.0_-_versao_digital_com_capa.pdf

PERGUNTA 02

2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação é um documento que estabelece regras para a proteção da integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações. Ela estabelece procedimentos para o tratamento da informação, controle de acesso, uso do correio eletrônico, para a cópia de segurança (*backup*), administração dos *data centers*, acesso e uso da Internet, entre outros itens de segurança.

Inicialmente, identifique se o município dispõe de uma Política de Segurança da Informação e se ela se encontra publicada, pois a condição de sucesso para a implantação dos procedimentos é a ampla divulgação aos servidores municipais.

Em caso afirmativo, para coletar a evidência, identifique se o documento foi aprovado através de normativo específico de âmbito municipal.

Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante a cópia em PDF da publicação da legislação específica, bem como o documento propriamente dito. O arquivo PDF deve indicar a URL de acesso ao documento (que pode estar armazenado no *site* da prefeitura ou da câmara municipal)

Importante: Para desenvolver boas práticas em segurança da informação, a leitura recomendável é a Cartilha de Boas Práticas em Segurança da Informação - 4ª Edição, publicada pelo TCU (*link* abaixo).

Fontes:

- Brasil. Tribunal de Contas da União. Boas práticas em segurança da informação / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. – Brasília : TCU, Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, 2012.
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B226095120B>

PERGUNTA 03

3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?

- *Sim, com funcionários efetivos*
- *Sim, com funcionários efetivos e temporários*
- *Sim, com funcionários temporários*
- *Não possui esse quadro*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta a essa pergunta seja “Não possui esse quadro”, as Perguntas RJ9, RJ10 e RJ11 não serão habilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As informações necessárias podem ser buscadas junto ao sistema de RH da Prefeitura Municipal.

Consideram-se funcionários efetivos os servidores municipais efetivos que ingressaram no serviço público mediante concurso, após a Constituição Federal ou sem concurso, antes da entrada em vigência da Constituição.

Consideram-se temporários: os terceirizados, os exclusivamente ocupantes de cargos comissionados de livre nomeação, e os cedidos à prefeitura.

Para fins de coleta das evidências, é possível utilizar a lista de servidores da área de TI, extraída do Sistema de RH do município, se nesta lista estiverem presentes as informações acerca do tipo de vínculo e lotação.

Outra opção para a comprovação do fato de que o quadro de pessoal da área de TI conta com servidores efetivos é guardar a cópia da publicação dos editais de concurso público realizados para o provimento destes cargos, com os subsequentes atos de nomeação (*Quanto aos editais e atos de provimento dos cargos, basta coletar uma amostra de cada tipo*).

A primeira opção de resposta (“*Sim, com funcionários efetivos*”) ocorre quando a integralidade do quadro de servidores é composta de servidores efetivos. A terceira opção corresponde à situação oposta: quando todos os servidores que atuam em TI são terceirizados. A segunda opção é a mais comum, quando o município conta com alguns terceirizados e outros servidores efetivos.

No caso de terceirizados, a prefeitura pode apresentar os contratos de prestação de serviços (de desenvolvimento, de suporte, ou de infraestrutura), bem como a lista de funcionários terceirizados que prestam serviços especializados na área de TI, desde que na forma de declaração emitida pela empresa contratada.

PERGUNTA 04

4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As competências necessárias para a atividade do pessoal de TI encontram-se normalmente listadas na legislação que trata sobre o plano de cargos e salários do município (PCS), ou nas normas de hierarquia inferior que o regulamentam. Nesse caso, guarde a cópia da legislação e das demais normas, com atenção para aquelas que tratam das atividades da área de Tecnologia da Informação (TI).

O PCS pode definir as atribuições do cargo (ex.: desenvolver e dar manutenção em sistemas de TI), bem como os requisitos para investidura no cargo (ex.: possuir diploma de nível superior em informática, com especialização em análise de sistemas).

Na ausência de um documento formal desse tipo que defina quais cargos estão previstos, suas respectivas atribuições e requisitos para investidura, é possível utilizar os editais de concursos públicos previamente já realizados, os quais indicarão as atribuições de cada cargo, ainda que não seja a situação ideal.

Obs.: A situação ideal é que exista um normativo fornecendo as diretrizes para a investidura e para o exercício dos cargos. Tal normativo direciona a confecção posterior dos editais para provimento de cargos na área de TI, e no caso do exercício efetivo, orienta o gestor a fim de impedir a ocorrência de desvios de função.

PERGUNTA 05

5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?

- Sim
- Não

5.1. Qual periodicidade: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 5.1 será habilitada. Nesse caso, informe a periodicidade no campo texto (ex.: trimestralmente, semestralmente, anualmente).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Deve ser verificado se os servidores da área de TI (efetivos ou temporários) participam regularmente de cursos de capacitação a fim de se atualizarem quanto à tecnologia.

Podem servir como evidências: cópia dos certificados dos cursos de TI realizados pelos servidores (amostra); cópia de contratos de prestação de serviços de treinamento na área de TI, informando a quantidade de servidores treinados; cópia de normativos que regulamentem tais programas de capacitação; entre outros meios possíveis.

A Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ disponibiliza cursos diversos na área de TI **gratuitamente** aos servidores de órgãos jurisdicionados do TCE-RJ.

Fontes:

- ECG TCE-RJ. Pós-Graduação e Capacitação. Programas e Inscrições. Público-Alvo: Municipal
<http://www.tce.rj.gov.br/web/ecg/publico-alvo-municipal>

PERGUNTA 06

6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Nesse quesito, praticamente todos os municípios dispõem de um domínio dentro da estrutura “**.rj.gov.br**”. Em alguns poucos casos, o *site* encontra-se sendo reformulado, mas na maioria dos casos encontra-se operacional.

O *site* a ser considerado deve estar, **preferencialmente**, no domínio “**.rj.gov.br**”, que é reservado a *sites* governamentais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Caso o *site* da prefeitura esteja operacional, a opção a ser escolhida é “**Sim**”. Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página inicial, tomando-se o cuidado de que a URL (endereço eletrônico) de acesso ao *site* esteja aparecendo no documento (geralmente no rodapé). É possível também comprovar que as atualizações ocorrem semanalmente, imprimindo-se a página de Notícias do *site*, se houver, a qual, por si só, já é suficiente.

Não é necessário que todo o *site* esteja com as informações atualizadas, mas se globalmente estiver muito desatualizado (mais de 50% das informações disponíveis defasadas, por exemplo), é preferível responder “**Não**” ao critério. Também deverá ser respondido “**Não**” se o *site* estiver em processo de reformulação ou “em construção”.

Obs.: Este quesito não se refere às exigências contidas na Lei de Transparência (Lei Complementar 131/09).

PERGUNTA 07

7. O PDTI é divulgado na Internet?

- *Sim*
- *Não*
- *Não possui PDTI*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Essa pergunta é complementar à pergunta nº 1. Dessa forma, caso a resposta daquela pergunta tenha sido “*Não possui PDTI*”, a resposta aqui deverá ser compatível (também “*Não possui PDTI*”).

A opção “*Sim*” significa que “o município possui um PDTI em vigor” e que “ele se encontra publicado na Internet” (as duas assertivas devem ser válidas).

A opção “*Não*” significa que “o município possui um PDTI em vigor” e que “ele não está publicado na Internet” (também as duas assertivas devem ser válidas). Atenção para esse detalhe sutil.

Já a opção “*Não possui PDTI*” significa que o município não possui o documento desenvolvido (não podendo, portanto, estar publicado).

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso o município possua um PDTI em vigor, ele pode estar sendo divulgado ou não (a situação ideal é que o documento seja divulgado). Essa divulgação pode se dar no *site* da Prefeitura ou no *site* da Câmara Municipal.

A divulgação no *site* da Câmara Municipal normalmente ocorre quando o PDTI é aprovado através de legislação municipal específica. Porém, às vezes, o PDTI é adotado, mas a Prefeitura não o submete formalmente à Câmara Municipal para aprovação.

Em qualquer dos casos, a evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF demonstrando que o documento encontra-se publicado. Esse arquivo deve ser criado a partir da respectiva página de publicação na Internet, tomando-se o cuidado de que a URL (endereço eletrônico do tipo *http*) esteja visível no PDF. Além disso, deve-se guardar o PDTI propriamente dito.

PERGUNTA 08

8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Idealmente, o site da Prefeitura deve possuir uma seção de “**Licitações**”, com fácil acesso ao conteúdo (dados completos, ferramenta de busca e arquivos disponibilizados para *download*).

Nessa seção devem estar publicados os **avisos de licitação** indicando, por exemplo, as seguintes informações: Modalidade empregada, nº da licitação e ano, nº do processo administrativo, data e hora do certame, objeto, valor, além dos arquivos relativos aos editais disponíveis para *download* e a fase em que a licitação se encontra (ex.: “prevista”, “adjudicada”, “homologada”, “concluída”, etc.)

Podem estar disponibilizados também os despachos da comissão de licitação e os atos subsequentes, tais como a adjudicação, a homologação e a assinatura dos contratos, que no caso, devem estar disponíveis para *download* (contratos assinados e digitalizados) a fim de atender especificamente à pergunta.

Caso a seção exista, e as informações no site da Prefeitura estejam completas, a resposta deve ser “**Sim**”. Caso contrário, informe “**Não**”.

Eventualmente, o município pode possuir também um Diário Oficial Eletrônico na Internet, com publicações dos atos administrativos relativos às licitações, mas caso possua apenas o DO Eletrônico e não faça a divulgação de forma concentrada (em uma seção do *site*, como sugerido acima), nem possua ferramentas de busca ou disponibilize os arquivos para facilitar o acesso ao público externo, entendemos que a pergunta deve ser respondida como “**Não**”.

A evidência que se sugere é a impressão da página inicial da seção de licitações, com amostras dos processos licitatórios ocorridos ou em curso, demonstrando que as informações encontram-se presentes. Esse arquivo pode ser convertido em PDF e guardado como evidência.

Essa pergunta é complementar à pergunta nº 15 e o cerne dela diz respeito à divulgação **dos arquivos digitalizados dos contratos assinados**.

PERGUNTA 09

9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?

- Sim
- Não
- Sem resposta

9.1. Selecione os instrumentos divulgados na internet:

- Planos
- Orçamentos
- LDO
- Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios
- RREO e sua versão simplificada
- RGF e sua versão simplificada

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 9.1 será habilitada. Nesse caso, devem ser selecionados todos os instrumentos que se encontram divulgados.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Para a lista extensiva de requisitos a serem observados no Art. 48 da LRF:

“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”

Para cada documento exigido (Plano Estratégico, Plano Plurianual, Orçamento, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Prestação de Contas e respectivo Parecer Prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, Relatório de Gestão Fiscal – RGF e outros), **identifique a seção do site relativa à transparência e as URLs (endereços eletrônicos) de acesso aos documentos.**

A evidência de cada resposta pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página de acesso (ou páginas), tomando-se o cuidado de que a URL de acesso esteja presente no PDF.

Fontes:

- **Lei Complementar nº 101/2000 – LRF**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

PERGUNTA 10

10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:

- Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)
- Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Inicialmente, devem ser identificadas as licitações cujo objeto é a aquisição de bens e serviços na área de TI (tecnologia da informação).

Elas podem dizer respeito, por exemplo, à aquisição de *hardware* (como por exemplo: computadores, impressoras, scanners, servidores de rede e banco de dados, entre outros); de soluções de *software* disponíveis comercialmente; de contratos de prestação de serviços de desenvolvimento de *softwares* específicos para o órgão público (ex.: fábrica de *software*); contratos de prestação de serviços de consultoria na modalidade SAAS (*Software As A Service*); de serviços de manutenção da infraestrutura (como instalação e cabeamento da infraestrutura de redes de computadores); de prestação de serviços de telecomunicações (como por exemplo, de acesso à Internet); de prestação de serviços de suporte técnico; entre outros.

Após essa identificação é preciso avaliar três atos administrativos típicos da licitação:

a) Na elaboração dos termos de referência, cujo objeto deve ter suas especificações técnicas definidas pela área de TI. Nesse caso, a evidência pode ser constituída pelos termos de referência digitalizados, se assinados ou encaminhados pela área de TI.

b) Na etapa de julgamento, através das atas da comissão, que devem ser corroboradas pela área de TI, através da participação de técnicos que irão verificar se o objeto apresentado na proposta comercial confere com o solicitado através do termo de referência. Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante as atas digitalizadas, se contiverem a assinatura dos servidores da área de TI que participaram das reuniões dessa etapa.

c) No recebimento do objeto, após testes efetuados pela equipe técnica da área de TI, para fins de aceite do produto, em termos de qualidade, o que pode ser comprovado pelo termo de recebimento definitivo do produto (como essa é uma função do fiscal do contrato, essa função deve ser exercida por um servidor da área de TI). Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante os termos de recebimento, se assinados por servidores da área de TI que atuem como fiscais do contrato.

PERGUNTA 11

11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:

- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*
- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*
- *Os dados não possuem registros eletrônicos*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta *“Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município”*, a evidência pode ser constituída mediante declaração assinada pelo titular da área de TI do município informando tal fato, bem como o nome e versão do sistema utilizado para o controle da dívida ativa do município, além da tecnologia de gerenciamento de bancos de dados utilizada (ex.: Microsoft SQL Server, Oracle, e outros). Também é possível complementar a evidência com o manual do sistema de controle da dívida ativa, se disponível e digitalizado em PDF.

Quanto à opção de resposta *“Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados”*, a evidência pode ser constituída mediante a cópia do contrato com a empresa que providencia o serviço de armazenamento externo dos dados ou de uso do sistema (documentos digitalizados em PDF), podendo ser complementado com o manual do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

A opção *“Os dados não possuem registros eletrônicos”* dispensa a coleta de evidências.

PERGUNTA 12

12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:

- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*
- *Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*
- *Os dados não possuem registros eletrônicos*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta “*Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município*”, a evidência pode ser constituída mediante declaração assinada pelo titular da área de TI do município informando tal fato, bem como o nome e versão do sistema utilizado para controle do IPTU (boletos, consulta à situação fiscal dos contribuintes, e outros serviços relacionados), além da tecnologia de gerenciamento de bancos de dados utilizada (ex.: Microsoft SQL Server, Oracle, e outros). A evidência pode ser complementada pelo manual de uso do sistema de controle do IPTU, se disponível e digitalizado em PDF.

Quanto à opção de resposta “*Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados*”, a evidência pode ser constituída mediante a cópia do contrato com a empresa que providencia o serviço de armazenamento externo dos dados ou de uso do sistema (documentos digitalizados em PDF). A evidência também pode ser complementada pelo manual de uso do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

A opção “*Os dados não possuem registros eletrônicos*” dispensa a coleta de evidências.

PERGUNTA 13

13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:

- *A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta.*
- *A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas.*
- *Não foi implantada a NFE*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No caso da resposta *“A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta”*, a evidência pode ser constituída mediante declaração assinada pelo titular da área de TI do município informando tal fato, bem como o nome e versão do sistema utilizado para emissão da nota fiscal eletrônica e serviços associados (consulta de notas fiscais, por exemplo), além da tecnologia de gerenciamento de bancos de dados utilizada (ex.: Microsoft SQL Server, Oracle, e outros). A evidência pode ser complementada pelo manual de uso do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

Quanto à opção de resposta *“A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas”*, a evidência pode ser constituída mediante a cópia do contrato com a empresa que providencia o serviço de armazenamento externo dos dados ou de uso do sistema (documentos digitalizados em PDF). A evidência também pode ser complementada pelo manual de uso do sistema, se disponível e digitalizado em PDF.

A opção *“Não foi implantada a NFE”* dispensa a coleta de evidências.

PERGUNTA 14

14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):

- *É utilizada a métrica de Pontos de Função*
- *Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função*
- *Não existe métrica*
- *Não houve licitações de software*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Inicialmente, realize uma filtragem acerca das licitações cujo objeto se relaciona à aquisição de bens e serviços na área de TI. A seguir, identifique aquelas que dizem respeito à contratação de empresas para o desenvolvimento de softwares (sistemas) novos ou para a manutenção dos sistemas atuais. Para responder à pergunta, considere apenas os sistemas de uso exclusivo, deixando de lado as soluções comerciais de softwares prontos disponíveis no mercado para ampla utilização.

A partir desse subconjunto, verifique se os termos de referência que embasam a definição do objeto a ser contratado se utilizam da técnica da **Análise de Pontos de Função (APF)**, desenvolvida por Allan Albrecht para determinar o custo do produto (maiores informações sobre a métrica podem ser obtidas pela consulta à norma ISO 20926, ou na Wikipedia (*links* abaixo).

A métrica serve para determinar o custo e o tempo de desenvolvimento de sistemas a partir das funcionalidades requeridas pelo usuário.

Nesse sentido, as evidências podem ser constituídas mediante as cópias dos termos de referência das licitações cujo objeto é o desenvolvimento de sistemas, contendo a definição daqueles que foram contratados com base na estimativa por pontos de função (ou opcionalmente, na métrica utilizada, se não for a APF).

Fontes:

- **International Function Point Users Group**
<http://www.ifpug.org/?lang=pt>
- **ISO/IEC 20926:2009**
<https://www.iso.org/standard/51717.html>
- **Wikipedia. Análise de Pontos de Função (APF)**
https://en.wikipedia.org/wiki/Function_point

PERGUNTA 15

15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O site da Prefeitura deve possuir uma seção de “**Licitações**”, com fácil acesso ao conteúdo (dados completos, ferramenta de busca e arquivos disponibilizados para *download*).

Nessa seção devem estar publicados os **avisos de licitação** indicando, por exemplo, as seguintes informações: Modalidade empregada, nº da licitação e ano, nº do processo administrativo, data e hora do certame, objeto, valor, além dos arquivos relativos aos editais disponíveis para *download* e a fase em que a licitação se encontra (ex.: “prevista”, “adjudicada”, “homologada”, “concluída”, etc.)

Podem estar disponibilizados também os despachos da comissão de licitação e os atos subsequentes, tais como a adjudicação, a homologação e a assinatura dos contratos, que no caso, podem estar disponíveis para *download*, assinados e digitalizados (cumprindo-se o requisito da pergunta 8).

A evidência que se sugere é a impressão da página inicial da seção de licitações, com amostras dos processos licitatórios ocorridos ou em curso, demonstrando que as informações encontram-se presentes (**em especial, os editais para download**). Esse arquivo pode ser convertido em PDF para constituir a evidência.

Essa pergunta é complementar à pergunta 8 e o cerne dela diz respeito à **divulgação dos editais completos digitalizados**. O edital é composto por vários elementos como: edital, modelo de proposta comercial, termo de referência, modelo de declarações a serem apresentadas, minuta do contrato e outros anexos importantes. **Eles devem estar disponíveis para download, pelas empresas interessadas em participar das licitações, nos prazos legais estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93.**

PERGUNTA 16

16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Escolha “*Sim*” se a Prefeitura realiza contratações na modalidade de licitação de pregão eletrônico, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520/2002.

Nesse caso, a evidência pode ser constituída mediante a cópia digitalizada das atas recentes (ou seja, do ano do exercício) emitidas pela Comissão de Licitação, demonstrando que itens foram adquiridos através dessa modalidade.

Responda “*Não*” se a prefeitura não utilizar a modalidade de pregão eletrônico. Nesse caso, dispensa-se a produção de evidências.

Fontes:

- **Lei nº 10520/2002**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm

PERGUNTA 17

17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?

- *Sim, é divulgado e há treinamento*
- *Sim, é divulgado, mas não há treinamento*
- *Sim, há treinamento, mas não há divulgação*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A opção de resposta “*Não*” dispensa a coleta de evidências.

Para a **divulgação**, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação das cartilhas, folhetos, *banners*, fotos, notícias publicadas na Internet, e quaisquer outros meios de provas que se destinem a demonstrar a ampla publicidade que é dada aos usuários sobre os sistemas utilizados pela Prefeitura, no âmbito interno. É importante que nesses documentos, esteja presente a informação acerca de como o servidor poderá ter acesso aos manuais de utilização de cada sistema considerado.

Se os manuais dos sistemas estiverem publicados na Internet, é possível constituir a evidência mediante a criação de um arquivo PDF, a partir da página onde os manuais estiverem disponibilizados aos usuários para *download*.

Quanto ao **treinamento**, a evidência pode ser constituída mediante os registros dos treinamentos realizados (divulgação, mecanismos de inscrição, lista de presença, apostilas, certificados emitidos e outros).

PERGUNTA 18

18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O Artigo 45 da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11) assim dispõe:

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Esses dispositivos legais tratam especificamente da criação do **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC** (Art. 9º) e do tratamento dos recursos no procedimento de acesso à informação (grifos nossos):

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e
II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Como a maioria dos dispositivos da Seção II do Capítulo III (Dos Recursos) prevê que a competência é vinculada a órgãos federais, é preciso existir uma legislação municipal que, por **simetria**, regulamente o processo no nível local, levando-se em conta as estruturas similares no âmbito do ente federativo municipal.

Tal legislação pode tratar também, opcionalmente, das hipóteses de **dispensa da divulgação obrigatória**, nos termos do §4º do Art. 8º da LAI.

Art. 8º
(...)
§4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim, para responder a pergunta, inicialmente verifique se existe legislação municipal que trata do assunto. Caso exista, a resposta deve ser “**Sim**”. Caso contrário, a resposta deverá ser “**Não**”. Em caso de resposta afirmativa, a evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da legislação no Diário Oficial do município, se atendidos os requisitos mínimos obrigatórios, conforme explicado acima.

Fontes:

- **Lei nº 12527/2011**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

PERGUNTA 19

19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Vide também as perguntas 8 e 15 para aspectos gerais da divulgação de informações sobre processos licitatórios no *site* da Prefeitura na Internet.

Para poder responder “*Sim*” à pergunta acima, é preciso que as decisões tomadas pela Comissão de Licitação estejam disponíveis na Internet (atas de reunião da comissão, de julgamento e outras). Caso tais informações não estejam disponíveis na Internet, a resposta à pergunta deverá ser “*Não*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir do endereço eletrônico (URL) de acesso às atas digitalizadas contendo as decisões proferidas pela Comissão de Licitação, tomando-se o cuidado de que a URL conste do referido arquivo PDF.

PERGUNTA 20

20. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

- Sistema Próprio
- Banco do Brasil
- ComprasNet
- Outros: _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a opção escolhida seja “Outros”, informe adicionalmente o nome do sistema utilizado. Observe a coerência com o que foi respondido na pergunta 16.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Caso a Prefeitura realize contratações na modalidade de licitação do pregão eletrônico conforme dispõe a Lei nº 10.520/02 (e consequentemente tenha respondido “Sim” à pergunta 16), então, pelo menos uma das opções acima deverá ser obrigatoriamente selecionada.

Para responder à questão, consulte o pregoeiro (Presidente da Comissão de Licitação) acerca de qual sistema é utilizado.

A evidência pode ser constituída mediante a coleta de uma amostra das atas de realização dos pregões eletrônicos no exercício (a mesma evidência que comprova a pergunta 16).

Fontes:

- Lei nº 10520/2002
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm

PERGUNTA 21

21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?

- Sim
- Não

21.1. Quais informações?

- *Atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.*
- *Do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 21.1 será habilitada. Nesse caso, selecione as opções cabíveis.

Pelo menos uma das respostas deve ser selecionada, mas de fato, o Art. 48-A da LRF exige que ambas as informações sejam disponibilizadas ao público em geral.

Caso não seja possível gerar evidências para nenhuma delas, a resposta à pergunta principal deverá ser “Não”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A opção de resposta “Não” dispensa a coleta de evidências, porém implica no descumprimento do que preceitua o Art. 48-A da LRF.

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

No caso da primeira opção de resposta vinculada à pergunta 21.1, a evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página na Internet onde são divulgados os dados da execução da despesa (ex.: empenhos pagos). Nesse arquivo PDF deve constar o endereço eletrônico (URL) de acesso às informações (*print screen* da página de divulgação na Internet).

Devem estar divulgados os dados relativos à execução (por exemplo:

número do empenho, valor, número do processo licitatório, objeto ou bens e serviços licitados, dados do beneficiário do pagamento, entre outros). O formato preferencial de divulgação na Internet é o de dados abertos (formato de planilha ao invés de PDF)

De forma similar, crie um arquivo PDF para demonstrar que os dados do lançamento e recebimento das receitas encontram-se divulgados ao público em geral na Internet.

Fontes:

- **Lei Complementar nº 101/2000 – LRF**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

PERGUNTA RJ1

RJ1. A prefeitura dispõe de uma política corporativa de gestão de continuidade de negócio formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

As perguntas seguintes (prefixo RJ) foram originalmente utilizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na pesquisa “**Questionário de Governança de TI**”, cujo primeiro ciclo de levantamento ocorreu em 2014 (Processo TC 020.830/2014-9).

Em 2016, o TCE-RJ, por meio da sua Coordenadoria de Auditorias Temáticas e Operacionais – CTO, realizou o Levantamento em Tecnologia da Informação – Governança de TI na Administração Municipal, para diagnosticar e atualizar as informações relativas à temática da Governança Corporativa de TI (Processo TCE-RJ nº 828.786-5/2016).

Por sua relevância, o TCE-RJ vem monitorando a evolução destas boas práticas sugeridas na pesquisa original do TCU, motivo pelo qual encontram-se incluídas no presente questionário do IEGM, Ciclo 2019 / Ano-base 2018.

Dessa forma, adota-se para a pergunta em tela e para algumas das seguintes, a mesma escala de respostas empregada pelo TCU em sua pesquisa original, motivo pelo qual transcrevemos as explicações contidas no referido questionário de governança original, com grifos nossos:

- ***Não se aplica:*** A organização entende que a prática não se aplica à sua realidade (...)
- ***Não adota:*** A organização ainda não adota a prática, bem como não iniciou planejamento para adotá-la. (...)
- ***Iniciou plano para adotar:*** A organização ainda não adota a prática, mas iniciou ou concluiu planejamento visando adotá-la, o que se evidencia por meio de documentos formais (planos, atas de reunião, estudos preliminares etc). (...)
- ***Adota parcialmente:*** A organização iniciou a adoção da prática, que ainda não está completamente implementada, conforme planejamento realizado; ou a prática não é executada uniformemente em toda a organização. Há, pelo menos, uma instância de execução da prática e os artefatos produzidos são evidências dessa execução. (...)
- ***Adota integralmente:*** A organização adota integralmente a prática apresentada, de modo uniforme, o que se evidencia em documentação específica ou por meio do(s) produto(s) ou artefato(s) resultante(s) de sua execução. (...)

Como evidenciar ou coletar as informações:

A existência de uma política corporativa de gestão de continuidade de negócio formalmente instituída constitui uma boa prática de governança uma vez que visa a prover o direcionamento estratégico para assegurar a continuidade das operações nas situações de crise, emergência ou desastre.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, o

sistema de governança corporativa compreende os aspectos pelos quais as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização.

Um dos aspectos importantes da governança corporativa é a governança de TI, dado o cunho estratégico do papel que a área de tecnologia da informação assumiu nas organizações, tanto no setor privado quanto no setor público.

Segundo o TCU, “a *Gestão de Continuidade de Negócios - GCN*, conforme definido pela ABNT, é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais para uma organização e os possíveis impactos nas operações de negócio caso estas ameaças se concretizem. Este processo fornece uma estrutura para que se desenvolva uma resiliência organizacional que seja capaz de responder eficazmente e salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. No TCU, a gestão de continuidade de negócios é um processo permanente destinado a prepara-lo a resistir aos efeitos de emergências ou interrupções e minimizar os danos operacionais, legais, financeiros e à imagem da instituição.”

Neste sentido, as duas primeiras opções de respostas dispensam a produção de evidências. A terceira opção de resposta (iniciou plano para adotar) pode ser evidenciada mediante os documentos elencados na explicação contida acima: planos, atas de reunião, estudos preliminares, etc.

Quanto às duas últimas opções de resposta, identifique junto aos órgãos de planejamento da Prefeitura, se existe alguma norma de cumprimento obrigatório instituindo e formalizando a política de gestão da continuidade de negócio. Guarde cópia do normativo que aprova a política e do inteiro teor do documento que estabelece as diretrizes para tal política, digitalizados em PDF.

Fontes:

- **TCU. Gestão de continuidade de negócios**
<https://portal.tcu.gov.br/gestao-de-continuidade-de-negocios/home/>
- **TCU. Resultados do levantamento de governança organizacional - ciclo 2014. Acórdão, Relatório e Voto Governança Pública. Processo TC 020.830/2014-9**
<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2014/resultados.htm>
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A258F4375B0158F83BE78E19EB>
- **Tribunal de Contas do Estado do RJ. CTO. Levantamento em Tecnologia da Informação. Governança de TI na Administração Municipal. Processo TCE-RJ nº 828.786-5/2016.**
- **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC**
<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/default.aspx>
- **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015. 108p. ISBN 978-85-99645-38-3**
<https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21138/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>
- **ABNT NBR ISO/IEC 38500:2018 (Governança da TI)**
<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=408943>

PERGUNTA

RJ2

RJ2. A prefeitura define e comunica formalmente papéis e responsabilidades mais relevantes para a governança e gestão de TI?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No que tange à definição e comunicação formal dos papéis e responsabilidades para a governança corporativa trata-se de uma importante prática para minimizar o conflito de interesses, possibilitando o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas.

Segundo o **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa** do IBGC, *“cada agente de governança, antes de assumir um ou mais papéis no sistema de governança, deve observar cuidadosamente os direitos, os deveres e as responsabilidades a ele associados, de modo a atuar com independência, diligência e proatividade. O mesmo cuidado deve ser observado tanto por quem indica quanto por quem elege os agentes.”* (Cap. 2.2 - Papel dos Agentes de Governança).

Como se trata de boas práticas para a prevenção do conflito de interesses, a definição dos papéis e responsabilidades deve estar prevista em um código de conduta ou código de ética voltado à implementação das boas práticas de governança corporativa, especialmente no que diz respeito à área de TI. Neste caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. Observe também as explicações contidas na pergunta RJ1.

Fontes:

- **TCU. Resultados do levantamento de governança organizacional - ciclo 2014. Acórdão, Relatório e Voto Governança Pública. Processo TC 020.830/2014-9**
<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2014/resultados.htm>
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A258F4375B0158F83BE78E19EB>
- **Tribunal de Contas do Estado do RJ. CTO. Levantamento em Tecnologia da Informação. Governança de TI na Administração Municipal. Processo TCE-RJ nº 828.786-5/2016.**
- **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC**
<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/default.aspx>
- **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. / Instituto Brasileiro de**

Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015. 108p. ISBN 978-85-99645-38-3

<https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21138/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>

- **ABNT NBR ISO/IEC 38500:2018 (Governança da TI)**
<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=408943>

PERGUNTA RJ3

RJ3. A prefeitura define formalmente os níveis de risco de TI aceitáveis na consecução de seus objetivos?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A gestão de riscos em TI, da mesma forma que a gestão de riscos corporativos como um todo, segue um protocolo que consiste em:

- a) identificar os riscos;
- b) realizar a análise quanto à probabilidade e quanto ao impacto (sendo o impacto uma variável multidimensional: tempo, custos e escopo);
- c) classificar os riscos quanto aos níveis (muito baixo, baixo, médio, alto, muito alto);
- d) definir as estratégias de enfrentamento dos riscos (classicamente: aceitar, mitigar, eliminar ou transferir);
- e) definir os procedimentos a serem adotados para o tratamento dos riscos;
- f) definir o orçamento a ser utilizado para o tratamento dos riscos.

Riscos aceitáveis são aqueles que, após identificados e quantificados, geram a percepção de que a probabilidade de sua ocorrência ou o impacto esperado, ou ambos, serão tão insignificantes que não justificam o investimento de recursos para que sejam evitados. Nesse caso, o custo de tratamento do risco pode ser superior ao impacto causado (caso o risco se materialize).

Para a identificação de riscos, sugere-se utilizar uma **EAR – Estrutura Analítica de Riscos**, voltada para a gestão de TI. Riscos em TI dizem respeito majoritariamente aos projetos desenvolvidos e gerenciados pela área de TI, os quais podem estar previstos no Plano Diretor de TI, ou no portfolio de projetos em execução. Processos operacionais, se mapeados, também podem estar sujeitos ao gerenciamento de riscos.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do Plano de Gerenciamento de Riscos de cada projeto em andamento, ou no caso de processos de TI consolidados (como os de desenvolvimento de software), mediante os documentos que embasam o gerenciamento de riscos nestes processos. Em qualquer caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Fontes:

- **PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBoK®) – Sexta edição.**
<https://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx>
- **ABPMP. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo Comum de Conhecimento – ABPMP BPM CBoK v3.0.**
http://c.ymcdn.com/sites/www.abpmp.org/resource/resmgr/Docs/ABPMP_CBoK_Guide_Portuguese.pdf
- **Norma ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos**
https://pt.wikipedia.org/wiki/ISO_31000
<https://www.iso.org/iso-31000-risk-management.html>

PERGUNTA RJ4

RJ4. A prefeitura define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção do pessoal?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A retenção de talentos na área de TI é um problema para órgãos públicos e empresas privadas dada a rotatividade de pessoal (*turnover*), à competitividade e à escassez de profissionais de tecnologia qualificados, bem como a relativa facilidade para encontrar vagas disponíveis no mercado, com oferta de altos salários.

Um dos problemas mais graves que acentuam o *turnover* de equipes de TI, conforme apontado em recente pesquisa realizada pelo site LinkedIn, é a **falta de oportunidades para progressão na carreira**.

Segundo o Levantamento em Tecnologia da Informação – Governança de TI na Administração Municipal, realizado pelo TCE-RJ, apenas 20% dos órgãos públicos jurisdicionados ao TCE-RJ, informaram possuir diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências, com incentivos ao desempenho do pessoal de TI. No entanto, apenas 3% o realizam de forma integral.

Ainda de acordo com esse estudo, “sobre a definição formal de diretrizes para a escolha dos líderes da área de TI, ocupantes dos cargos de chefia e assessoramento, 23% declararam realizar tal prática, sendo que somente 5% destes informaram a sua realização de forma integral.”

O estudo conclui que “os baixos resultados de adesão às práticas relacionadas com a questão de ‘Pessoal de TI’ por parte da alta administração dos municípios auditados podem se traduzir em problemas como a alta rotatividade do pessoal de TI e a seleção inadequada de gestores da TI.

Essas diretrizes devem estar consolidadas em uma Política de Gestão de Pessoas, formalmente instituída e que leve em conta a avaliação de desempenho, progressão na carreira, critérios para seleção de gestores, remuneração por produtividade, entre outros aspectos.

Caso o município possua tal política formalmente instituída, a evidência se constitui mediante a apresentação da cópia digitalizada em PDF do referido documento, bem como do normativo que a aprova.

Fontes:

- **Tribunal de Contas do Estado do RJ.** CTO. Levantamento em Tecnologia da Informação. Governança de TI na Administração Municipal. Processo TCE-RJ nº 828.786-5/2016.

PERGUNTA RJ5

RJ5. A prefeitura realiza avaliação periódica de contratos de TI?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

No tocante ao monitoramento da governança e da gestão de TI, a avaliação periódica de contratos de TI se insere dentro do Referencial de Governança proposto pelo TCU para avaliar a governança corporativa de TI.

O motivo para esse tratamento diferenciado é que, em uma grande quantidade de casos, os contratos de TI versam sobre prestação de serviços com objetos complexos, como o desenvolvimento de softwares e sistemas aplicativos específicos para o órgão que contrata o serviço (sistemas personalizados). Assim, os contratos são frequentemente dimensionados de forma incorreta no que diz respeito às funcionalidades, ao custo de desenvolvimento, às métricas de produtividade, prazos e outros aspectos do projeto. Frequentemente, tais projetos são documentados de forma insuficiente, gerando toda a sorte de problemas para a área de TI, responsável pela manutenção e suporte, uma vez encerrado o contrato.

Um contrato de TI deve ser fiscalizado sobre três aspectos:

a) o **aspecto funcional**: avalia se o objeto do contrato está sendo cumprido e se está sendo entregue pelo contratado. Vincula-se ao conceito de eficácia e de qualidade e tem estreita relação com as especificações funcionais contidas no termo de referência. Normalmente, o aceite do objeto é uma atribuição que recai sobre a área demandante ou usuária do produto;

b) o **aspecto técnico**: avalia se a solução é tecnicamente apropriada. Tal atribuição normalmente fica a cargo da área de TI; e

c) sob o **aspecto administrativo**: avalia aspectos legais da regularidade da contratação, tais como a extração de certidões negativas de débito, de regularidade do recolhimento do FGTS, entre outros. É uma atividade que normalmente fica a cargo da área administrativa, que gerencia os contratos.

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de relatórios emitidos pelos gestores e fiscais, contendo as recomendações sugeridas e as determinações que devem ser cumpridas pelo contratado. Neste caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

O plano de capacitação dos servidores da área de TI, no âmbito municipal, deve incluir o desenvolvimento de competências em contratação de bens e serviços de TI e na gestão dos contratos decorrentes, como boa prática. Para tanto, consulte os cursos gratuitos da ECG/TCE-RJ que tratam sobre elaboração de termos

de referência, gestão e fiscalização de contratos.

A seguir, sugerimos como fonte de consulta, o Manual de Gerenciamento de Contratos elaborado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (*link* abaixo). O documento fornece uma boa base para o entendimento das funções e atribuições dos fiscais, bem como acerca dos processos de iniciação, monitoramento (fiscalização), encerramento e prorrogação de contratos.

Fontes:

- **Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul. TJMS. STI. Manual de Fiscalização de Contratos – Orientações para Adequada Gestão dos Contratos de TI.**
<https://sti.tjms.jus.br/confluence/download/attachments/146179522/Manual%20Confluence.pdf?version=1&modificationDate=1521670782231&api=v2>
- **TCU. Fiscalização de tecnologia da informação. Contratações de TI. Fiscalizações**
<https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-de-tecnologia-da-informacao/atuacao/contratacoes-de-ti/>
- **TCU. Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública**
<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/>

PERGUNTA RJ6

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA RJ7

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA RJ8

RJ8. A prefeitura avalia periodicamente o desempenho do pessoal de TI?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A avaliação de desempenho dos servidores públicos faz parte da Política de Gestão de Pessoas e foi introduzida no ordenamento jurídico, para possibilitar o aperfeiçoamento do serviço público como um todo, mediante a possibilidade de se avaliar e diferenciar a produtividade de cada servidor individualmente. Cada órgão público é responsável por avaliar seus servidores, traçando metas de desempenho individual.

Assim, caso haja uma Política de Gestão de Pessoas formalmente instituída, a evidência se constitui mediante a apresentação da cópia digitalizada em PDF do referido documento, bem como do normativo que a aprova. Além disso, é necessário apresentar os resultados das avaliações individuais dos servidores, filtrando-se especificamente os da área de TI. Opcionalmente, podem ser apresentados outros comprovantes de que a avaliação foi implementada no ano referência (2018), tais como atos normativos, publicações em Diário Oficial, memorandos, e outros. Guarde cópia dos documentos em PDF.

PERGUNTA RJ9

RJ9. Qual o quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria prefeitura? _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero. Essa pergunta somente estará habilitada se a resposta à Pergunta nº 3 (*3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?*) for diferente de “Não possui esse quadro”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A mesma evidência utilizada para comprovar a Pergunta nº 3 poderá ser utilizada para a finalidade de comprovar esta questão, se o quantitativo solicitado estiver discriminado (*lista de servidores da área de TI, extraída do Sistema de RH do município, se nesta lista estiverem presentes as informações acerca do tipo de vínculo e lotação*).

PERGUNTA RJ10

RJ10. Qual o quantitativo de servidores/empregados públicos não efetivos em cargos de livre nomeação? _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero. Essa pergunta somente estará habilitada se a resposta à Pergunta nº 3 (*3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?*) for diferente de “Não possui esse quadro”.

Obs.: O quantitativo solicitado diz respeito ao servidores vinculados à área de TI, da mesma forma que as perguntas RJ9 e RJ11.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A mesma evidência utilizada para comprovar a Pergunta nº 3 poderá ser utilizada para a finalidade de comprovar esta questão, se o quantitativo solicitado estiver discriminado (*lista de servidores da área de TI, extraída do Sistema de RH do município, se nesta lista estiverem presentes as informações acerca do tipo de vínculo e lotação*).

PERGUNTA RJ11

RJ11. Qual o quantitativo de terceirizados de TI que trabalham regularmente no ambiente da prefeitura? _____

Como responder:

Informe um número inteiro maior ou igual a zero. Essa pergunta somente estará habilitada se a resposta à Pergunta nº 3 (*3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?*) for diferente de “Não possui esse quadro”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A mesma evidência utilizada para comprovar a Pergunta nº 3 poderá ser utilizada para a finalidade de comprovar esta questão, se o quantitativo solicitado estiver discriminado (*lista de servidores da área de TI, extraída do Sistema de RH do município, se nesta lista estiverem presentes as informações acerca do tipo de vínculo e lotação*).

PERGUNTA RJ12

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA RJ13

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA RJ14

RJ14. A prefeitura executa processo de gerenciamento de projetos de TI?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Gerenciamento de Projetos é a “aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de cumprir seus requisitos” (Guia PMBOK® Sexta Edição).

Na literatura de projetos, adota-se a seguinte definição: “Projeto é um esforço **temporário** empreendido para criar um **produto, serviço ou resultado exclusivo**” (Guia PMBoK® 5ª ed.). Ou seja, o projeto tem início, meio e fim (definidos pelo seu cronograma). A elaboração de um projeto tem por objetivo gerar algo novo, na forma de produtos (bens), serviços ou resultados (como, por exemplo, a melhoria de indicadores estratégicos ou de desempenho).

Serviços públicos que são comumente oferecidos há algum tempo não se encaixam na definição de projetos, mas na definição de processos, haja vista que não se incluem na noção de exclusividade ou novidade. Processos de gerenciamento de projetos são formas de se trabalhar para que os projetos sejam geridos de forma eficiente.

Um conjunto de projetos é chamado de portfólio de projetos. Processos, de acordo com o guia BPM CBoK®, é um conjunto de atividades onde determinadas entradas ou matérias-primas geram outros produtos (finais ou intermediários).

Processos de gerenciamento de projetos encontram-se definidos no Guia PMBoK, e classicamente dividem-se em cinco etapas: Iniciação; Planejamento; Execução; Monitoramento e Controle; e Encerramento. Paralelamente, esses processos estão distribuídos em 10 áreas de conhecimento (Escopo, Custos, Tempo, Recursos Humanos, Comunicações, Stakeholders, Qualidade, Aquisições, Riscos, Integração).

A evidência então se comprova mediante a apresentação de documentos típicos referenciados no Guia PMBoK®, para cada projeto do portfólio de projetos de TI, a saber: Termo de Abertura do Projeto, Declaração de Escopo, Cronograma do Projeto ou Gráfico de Gantt, Plano de Projeto, Relatórios de Acompanhamento, Atas de Reunião das Equipes de Projeto, Plano de Comunicações, entre outros, de acordo com a maior ou menor complexidade de cada projeto. O órgão responsável pela normatização de cada aspecto do gerenciamento de projetos é o escritório de projetos. Caso tais processos existam de forma estruturada, guarde cópia dos documentos digitalizados e em PDF.

Fontes:

- **PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBoK®) – Sexta edição.**
<https://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx>

PERGUNTA RJ15

RJ15. A prefeitura realiza estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação?

- *Não se aplica*
- *Não adota*
- *Iniciou plano para adotar*
- *Adota de forma parcial*
- *Adota de forma integral*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

O estudo de viabilidade econômica e financeira de um projeto diz respeito a avaliação entre custo x benefício que uma contratação terá e o impacto esperado ou efetividade que poderá resultar a longo prazo. Leva em conta aspectos como o tempo de retorno do investimento (*payback*), entre outros fatores.

Os estudos de viabilidade normalmente são inseridos, quando necessários, como anexos ao termo de referência, pois servem para justificar a contratação do objeto do ponto de vista econômico, podendo estar presente em outras fases do processo interno de licitação, como pareceres da área técnica, do controle interno ou até mesmo da área jurídica. Eles fundamentam a necessidade de adquirir bens e serviços.

Dessa forma, a evidência se constitui mediante a apresentação dos referidos estudos de viabilidade que justificam cada contratação, os quais normalmente estão inseridos no bojo do processo administrativo aberto para cada licitação. Nem toda licitação, no entanto, irá requerer um estudo técnico preliminar aprofundado. Contudo, todas necessitam possuir um termo de referência para embasar a definição do objeto. Para o caso em tela, importam as contratações vinculadas à área de TI (*software, hardware, infraestrutura, etc.*)

CAPÍTULO 06: DIMENSÃO I-PLANEJAMENTO

PERGUNTA 01

1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2018, foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a Pergunta 2 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação do documento contendo os programas, indicadores, metas e ações (Por exemplo: Plano Plurianual - PPA). Nesse caso, guarde a cópia do documento digitalizado em PDF. Também será necessário atender ao disposto na Pergunta 2.

PERGUNTA 02

2. Realize o upload da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2018:

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 1.

Para atender ao que é solicitado, é preciso anexar a **planilha eletrônica** em formato *excel* que contém a descrição dos itens indicados.

Serão descartadas as informações encaminhadas por outros formatos, desta forma o município não pontuará.

Inicialmente, faça o download do *template* da tabela, disponível no endereço: <http://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/50311201/TabelaProgramaseAcoes.xlsx>.

Na observação vinculada à pergunta existe um link para esse endereço.

Preencha os dados da tabela.

Depois, clique no botão **“Arquivos enviados”** e depois em **“Selecionar um arquivo”**. Abrir-se-á a tela para escolha do arquivo. Depois de selecionar o arquivo e clicar no botão **“Abrir”**, a tela da figura abaixo é mostrada. É possível então atribuir um título e comentários opcionais. No final, clique em **“Salvar alterações”**.

Upload file

✓ O número máximo de arquivos permitidos foram enviados. Você deve retornar ao questionário.

Selecionar um arquivo

Você pode enviar xls, xlsx de até 50240 cada.

O número máximo de arquivos permitidos foram enviados. Você deve retornar ao questionário.

Título

Tabela de Programas e Ações

Comentário

Plano Estratégico 2016/2019

TabelaProgramaseAcoes.xlsx

Apagar

Salvar alterações

O arquivo ficará anexado ao questionário (figura abaixo). Se quiser alterá-lo, clique em **“Editar”** e refaça o procedimento.

Arquivos enviados			
	Título	Comentário	Nome do arquivo
	Tabela de Programas e Ações	Plano Estratégico 2016/2019	TabelaProgramaseAcoes.xlsx
			

Utilize preferencialmente o *template* que está no formato padrão do Microsoft Excel (.xlsx). Não realize o *upload* de arquivos PDF ou de outros tipos. Só é possível enviar um arquivo.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Os itens solicitados na pergunta podem ser consultados no Plano Estratégico do município, quando desenvolvido com base em uma hierarquização de níveis. Estes níveis vão do mais abstrato (estratégico) ao mais concreto (operacional). Por exemplo: Perspectiva → Objetivos → Programas → Iniciativas ou Ações (*metodologia Balanced ScoreCards - BSc*). Quando implementadas, as iniciativas darão origem a projetos. Assim, programas também são vistos como coleções de projetos.

Cada objetivo ou programa estratégico vincula-se a indicadores que medem o seu nível de execução, permitindo o melhor gerenciamento a longo prazo. Por sua vez, **cada indicador estratégico deve possuir metas** estabelecidas com uma periodicidade determinada (de acordo com a conveniência do gestor). O confronto entre a medição dos indicadores e as metas propostas permite a correção de rumos no âmbito da execução de um PPA. Dessa forma, é preciso preparar uma planilha eletrônica contendo as informações sobre programas, indicadores, metas e ações, conforme estabelecidas no Plano Estratégico. Essa planilha deverá ser enviada pelo LimeSurvey.

PERGUNTA 03

3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2018: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para preencher a informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “100000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2018) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

Outra opção é utilizar a Lei Orçamentária Anual – LOA (nesse caso, guarde também a cópia digitalizada da publicação em PDF).

PERGUNTA 04

4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2018: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para preencher a informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “100000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2018) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 05

5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 - investimentos) em 2018: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para preencher a informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “100000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2018) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 06

6. Informe a receita total arrecadada em 2018: _____

Como responder:

Registre o valor no formato numérico, sem prefixo de moeda (R\$) e com duas casas decimais para preencher a informação. Exemplo: utilize “1000000,00” para representar um milhão de reais, e não “R\$1.000.000,00” ou “100000000” (se for utilizada essa última versão, o sistema irá considerar o valor informado como 100 milhões, o que representa uma distorção. Não haverá correções quanto ao que for informado, e o município poderá ser prejudicado na pontuação).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o Quadro Principal do Balanço Orçamentário do exercício avaliado, conforme modelo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2018) – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>). Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 07

7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o normativo que disponha sobre a criação do órgão de controle interno na estrutura organizacional, definindo suas competências. Guarde a cópia do documento digitalizado em PDF.

É preciso complementar com o normativo que nomeia o titular do órgão de controle interno no período em análise, e com os relatórios periódicos emitidos pelo órgão de controle interno (documentos em PDF).

PERGUNTA 08

8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o documento que comprova o registro do servidor no Sistema de RH do órgão, com cargo, função, tipo de vínculo e lotação definidos. Esse registro deve vir complementado também pela cópia da publicação que nomeia o servidor como titular da área responsável pela contabilidade do município. Guarde a cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 09

9. *Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante documento que demonstre a existência da estrutura organizacional responsável pela elaboração do planejamento, com a lista de servidores lotados no órgão, extraída do sistema de RH do município. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 10

10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

As evidências podem ser constituídas mediante a indicação do artigo ou anexo da LDO. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 11

11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?

- *Sim*
- *Não*

11.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa ("*Sim*"), a pergunta condicional 11.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, o número da lei e o artigo. Utilize o formato: "*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*".

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a indicação do artigo ou anexo da LDO. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 12

12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?

- *Sim*
- *Não*

12.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa ("*Sim*"), a pergunta condicional 12.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, o número da lei e o artigo. Utilize o formato: "*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*".

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a indicação do artigo ou anexo da LDO. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 13

13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (*Sim*), a Pergunta 14 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o documento que comprove a estrutura organizacional do município, se nele estiver presente o órgão responsável pelo Planejamento. De forma complementar, apresente o normativo que define as competências para o exercício das funções de planejamento (pode-se utilizar também a evidência que comprova a pergunta 9). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 14

14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 13.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da lei municipal que trate da criação dos cargos de analista e/ou técnico de planejamento e orçamento dentro da área de planejamento (digitalizada em PDF). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 15

15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (*“Sim”*), a Pergunta 16 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos que detalhem o programa de treinamento específico em planejamento (se houver) e por certificados que atestem a participação dos servidores lotados no órgão ou setor responsável pelo planejamento nesses tipos de cursos (certificados de capacitação com nome do participante, nome do curso, período de realização e carga horária) durante o ano avaliado. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 16

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 17

17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos que detalhem o programa de treinamento específico em planejamento (se houver) e por certificados que atestem a participação dos **servidores dos demais órgãos ou setores (excluindo-se os do planejamento)** nesses tipos de cursos (certificados de capacitação com nome do participante, nome do curso, período de realização e carga horária) durante o ano avaliado. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 18

18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do normativo que institui o órgão de planejamento na estrutura organizacional. Deve ser complementada pela cópia dos atos de designação dos servidores para o órgão (documentos digitalizados em PDF). Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 19

19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa ("*Sim*"), a Pergunta 20 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a produção de um arquivo PDF com o *print screen* da tela do sistema (ou similar), desde que possa ser visualizado claramente o nome do sistema e a versão (*tela de informações do sistema, about, sobre o sistema, de ajuda, ou de versão*). Uma alternativa melhor, se disponível em PDF, é o manual do sistema, onde tais informações normalmente se fazem presentes. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 20

20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 19.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o manual do sistema, no qual é possível identificar as funcionalidades de cadastro de usuários e direitos de acesso. Geralmente, o manual também indica se o sistema pode ser acessado via interface *web* ou não; se pode ser acessado por vários usuários ao mesmo tempo (multiusuário); entre outras características.

Observe que o cerne da pergunta versa sobre o fato de o sistema permitir uma arquitetura de direitos de acesso descentralizada, com múltiplas contas de usuário (*login* e senha), possibilitando acesso concorrente de usuários com perfis de direitos com diferentes níveis de poder.

PERGUNTA 21

21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (*Sim*), as Perguntas 22, 23 e 24 serão habilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A elaboração do PPA do município é precedida da fase de diagnóstico, na qual são identificados os problemas e necessidades (pontos fracos), mas também os pontos fortes, oportunidades e ameaças. Uma forma de comprovar o levantamento é através da chamada **Matriz SWOT** (acrônimo para “*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*”), documento que geralmente integra o planejamento estratégico e descreve sucintamente os pontos fortes e pontos fracos (derivados da análise do ambiente local), e as ameaças e oportunidades (derivados da análise dos cenários econômico, social e político, na conjuntura global do país).

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a apresentação de documentos (inclusive atas de reunião) onde esteja presente o relatório da fase de diagnóstico ou o próprio relatório, com a assinatura dos responsáveis por sua elaboração. Neste diagnóstico devem estar presentes os elementos suficientes para o desenvolvimento das etapas posteriores do planejamento.

PERGUNTA 22

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 23

23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?

- *Sim*
- *Não*

23.1. Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação: _____

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 21.

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a pergunta condicional 23.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, as informações solicitadas, utilizando-se, preferencialmente, uma linha para cada conjunto de dados (a saber: peça orçamentária; ano; número, denominação ou código do programa; e número, denominação ou código da ação).

Ao responder, atente para o fato de que na Pergunta 02, é solicitada uma tabela com a listagem dos programas, indicadores, metas e ações, constantes do Plano Plurianual (PPA). Dessa forma, **quanto aos números, denominações ou códigos dos programas e ações estratégicas**, responda de forma coerente com os dados informados nessa planilha.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante as peças orçamentárias contendo o ano, o número, denominação ou código do programa e a respectiva ação ou projeto, demonstrando-se, ainda, a relação de causa/efeito entre o problema diagnosticado e a solução proposta (ou mais de uma solução).

PERGUNTA 24

Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do Governo Federal ou Estadual?

- *Sim*
- *Não*

24.1. Qual(is)? _____

Como responder:

Esta pergunta somente estará habilitada no caso de resposta afirmativa à Pergunta 21.

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa (“*Sim*”), a pergunta condicional 24.1 será habilitada. Nesse caso, informe, no campo texto, o nome dos planos do Governo Federal ou Estadual utilizados como referência.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o diagnóstico realizado durante o processo de elaboração do Plano Estratégico (mesmo documento que serve de evidência comprobatória para a resposta à Pergunta 21), **desde que se possa observar o alinhamento dos objetivos do Plano Estratégico municipal às diretrizes dos planos nacionais ou estaduais.**

Exemplos de planos nacionais incluem, além de outros:

- **Plano Nacional de Educação**
<http://pne.mec.gov.br/>
- **Plano Nacional de Cultura**
<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->
- **Plano Nacional de Segurança Pública**
<http://www.justica.gov.br/noticias/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade>
- **Plano Nacional de Saúde**
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/se/mais-sobre-se/8747-plano-nacional-de-saude-pns>
- **II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) - MDSA**
<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2016/resolucao-cnas-n-7-3.pdf/download>
- **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal nº 12.608/12)**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
- **Plano Nacional de Saneamento Básico**
<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/qualidade-do-ar/item/485-plano-nacional-de-saneamento-basico>

Como o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais, é possível utilizar documentos de referência dos órgãos internacionais (ONU, UNICEF e outros), que apontem diretrizes para a elaboração do diagnóstico e planejamento estratégico no nível local, pois tais tratados se incorporam ao nosso ordenamento

jurídico com força de Lei Federal.

Exemplos:

- **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Agenda 2030)**
http://www.agenda2030.com.br/biblioteca/140523_relatorioodm.pdf

PERGUNTA 25

25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)?

- *Presenciais*
- *Pela Internet*
- *Não realiza audiências públicas*

Como responder:

Selecione todas as opções que se aplicam ao caso do município. É possível selecionar ambos os tipos de audiências (“*Presenciais*” e “*Pela Internet*”). A opção “*Não realiza audiências públicas*” não deve ser combinada com nenhuma outra opção. Pelo menos uma das opções deve ser marcada.

Ao se aplicar a resposta “*Não realiza audiências públicas*”, as Perguntas 29, a 35 ficarão inabilitadas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia dos editais de convocação e das atas com o resultado das audiências públicas, de ambos os tipos.

Observe que a opção “***Não realiza audiências públicas***” significa o **descumprimento** do art. 44 do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/11), que assim dispõe (grifos nossos):

*“Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei **inclui a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual**, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.”*

PERGUNTA 26

26. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?

- *Até um mês*
- *Entre um mês a dois*
- *Mais de dois meses*
- *Não há coleta de sugestões pela Internet*

Como responder:

Além das audiências públicas que podem ser realizadas via Internet, também é possível estabelecer debates (através de fóruns de discussão) ou consultas (através de enquetes) para determinadas propostas quando da elaboração da proposta orçamentária.

Nesse caso, verifique se o município adota algum desses outros formatos e, caso positivo, qual o intervalo de tempo típico utilizado para a coleta de sugestões via Internet.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página disponível para coleta de sugestões ou mediante a criação de um *print screen* da tela (em ambos os casos, configure a página para exibir a data do acesso). O lapso temporal pode ser comprovado mediante a determinação da data de submissão (que é a data final de elaboração) da peça orçamentária e normalmente está presente no próprio documento.

PERGUNTA 27

27. Na coleta de sugestões, pela Internet, há glossário explicando os objetivos, bem como o modo de colaborar, em linguagem clara e simples?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Selecione a opção adequada à realidade do município. No entanto, por coerência, se a resposta à Pergunta 26 foi “*Não há coleta de sugestões pela Internet*”, então essa pergunta não estará habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um arquivo PDF a partir da página de glossário vinculada à coleta de sugestões pela Internet.

PERGUNTA 28

28. Há uma margem no orçamento destinada a programas ou projetos originários da participação popular?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Guarde as atas de reunião das audiências públicas (documentos utilizados para evidenciar a Pergunta 25) e das reuniões da Comissão de Orçamento em que ficou decidida a alteração da proposta orçamentária com base na participação popular.

PERGUNTA 29

29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas?

- *Diário Oficial*
- *Jornais*
- *Panfletos*
- *Carros de Som*
- *Website da Prefeitura*
- *Mural*
- *Faixas*

Como responder:

Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada. Selecione todas as opções que são utilizadas para a divulgação das audiências públicas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação dos editais de convocação para audiências públicas (*diário oficial e jornais*), cópia dos panfletos, *print screen* do edital publicado no *site* da prefeitura, ou outros mecanismos de comprovação, como atos administrativos determinando a divulgação das audiências, entre outros. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

O cerne da questão diz respeito à divulgação das audiências. Portanto, as atas não são importantes para comprovar a pergunta, a não ser que nestas constem a indicação do meio pelo qual ocorreu a convocação.

PERGUNTA 30

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 31

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 32

32. As audiências públicas são transcritas em atas?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação das atas de audiências públicas digitalizadas em PDF.

Todas as audiências públicas devem ser transcritas em atas para fins de comprovação do atendimento ao disposto no art. 44 do Estatuto das Cidades.

PERGUNTA 33

33. As atas das audiências públicas são divulgadas na Internet?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Por uma questão de coerência, se a resposta à Pergunta 32 foi “*Não*”, essa questão também ficará inabilitada, pois para a divulgação das atas é preciso haver antes a transcrição das audiências em atas.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um documento em PDF com um *print screen* da página (endereço eletrônico) de divulgação das atas de audiências públicas, onde conste a URL de acesso às atas. Elas devem estar disponibilizadas para *download* público.

PERGUNTA 34

34. *As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia das atas das audiências públicas digitalizadas em PDF.

PERGUNTA 35

35. *As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Se a resposta à Pergunta 25 foi “*Não realiza audiências públicas*”, essa questão ficará inabilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação da cópia das atas das audiências públicas digitalizadas em PDF.

PERGUNTA 36

36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha “*Sim*” se a lei orçamentária estiver desdobrada no Quadro de Detalhamento de Despesas, ou “*Não*”, caso não haja esse desdobramento.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), vinculado à lei orçamentária municipal. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 37

37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?

- Até 10%
- Entre 10 a 20%
- Mais de 20%
- Não há previsão

37.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Caso a LOA preveja um dispositivo legal específico nesse sentido, selecione a opção que represente a faixa onde o percentual se enquadra. Caso não preveja tal dispositivo, selecione a resposta “*Não há previsão*”.

A opção “**Até 10%**” significa: acima de 0% e até 10% inclusive (intervalo **]0%,10%]**); A opção “**Entre 10 e 20%**” significa: acima de 10%, até 20% inclusive (intervalo **]10%,20%]**); A opção “**Mais de 20%**” significa: acima de 20%, e (teoricamente) até 100% inclusive (intervalo **]20%, 100%]**).

Se uma das três primeiras opções for selecionada, a pergunta condicional 37.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o dispositivo legal pertinente. Utilize o formato: “Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orçamentária Municipal com o artigo que dispõe sobre o percentual para abertura de **créditos adicionais suplementares**. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 38

38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?

- *Sim*
- *Não*

38.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Selecione a opção “*Sim*” se as alterações orçamentárias estiverem autorizadas. Caso não haja previsão legal nesse sentido, selecione “*Não*”.

Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 38.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o dispositivo legal que autoriza a alteração orçamentária por decreto. Utilize o formato: “*Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa*”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orçamentária Municipal com o artigo que dispõe sobre a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 39

39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?

- Sim
- Não

39.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Selecione a opção “Sim” se os critérios de contingenciamento estiverem previstos na LDO. Caso não haja previsão legal nesse sentido, selecione “Não”.

Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 39.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o *dispositivo* legal que dispõe acerca dos critérios de contingenciamento. Utilize o formato: “Art. nn da Lei municipal nº nnnn, de dd/mm/aaaa”.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação do **Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias** (LDO) com o artigo que dispõe sobre os critérios de contingenciamento. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 40

40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?

- *Sim*
- *Não*

40.1. Qual o artigo? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 40.1 será habilitada. Nesse caso, indique no campo textual, o dispositivo legal.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da publicação da Lei Orgânica do Município com os artigos que dispõem sobre a inclusão de emendas parlamentares no orçamento. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 41

41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de declaração assinada, emitida pelo órgão responsável pela elaboração do orçamento. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 42

42. *Há acompanhamento da execução do planejamento?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de relatórios emitidos a partir do *software* de monitoramento da execução.

Esses relatórios podem ser de acompanhamento orçamentário (sistema de orçamento), ou podem ser extraídos de uma plataforma de monitoramento do portfólio dos projetos em execução, ou ambos.

Em outras hipóteses de acompanhamento (por exemplo, por planilhas do Excel, ou manualmente), guarde cópia dos relatórios digitalizados em PDF ou no formato utilizado.

PERGUNTA 43

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 44

44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios de execução orçamentária encaminhados ao Prefeito. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 45

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 46

46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia do Plano Plurianual - PPA municipal em vigor (digitalizado em PDF). No PPA deverão constar os indicadores de programas e suas respectivas metas de ações governamentais (previsão). A evidência pode ser complementada pelos relatórios de acompanhamento do Plano que indiquem a mensuração dos valores destes indicadores ao longo do tempo (realizado).

PERGUNTA 47

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 48

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 49

49. Antes de efetivar uma contratação, o município consulta o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência se constitui mediante a apresentação de documentos acostados aos processos de licitação, onde o setor responsável pelas aquisições, o presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou o Pregoeiro, atestam que foram consultados os cadastros nacionais referenciados na Lei 12.846/2013 (CNEP e CEIS). Caso não haja posicionamento dessas autoridades, cabe ao fiscal do contrato verificar a regularidade da contratação. Guarde cópia dos despachos digitalizados em PDF.

Fontes:

- **Lei nº 12.846/2013**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm
- **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- **Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?cpfCnpj=21465927000177&tipoSancao=300005&ordenarPor=nome&direcao=asc>

PERGUNTA 50

50. O Município informa e mantém atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência se constitui mediante a apresentação de documentos acostados aos processos de licitação, onde o fiscal do contrato e o gestor relatam o descumprimento de cláusulas contratuais e solicitam a aplicação de penalidades à empresa contratada.

As punições aplicadas devem ser publicadas em Diário Oficial ou jornal de grande circulação. Posteriormente, as empresas devem ser inseridas nos respectivos cadastros. Guarde cópia dos despachos digitalizados em PDF, cópia das publicações no Diário Oficial, bem como das telas de consulta a cada cadastro nacional, após a inserção ou atualização das informações.

Fontes:

- **Lei nº 12.846/2013**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm
- **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- **Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?cpfCnpj=21465927000177&tipoSancao=300005&ordenarPor=nome&direcao=asc>

PERGUNTA 51

51. O Plano Plurianual (PPA) e suas revisões estão publicados no Portal da Transparência?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a criação de um documento PDF com o *print screen* do site na Internet onde o PPA e suas revisões são publicados. Esse PDF deve conter a URL, a data e a hora do acesso (os relatórios propriamente ditos devem ser guardados também).

PERGUNTA 52

52. O Plano Plurianual (PPA) está alinhado com o Plano de Governo do Prefeito eleito?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia do Plano de Governo do Prefeito eleito (digitalizado em PDF). As diretrizes gerais do Plano de Governo deverão alinhadas com os macro objetivos constantes do PPA.

PERGUNTA 53

53. Há revisão anual do Plano Plurianual (PPA)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia da Lei que autorizou a revisão do Plano Plurianual - PPA municipal em vigor (digitalizada em PDF).

PERGUNTA 54

54. *Há acompanhamento da execução do Plano Plurianual (PPA)?*

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de relatórios emitidos a partir do monitoramento da execução.

Esses relatórios podem ser de acompanhamento/monitoramento de PPA (sistema), ou podem ser extraídos de uma plataforma de monitoramento do portfólio dos projetos em execução, ou ambos.

Em outras hipóteses de acompanhamento (por exemplo, por planilhas do Excel, ou manualmente), guarde cópia dos relatórios digitalizados em PDF ou no formato utilizado.

PERGUNTA 55

55. Há prestação de contas da execução do Plano Plurianual (PPA)?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de relatórios emitidos a partir da prestação de contas da execução do PPA.

Esses relatórios podem ser de acompanhamento/prestação de contas de PPA (sistema), ou podem ser extraídos de uma plataforma de monitoramento do portfólio dos projetos em execução, ou ambos.

Em outras hipóteses de acompanhamento/prestação de contas (por exemplo, por planilhas do Excel, ou manualmente), guarde cópia dos relatórios digitalizados em PDF ou no formato utilizado.

PERGUNTA 56

56. A Secretaria de Saúde participa da elaboração do Plano Plurianual Municipal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de declaração assinada, emitida pelo responsável pela participação na elaboração do PPA. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 57

57. A Secretaria de Educação participa da elaboração do Plano Plurianual Municipal?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a apresentação de declaração assinada, emitida pelo responsável pela participação na elaboração do PPA. Guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 01

1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?

- *Sim*
- *Não*

1.1. Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta condicional 1.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro positivo, arredondando para o próximo inteiro disponível.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestados, demonstrando a situação das filas de espera do município **em dezembro do ano avaliado**, por especialidade (atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica). Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

A segunda informação pode ser obtida através de relatório/planilha devidamente atestada, demonstrando o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta, por especialidade. Para demonstrar o tempo médio em espera até a primeira consulta, deve-se tirar a média aritmética dos valores individuais das especialidades. O documento deve ser guardado também em meio digital (digitalizado em PDF).

PERGUNTA 02

2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante parecer ratificado por responsável da SMS informando a conduta adotada pelos servidores da SMS e Unidades de Saúde. Em caso positivo, deve ser apresentado o registro dessas consultas e o quantitativo realizado no ano avaliado. A documentação encaminhada deve demonstrar se a SMS de fato viabiliza este serviço para sua comunidade. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Não considerar marcação de consulta, nem orientação médica emergencial. Também não considerar, nesta questão, o Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes, lançado pelo Ministério da Saúde, com objetivo de otimizar o atendimento à população, conectando profissionais da Atenção Básica a especialistas vinculados a instituições de referência, para suporte de segundo nível.

Fontes:

- **Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes**
<http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/qualificacao-profissional/telessaude/programa-nacional-telessaude-brasil-redes>

PERGUNTA 03

3. O Município divulga nas UBS, em local acessível ao público, a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro das escalas devidamente fixadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com identificação legível dos profissionais, unidade e data (fotografia). Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. A escala de horários deve estar afixada em quadro localizado na entrada da Unidade Básica de Saúde, onde o público tenha acesso.

De forma complementar, a escala de horários pode estar publicada em *site* na Internet, na forma de planilha contendo minimamente: a identificação da UBS, horário de funcionamento, nome do gerente, telefone de contato da UBS, endereço, data e horários de cada médico e especialidade. A simples publicação na Internet não deve desconsiderar a afixação da escala em formato impresso, na forma citada acima.

Se o modelo de documento estiver amparado por algum normativo municipal, junte o referido instrumento. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para efeito de exemplificação, deverá ser selecionada uma amostra mínima de 20% das UBS do município.

PERGUNTA 04

4. Os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica municipais estão regulares perante o Corpo de Bombeiros (mediante documento que ateste a regularidade, após vistoria)?

- *Sim, todos possuem*
- *Sim, a maior parte possui*
- *Sim, a menor parte possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, todos possuem*” caso o percentual de unidades regulares seja de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% das unidades. Considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual for de 0% das unidades.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir de laudos com validade (considere a posição de dezembro do ano avaliado) com identificação legível da unidade de saúde e planilha com a situação geral em dezembro, de todas as unidades de saúde, com quantitativos parciais e totais. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Deve-se comparar número de laudos existentes no mês de dezembro com o total de unidades de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica em funcionamento na mesma data.

PERGUNTA 05

5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?

- *Sim, todos possuem*
- *Sim, a maior parte possui*
- *Sim, a menor parte possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, todos possuem*” caso o percentual de locais seja de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% dos locais. Considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual for 0% dos locais.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída a partir de alvarás ou documento equivalente com validade (considerar a posição de dezembro do ano avaliado), com identificação legível da unidade de saúde e uma planilha com a situação geral em dezembro de todas as unidades de saúde, com quantitativos parciais e totais. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Deve-se comparar o número de alvarás (ou outro documento equivalente) existentes no mês de dezembro com o total de unidades de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica em funcionamento na mesma data.

Fontes:

- **Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 153/2017**
http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_153_2017_.pdf/37faa961-3536-4645-bd66-40c8f0a359dd?version=1.0&download=true

PERGUNTA 06

6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?

- Sim (informatizada)
- Sim (manual)
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os demonstrativos de como são controlados os estoques dos itens de materiais de consumo utilizados nas unidades de saúde do município. O sistema de controle (eletrônico ou manual) utilizado pela SMS e unidades (conforme o caso) deve apresentar controle da movimentação de entrada e saída de materiais, estoque mínimo e variação do estoque. Para fins de evidência deverão ser coletados demonstrativos de movimentação e controle de 10 (dez) itens com posição no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para efeito de exemplificação, deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) unidades considerando os parâmetros apresentados, cada uma com 3 (três) itens, no caso de controle descentralizado. Caso o controle seja exercido diretamente pela SMS, junte 10 (dez) itens com os parâmetros solicitados (controle de estoque mínimo e variação do estoque).

Importante: Considerando-se a preocupação com a sustentabilidade e a disposição correta dos insumos após serem utilizados, e em especial no que diz respeito aos resíduos de serviços de saúde, verifique também se as unidades básicas de saúde de seu município atendem à Resolução ANVISA que determina a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS.

Fontes:

- **Confira nova regra sobre Resíduos de Serviços de Saúde**
http://portal.anvisa.gov.br/rss/-/asset_publisher/Zk4q6UQCj9Pn/content/id/4252319

PERGUNTA 07

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 08

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 09

9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante material que demonstre a realização de campanha e/ou atividades de incentivo ao aleitamento materno durante o ano avaliado, ou lista de presença. Importante constar dados relativos à data e local, e público participante (conforme o caso). Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Registros fotográficos apenas serão aceitos como evidência de forma complementar desde que seja possível identificar claramente o evento e data de realização.

Fontes:

- **FIOCRUZ. Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano**
<http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=384>
- **Aleitamento.com**
<http://www.aleitamento.com/>

PERGUNTA 10

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 11

11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos cadastros e dos acompanhamentos específicos dos pacientes portadores de hipertensão arterial realizados no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para essa finalidade, é possível utilizar-se o e-SUS AB (Atenção Básica), sistema que foi lançado para substituir o SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica. Ambos são instrumentos gerenciais desenvolvidos para monitorar as estratégias de saúde da família e da atenção básica.

Fontes:

- **e-SUS AB**
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus.php>
- **SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica**
<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/siab>
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/siab.php>

PERGUNTA 12

12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos cadastros e dos acompanhamentos específicos dos pacientes portadores de *Diabetes Mellitus* realizados no mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

De forma similar ao cadastro de pacientes portadores de hipertensão arterial, vide também o sistema **e-SUS AB**.

Fontes:

- **e-SUS AB**
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus.php>

PERGUNTA 13

13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?

- *Sim*
- *Permanecem apenas nas consultas agendadas*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos controles exercidos pelas unidades de saúde com identificação legível dos profissionais, unidade e data. Usar como parâmetro o ano avaliado (2018).

Se o modelo de documento estiver amparado por algum normativo municipal, junte o referido instrumento. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Na ausência de tal documentação deverá ser informado pelo responsável da SMS se os médicos cumprem ou não integralmente suas jornadas de trabalho, ou mesmo, se apenas permanecem nas consultas agendadas.

Para efeito de exemplificação, deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) unidades considerando os parâmetros apresentados.

PERGUNTA 14

14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?

- *Sim, todas possuem*
- *Sim, a maior parte das UBS possui*
- *Sim, a menor parte das UBS possui*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Considere a opção “*Sim, todas possuem*” caso o percentual de unidades adaptadas seja de 100%. Considere que a maior parte possui, se esse percentual for superior a 50% das unidades. Considere que a menor parte possui, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%. Considere a resposta como “*Não*” se o percentual for 0% das unidades.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante relatório ou planilha devidamente atestados, demonstrando a situação do município no mês de dezembro do ano avaliado, no que concerne ao quantitativo total de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e destas, quais, **efetivamente**, oferecem possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Importante: A administração do tratamento supervisionado requer a supervisão da ingestão de medicamentos na unidade de saúde ou na residência do paciente, assegurando-se que o mesmo os tome em uma única dose diária. A ingestão dos medicamentos deve ser assistida no local de escolha do paciente pelo profissional de saúde: médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, agentes comunitários de saúde e/ou um membro da família devidamente orientado para essa atividade. A supervisão da tomada da medicação poderá ser feita com pelo menos três observações semanais, nos primeiros dois meses, e uma observação por semana, até o seu final.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual técnico para o controle da tuberculose: cadernos de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Atenção Básica. – 6. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

PERGUNTA 15

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 16

16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana? _____

Como responder:

Informe o percentual na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro da aplicação de vacinas no mês de dezembro do ano avaliado, de cada unidade que oferece vacinação, em pelo menos 5 (cinco) dias na semana, e por planilha devidamente ratificada pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde com o quantitativo total de unidades de saúde existentes do município. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 17

17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (Ex.: biométrico, digital, etc.)?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro dos controles de ponto eletrônico dos médicos das UBS do mês de dezembro do ano avaliado. Nesse caso, guarde cópia dos relatórios do sistema digitalizados em PDF. Se o modelo de documento estiver amparado por algum normativo municipal, a evidência pode ser complementada mediante a cópia da publicação do referido instrumento (digitalizada em PDF).

Para efeito de exemplificação deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) unidades considerando os parâmetros apresentados.

Importante: Após se tornar recorrente o recebimento, no Ministério Público Federal, de representações por parte de cidadãos que não são atendidos no SUS pela ausência ou atraso de profissionais de saúde, o MPF tem atuado junto aos municípios recomendando a adoção do **ponto eletrônico**, a fim de coibir a adulteração de dados e possíveis fraudes no sistema de controle por folha de ponto. Tal atuação às vezes se reveste de recomendação, de determinação, ou pela celebração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Dessa forma, a adoção do ponto biométrico é uma tendência universal nas Unidades Básicas de Saúde, de acordo com tal diretriz. A afixação da escala de trabalho dos profissionais de saúde, em local público e de fácil acesso, também se coaduna com as determinações do Ministério Público para coibir as ausências e atrasos, sendo estas, portanto, duas boas práticas de gestão que devem ser adotadas caso o município ainda não as tenha.

PERGUNTA 18

18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Obs.: VOIP é uma tecnologia de transmissão de voz pela Internet, similar ao telefone. Totens são terminais de autoatendimento (similares aos caixas eletrônicos).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante parecer ratificado por responsável da UBS informando a conduta adotada para agendamento de consultas médicas nas UBSs.

A documentação encaminhada deve demonstrar que a Secretaria Municipal de Saúde, de fato, viabiliza este serviço para sua comunidade.

No caso de agendamento via Internet, a comprovação da disponibilidade do serviço ao público é possível mediante a geração de um arquivo PDF a partir da página de acesso ao sistema de marcação de consultas, configurando-se a impressão para exibir a URL de acesso ao sistema, à data e a hora do acesso. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 19

19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas?

- *Sim, com consulta odontológica das crianças*
- *Sim, somente com divulgação*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros que demonstrem a realização de campanha e/ou atividades de promoção da saúde bucal nas escolas. Nesse caso, apresente os dados relativos à data, ao local e ao público participante (conforme o caso), dos eventos ocorridos durante o ano avaliado.

Registros fotográficos apenas serão aceitos como evidência de forma complementar, desde que seja possível identificar claramente o evento e data de realização.

Deve ser apresentado também o percentual de escolas que participaram da campanha, em relatório ou planilha devidamente ratificada por responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

Para efeito de exemplificação deverão ser selecionados, no mínimo, 5 (cinco) eventos considerando os parâmetros apresentados. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Fontes:

- **Blog da Saúde: Saúde Bucal: Cuidado com os dentes é fundamental**
<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/entenda-o-sus/50230-saude-bucal-cuidado-com-os-dentes-e-fundamental>

PERGUNTA 20

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 21

21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:

- *Todas as equipes contam com médicos*
- *A maior parte das equipes conta com médicos*
- *A menor parte das equipes conta com médicos*
- *As equipes não contam com nenhum médico*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Marque a opção “*Todas as equipes contam com médicos*” se **todas** as equipes de Saúde da Família (eSFs) contarem com pelo menos um médico em sua composição. Nesse caso, o percentual será de 100% das equipes.

Considere que a maior parte das equipes conta com médicos, se esse percentual for superior a 50% das equipes.

Considere que a menor parte conta com médicos, se o percentual for igual ou inferior a 50%, porém acima de 0%.

Considere a resposta “*As equipes não contam com nenhum médico*” se o percentual for de 0% das equipes.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a utilização dos registros no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) e a partir da planilha com a situação no mês de dezembro do ano avaliado, de todas as ESF em funcionamento constando a presença ou não do médico. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Importante: As equipes de saúde da família devem ser multiprofissionais e contar com a presença de pelo menos um médico. A composição recomendada é:

- Um médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade;
- Um enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família;
- Um auxiliar ou técnico de enfermagem; e
- agentes comunitários de saúde.

Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Fontes:

- **Estratégia Saúde da Família**
http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php
<http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa>

PERGUNTA 22

22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?

- Recursos humanos próprios
- Convênio
- Contrato de gestão
- Termo de parceria
- Outro. Qual? _____

Como responder:

Escolha todas as opções que se adaptem ao caso concreto. Caso a resposta seja “Outro. Qual?”, utilize o campo texto vinculado para descrever a forma de gestão.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros que demonstrem o vínculo dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (no caso de recursos humanos próprios); pela cópia da publicação do extrato do convênio ou termo de convênio assinado pelas partes e digitalizado em PDF; pelo contrato de gestão assinado pelas partes e digitalizado; termo de parceria ou outro documento que formalize a forma de gestão adotada pelo município. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Obs.: “O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado no Brasil pelo Ministério da Saúde em 1994. É conhecido hoje como “Estratégia de Saúde da Família”, por não se tratar mais apenas de um ‘programa’.” (Fonte: Wikipedia)

Fontes:

- **Wikipedia. Programa Saúde da Família**
https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Saúde_da_Família
- **Gestão do SUS**
<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus>

PERGUNTA 23

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 24

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 25

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 26

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 27

27. Sobre atendimento de urgências, responda:

- *A Prefeitura tem SAMU*
- *A Prefeitura mantém convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros*
- *A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências*

27.1. Indique qual o outro sistema de atendimento de urgências: _____

27.2. Descreva sucintamente: _____

Como responder:

Escolha todas as opções cabíveis. Caso uma das opções selecionadas seja “*A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências*”, então as perguntas condicionais 27.1 e 27.2 serão habilitadas. Nesse caso, informe o nome do sistema de atendimento (27.1) e descreva-o sucintamente (27.2) nos respectivos campos do tipo texto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o registro do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), ou pelo termo de convênio com o Corpo de Bombeiros, ou registro no CNES de outra unidade que realize o atendimento de urgência, com a ficha detalhada que apresente o tipo de atendimento prestado. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 28

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 29

29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja “*Sim*”, a pergunta 30 será habilitada.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante as deliberações e atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde durante o transcurso do ano avaliado, devidamente atestadas pelos participantes. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 30

30. *Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2018?*

- *8 ou mais reuniões*
- *6 a 7 reuniões*
- *4 a 5 reuniões*
- *0 a 3 reuniões*

Como responder:

Essa pergunta somente estará habilitada se a resposta à pergunta 29 for afirmativa. Nesse caso, escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto (a resposta *default* é “0 a 3 reuniões”).

Como evidenciar ou coletar as informações:

A resposta “0 a 3 reuniões” dispensa a apresentação de evidências, sendo a resposta padrão.

No caso das demais respostas, a evidência pode ser constituída mediante as atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde durante o transcurso do ano avaliado, devidamente atestadas pelos participantes. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Para o cômputo da quantidade de reuniões, não se deve considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza finalística do Conselho.

PERGUNTA 31

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 32

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 33

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 34

34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante a cópia do Plano Municipal de Saúde e da deliberação de aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, assim como a ata da reunião em que ocorreu a aprovação. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

A pergunta visa a identificar se o município possui um Plano Municipal de Saúde desenvolvido; se o PMS se encontra alinhado ao PPA vigente; se ambos os planos possuem o mesmo período de vigência; e se esse período engloba o ano do ciclo em avaliação. De acordo com o PlanejaSUS, *“o Plano Plurianual – PPA – da esfera de governo correspondente deve ser compatível com o seu Plano de Saúde.”*

Fontes:

- **Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização**
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/planejaSUS_livro_1a6.pdf

PERGUNTA 35

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 36

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 37

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 38

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 39

39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado pelo gestor do Fundo, e os Anexos 8 – Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa, da Lei Federal nº 4.320/64, consolidado e da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde, ambos referentes ao ano avaliado, ou outros documentos contábeis que permitam esta comprovação. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 40

40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?

- Sim
- Não

40.1. Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município? _____

40.2. Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço Webservice? _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, as perguntas condicionais 40.1 e 40.2 serão habilitadas. Nesse caso, preencha as respostas com um número inteiro maior ou igual a zero. A quantidade informada na pergunta 40.2, por coerência, deve ser menor do que a quantidade informada na pergunta 40.1.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os relatórios com os dados inseridos no Sistema Hórus (Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica) em que constem as unidades que o utilizaram no ano avaliado. O número de estabelecimentos farmacêuticos pode ser evidenciado a partir dos relatórios do CNES. Guarde cópia dos relatórios do sistema, digitalizados em PDF.

Fontes:

- **Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)**
<http://portalms.saude.gov.br/assistencia-farmaceutica/sistema-horus>

PERGUNTA 41

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 42

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 43

43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?

- Sim
- Não

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Segundo o DATASUS, “o *Relatório de Gestão* é o instrumento da gestão do SUS, do âmbito do planejamento, conforme item IV do art. 4º da Lei Nº 8.142/90, referenciado também na Lei Complementar 141/2012 e Portaria 575/2012 do Ministério da Saúde. Além de constituir-se no instrumento de comprovação da aplicação dos recursos, o relatório tem a finalidade de apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, orientar a elaboração da nova programação anual, bem como eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde, nas três esferas de direção do Sistema. É a principal ferramenta de acompanhamento da gestão da saúde no município, estado, Distrito Federal e União.”

Para viabilizar a elaboração e o envio do Relatório Anual de Gestão (RAG), o DataSUS disponibiliza aos gestores o **SARGSUS** - Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão.

O referido sistema permite a construção e o envio do RAG, tornando a situação do **Relatório Anual de Gestão – RAG** quanto à sua aprovação, uma informação pública. Também é possível consultar e fazer o *download* dos documentos enviados pelos gestores municipais.

Dessa forma, a evidência pode ser constituída mediante a ata da reunião, deliberação ou resolução do Conselho Municipal de Saúde, que trata da aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano avaliado, bem como cópia do relatório propriamente dito. Guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF. É possível que pelo SARGSUS tais informações estejam disponíveis para acesso público, o que facilita a tarefa de coletar as evidências.

Fontes:

- **SargSUS (Acesso à Informação) e link para o sistema**
<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/sistemas-de-gestao/sargsus>
<http://sargsus.saude.gov.br/sargsus/>

PERGUNTA 44

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 45

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 46

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 47

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 48

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 49

49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?

- *Sim*
- *Não*

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante o parecer ratificado pelo gestor do Fundo e mediante registros contábeis e financeiros do Fundo Municipal de Saúde. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

Fontes:

- **Fundo Municipal de Saúde. Guia de Referência para sua Criação e Organização**
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd08_06.pdf

PERGUNTA 50

50. *Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?*

- *Sim*
- *Não*

50.1. *Qual tempo médio de atendimento (em minutos)?* _____

Como responder:

Escolha a opção que melhor se adaptar ao caso concreto. Caso a resposta seja afirmativa, a pergunta condicional 50.1 será habilitada. Nesse caso, preencha a resposta com um número inteiro maior ou igual a zero.

Como evidenciar ou coletar as informações:

A evidência pode ser constituída mediante os registros de atendimentos dos pacientes nas UBS que contenham dados sobre o horário de entrada e do atendimento médico. Nesse caso, guarde cópia dos documentos digitalizados em PDF.

PERGUNTA 51

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 52

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 53

53. Com base na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea b do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal: _____

Como responder:

Informe o valor do percentual aplicado, na faixa de 0,00 a 100,00.

Como evidenciar ou coletar as informações:

Essa pergunta trata do percentual aplicado, no ano avaliado, em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

A evidência pode ser constituída mediante a consulta ao Anexo XII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), atinente ao 6º bimestre de 2018. Nesse caso, guarde cópia do documento digitalizado em PDF.

PERGUNTA 54

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 55

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 56

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.

PERGUNTA 57

Questão suprimida do IEGM ciclo 2019 (ano-base 2018).

Tendo em vista o constante aprimoramento do IEGM, esta questão não será considerada no levantamento de dados 2019/2018. Entretanto, a numeração correspondente permanecerá reservada por razões metodológicas.